

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO





## PUC-CAMPINAS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

### REITOR

Prof. Pe. Wilson Denadai

### VICE-REITOR

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

## CEATEC

Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias

### DIRETOR

Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella

### DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. Ricardo Pannain

## Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

### COORDENADORA

Profa. Dra. Ivone Salgado

## FAU

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

### DIRETOR

Prof. Ricardo de Souza Campos Badaró

## Revista *Oculum Ensaios*

### EDITOR

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti

### EDITOR ASSOCIADO

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

### EDITORES ASSISTENTES

Pedro Castelano [MESTRANDO URBANISMO]

Elisamara de Oliveira Emiliano [MESTRANDO URBANISMO]

Carolina Alves Licarião [MESTRANDO URBANISMO]

Análise Carolina D. Bitencourt [MESTRANDO URBANISMO]

### CONSELHO EXECUTIVO

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga

Prof. Dr. Ricardo Moretti

### CONSELHO EDITORIAL

Ana Fernandes [PPGAU-UFBA]

Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP]

Beatriz Murgayar Kuhl [FAU-USP]

Beatriz Picolotto Siqueira Bueno [FAU-USP]

Boaventura de S. Santos [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]

Carlos Roberto Monteiro de Andrade [EESC-USP]

Cláudio Lister Marques Bahia [DEAU PUC-MG]

Cristina Meneguello [IFCH-UNICAMP]

Denise Pinheiro Machado [PROURB-UFRRJ]

Donatella Calabi [UNIVERSITÀ IUAV – VENEZIA]

Edésio Fernandes [UNIVERSITY OF LONDON]

Esteban de M. Jerez [ETSA – UNIVERSIDAD DE SEVILLA]

Eugenio Queiroga [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Euler Sandeville Junior [FAU-USP]

Flora Morcate Labrada [UNIVERSIDAD DE ORIENTE – CUBA]

Francisco Sabatini [PUC – CHILE]

Ivone Salgado [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Jane Victal Duduch [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Laura Bueno [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Lilia Inés Zanotti Medrano [FH – CCH – PUC-CAMPINAS]

Lucio Kowarick [FFLCH-USP]

Luiz Cláudio Bittencourt [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Maria Cristina Schicchi [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Maria M. Maldonado [UNIVERSIDAD DE LOS ANDES – COLÔMBIA]

Maria Stella Bresciani [IFCH-UNICAMP]

Mario Henrique Simão D'Agostino [FAU-USP]

Mario Mendonça de Oliveira [PPGAU-UFBA]

Martin Smolka [LINCOLN INSTITUT AND LAND POLICY]

Maura Pardini Bicudo Veras [FCS PUC-SP]

Nabil Geoges Bonduki [FAU-USP]

Nadia Someck [FAU – MACKENZIE]

Nestor Goulart Reis [FAU-USP]

Paulo César Garcez Marins [MUSEU PAULISTA-USP]

Paulo de Martino Januzzi [CEA – PUC-CAMPINAS]

Raquel Rolnik [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Renato Cymbalista [INSTITUTO PÓLIS]

Ricardo M. de Azevedo [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Ricardo Moretti [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Ricardo Toledo Silva [FAU-USP]

Rogério Proença de Souza Leite [CECH-UFFS]

Sarah Feldman [EESC-USP]

Silvana Barbosa Rubino [IFCH-UNICAMP]

Wilson R. dos Santos Jr. [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

### PREPARAÇÃO | REVISÃO

Nelson Luís Barbosa e Carlos Villarruel

### PROJETO GRÁFICO

Carla Castilho e Fernanda Ficher

### DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio

A *Oculum Ensaios* é uma publicação semestral.

Publicação: 1º semestre de 2006

800 exemplares.

A reprodução de partes desta publicação é permitida somente mediante autorização do conselho executivo.

Revista *Oculum Ensaios*

Rodovia D. Pedro I, km 136 – Parque das Universidades.

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

CEATEC PUC-Campinas

[pos.urb@puc-campinas.edu.br](mailto:pos.urb@puc-campinas.edu.br)

[revista.oculum@puc-campinas.edu.br](mailto:revista.oculum@puc-campinas.edu.br)

ISSN 1519-7727

# 37

OS TRÊS MOMENTOS DO USO DA TECNOLOGIA COMPUTACIONAL GRÁFICA EM ARQUITETURA

| Bruno Ribeiro Fernandes, Alice Theresinha Cybis Pereira, Américo Ishida



# 93

A NOVA ARQUITETURA INTERNACIONAL | Alejandro Scarpa

7

CIDADE DO SUL E BIENAL DE ARQUITETURA | Marcello Balbo

23

ROMA E AS CAPITAIS: O MITO E O PLANO

| Andrea Buchidid Loewen, Ricardo Marques de Azevedo

53

O ESTUDO DOS USOS E DA APROPRIAÇÃO DO SOLO COMO BASE PARA A DEFINIÇÃO DO DESTINO DAS ÁREAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA | Maria Cristina Schicchi

69

ORDENAMENTO TERRITORIAL E A ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: UM BREVE OLHAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CARIOCA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX | Fabio Costa Peixoto

81

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO PREFEITO JUSCELINO KUBITSCHEK: ESTÉTICA E PLANEJAMENTO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE NA DÉCADA DE 1940

| Marcelo Cedro

103

THE VENICE BIENNALE AND BEYOND: AN INTERVIEW WITH RICKY BURDETT

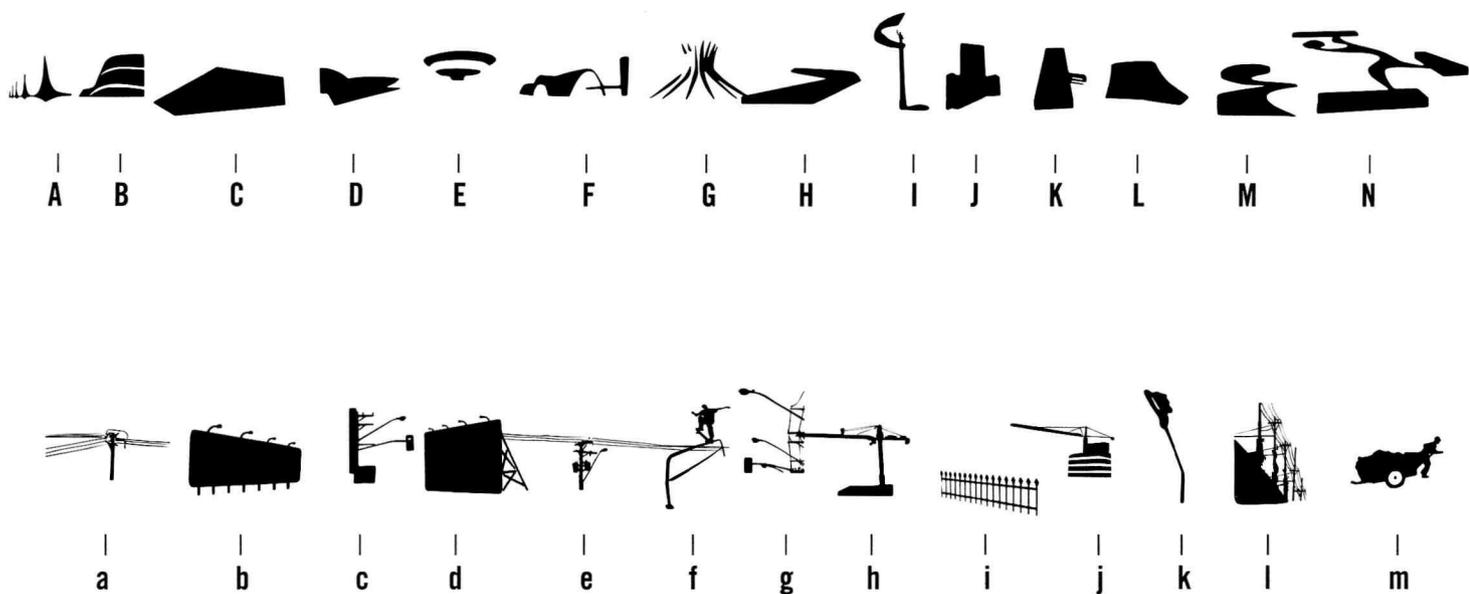
| por Gareth A. Jones

117

Resenha CIDADE OU FAVELA? | por Danielle Klintonowicz, Raquel Rolnik

121

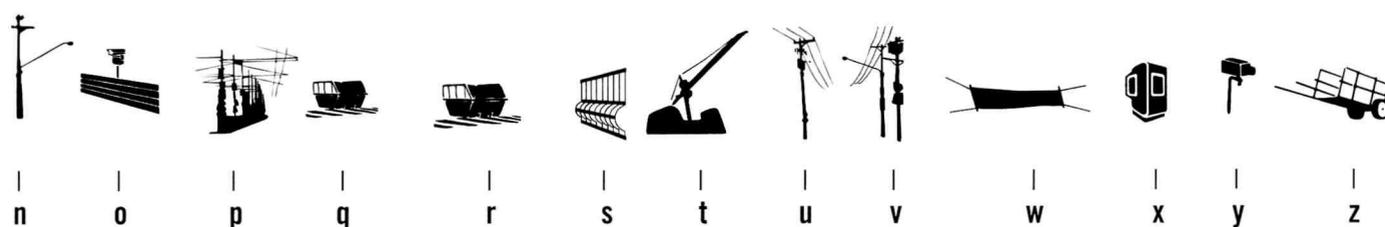
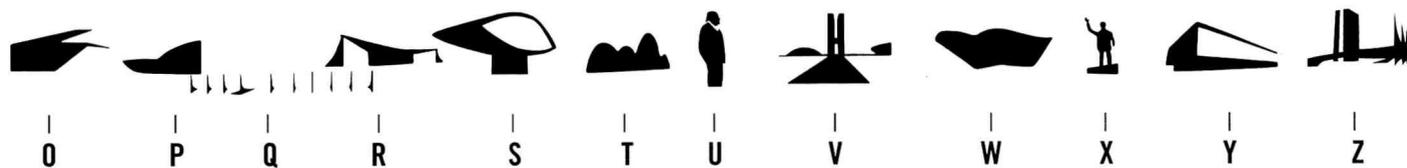
RESUMOS DE DISSERTAÇÕES



## UTOPIA

Em 1960, Brasília, a nova capital do Brasil, foi inaugurada como símbolo de uma nova era de desenvolvimento industrial, idealizado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. Essa cidade planejada, construída do zero em um planalto deserto, deveria refletir os processos de modernização e crescimento que estavam transformando os centros urbanos brasileiros. Oscar Niemeyer, criador de projetos em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, foi o arquiteto dessa cidade futurista e utópica.

Utopia, fonte criada por Ângela Detânico e Rafael Lain, é uma tipografia digital que apresenta a paisagem das grandes cidades brasileiras, retratando a mistura das linhas modernistas de Oscar Niemeyer com os elementos urbanos não-controlados que proliferaram a partir da explosão populacional das décadas de 1960 e 1970. Nas caixas altas, prédios de Niemeyer como os ícones do modernismo; nas caixas baixas, objetos e atores urbanos como câmeras de vigilância e catadores de papel, infiltram-se como símbolo das respostas improvisadas da população às lacunas do planejamento urbano



e social. Em Utopia, as categorias contraditórias do planejado e do improvisado, do controle e do acaso, do projeto e da gambiarra, convivem, sobrepondo-se e transformando-se. Utopia é um mapa dessa contaminação.

#### ÂNGELA DETÂNICO E RAFAEL LAIN

São artistas plásticos e *designers* gráficos que vivem e trabalham em São Paulo e Paris. Atualmente, apresentam a exposição Inverse Times no Musée Zadkine, em Paris, e preparam sua participação no Pavilhão Brasileiro da Bienal de Veneza.

Foto: Brian Wain - Remoção do catálogo da 1ª Bienal de Veneza



Caracas.

CIDADES DO SUL E BIENAL DE ARQUITETURA

| Marcello Balbo

Professor de Urbanística

Dipartimento di Pianificazione | IUAV – Venezia | [marcello.balbo@iuav.it](mailto:marcello.balbo@iuav.it)

Tradução: Giovana Carla Mastromauro

Mestranda em Urbanismo pela PUC-Campinas | [jolunettes@uol.com.br](mailto:jolunettes@uol.com.br)



## CIDADES DO SUL E BIENAL DE ARQUITETURA

“A forma da cidade determina o futuro do planeta”  
(10ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza)

Poucos dias antes de iniciar este artigo, saiu a tradução italiana de *Planet of slums*, o livro de Mike Davis sobre o tema da informalidade nas cidades dos países em desenvolvimento e o que essa significa para as sociedades locais, sua governabilidade e organização espacial. Tema e questões, a dizer a verdade, não propriamente novíssimos, mas que encontraram boa repercussão nos jornais, certamente pela clareza do texto e também pela pouca atenção que temos reservado a esse assunto na Itália.

Assim, por meio do livro de Mike Davis, os jornais descobriram que em meio século a Cidade do México passou de três milhões para 22 milhões de habitantes, e Mumbai – cidade sobre a qual versa o recém-lançado livro *Maximum City. Bombay Lost and Found* – passou de três milhões para dezenove milhões de habitantes. Perceberam também que as moradias onde vive a maioria dessas pessoas são “informais” e frequentemente “ilegais”, e também que o futuro previsto não aponta para a redução dos assentamentos precários; ao contrário, as Nações Unidas prevêem que, de hoje até o ano de 2020, nas regiões informais irá viver aproximadamente um bilhão de pessoas a mais. Sim, porque, para viverem nas cidades, as pessoas estão dispostas a morar em condições difíceis e muitas vezes até perigosas ou, se preferem, muita gente não agüenta

mais viver em zonas rurais onde não há muito do que se alimentar e, sobretudo, não existem perspectivas.<sup>1</sup>

Se ao pequeno-grande interesse suscitado pelo livro de Davis acrescentamos a Bienal de Arquitetura, seria possível pensar que o tema das grandes cidades, metrópoles ou megalópoles ao Sul do mundo começa a encontrar um pouco do espaço que certamente merece.

A 10ª Mostra Internacional de Arquitetura “Cidade, Arquitetura e Sociedade” foi dedicada “à análise das cidades, da urbanização global e da arquitetura e ao que se pode determinar a *governabilidade* e as transformações, as profundas mudanças assim como as modalidades da convivência civil”. No interior da mostra, nos espaços da *Corderie dell’Arsenale*, foi proposta “uma viagem na forma urbana e civil” de dezesseis cidades – ou de regiões urbanas – da América Latina, da Ásia e da África, além dos Estados Unidos e da Europa.

Quem se ocupa das questões ligadas à urbanização nos países em processo de desenvolvimento tem certamente acolhido com prazer essa escolha da Bienal de se abrir para temas pouco explorados, que são de grande relevância sobre o presente e o futuro de boa parte do planeta. Mesmo porque essa mostra coloca-se em relação às outras seções presentes *All’Arsenale* – “A cidade de pedra” e “VEMA” – cuja vacuidade, devo confessar, pareceu-me realmente inquietante pelas perspectivas da arquitetura e do urbanismo na Itália.

Nas páginas que se seguem, avanço algumas reflexões sobre três temas presentes na exposição – cidade, arquitetura e sociedade –, naturalmente da perspectiva que me ocupo, ou seja, aquela das cidades em países em processo de desenvolvimento.

## CIDADE DE CONTRASTES

Nos países em desenvolvimento, um dos traços salientes, talvez *o traço saliente*, é a presença simultânea de uma cidade formal e de uma cidade informal, a contigüidade entre os bairros ordenados com base no zoneamento e os bairros ilegais ou irregulares, também esses resultados de um zoneamento “em seu negativo”, por terem sido construídos em áreas onde não é previsto que se construa ou até mesmo onde não é permitido, de modo a pagar menos pela terra ou então não pagar nada.

Todas as cidades do Sul possuem o bairro dos restaurantes e dos hotéis de cinco estrelas, os centros financeiros, centros comerciais ao modo americano, mas também *shopping mall* em pleno centro, obtidos pela reestruturação de antigos armazéns e edificações industriais. Pode-se pensar na Avenida Paulista em São Paulo, em Sandton em Johannesburg, Lomas de Santa Fé na Cidade do México e talvez até os *shikùmén* de Xintiandi, para falar só das cidades presentes nesta 10ª Bienal.

Muitas, especialmente na América Latina, possuem um centro histórico praticamente todo restaurado e requalificado, onde novamente estão os hotéis cinco estrelas mas

um pouco menos imponentes que o Hilton e o Radisson, as lojas de marcas que se encontram em qualquer cidade européia ou norte-americana, Starbucks Café e sushi-bar, galerias de arte e restaurantes da moda: a Candelária de Bogotá, a Zona Rosa na Cidade do México e Colaba em Mumbai.

Na cidade formal todos os serviços existem e funcionam: escolas e hospitais públicos e – cada vez mais – privados, ônibus e táxi em quantidade, ruas em boas condições, a água chega quase sempre, o lixo é recolhido, muitas vezes até duas vezes ao dia, como em Johannesburg. Nesse sentido, igualam-se às cidades européias, às vezes até melhor.

Quem se limita a percorrer essas partes da cidade fica perplexo diante das narrações de Patrick Chamoiseau sobre Fort-de-France, ou de Nadine Gordimer sobre Johannesburg ou mesmo de Suketu Metha sobre Mumbai. Até mesmo os urbanistas – alguns urbanistas – sustentam que as cidades do Norte e do Sul do mundo movem-se por percursos cada vez mais convergentes e tendem, portanto, a modelos cada vez mais parecidos. Na realidade, o que a Bienal mostra é exatamente o contrário.

Em São Paulo, no entorno do centro onde Niemeyer construiu as magníficas sinuosidades do edifício Copan, são milhares as pessoas que moram ainda em condições abaixo do limite da pobreza: as cifras acusam pelo menos um terço da população. No Cairo, não distante do centro da Praça Midan Tahrir ou dos bairros de Mohandiseen e Zamaleck, pelo menos cem mil pessoas moram na “cidade dos mortos”, nas tumbas transformadas em moradia e utilizadas há várias gerações; ou ainda em Caracas, os *ranchos* circundam o *valle* onde se estendem edifícios altíssimos e auto-estradas urbanas.

Nos países em desenvolvimento, a cidade e o espaço urbano apresentam evidentes fraturas. Frequentemente se fala do “dualismo” dessas cidades, a presença de dois mundos distantes ou mesmo opostos, poder-se-ia dizer que a cidade, ou melhor, algumas partes dela seriam repartidas. Uma oposição do e no espaço que obviamente não é outro fato que o reflexo de uma sociedade dividida, onde os 10% mais ricos dispõem de 30% ou 40% da riqueza, deixando àqueles que estão do outro lado do gráfico as migalhas, ou então, como em Mumbai, onde 92% da população – lembra-nos sempre a Bienal – vivem de trabalhos informais e 16% das famílias moram em um só cômodo; ou ainda em Nairobi, onde quatro quintos do solo urbano são utilizados pelos 10% mais ricos.

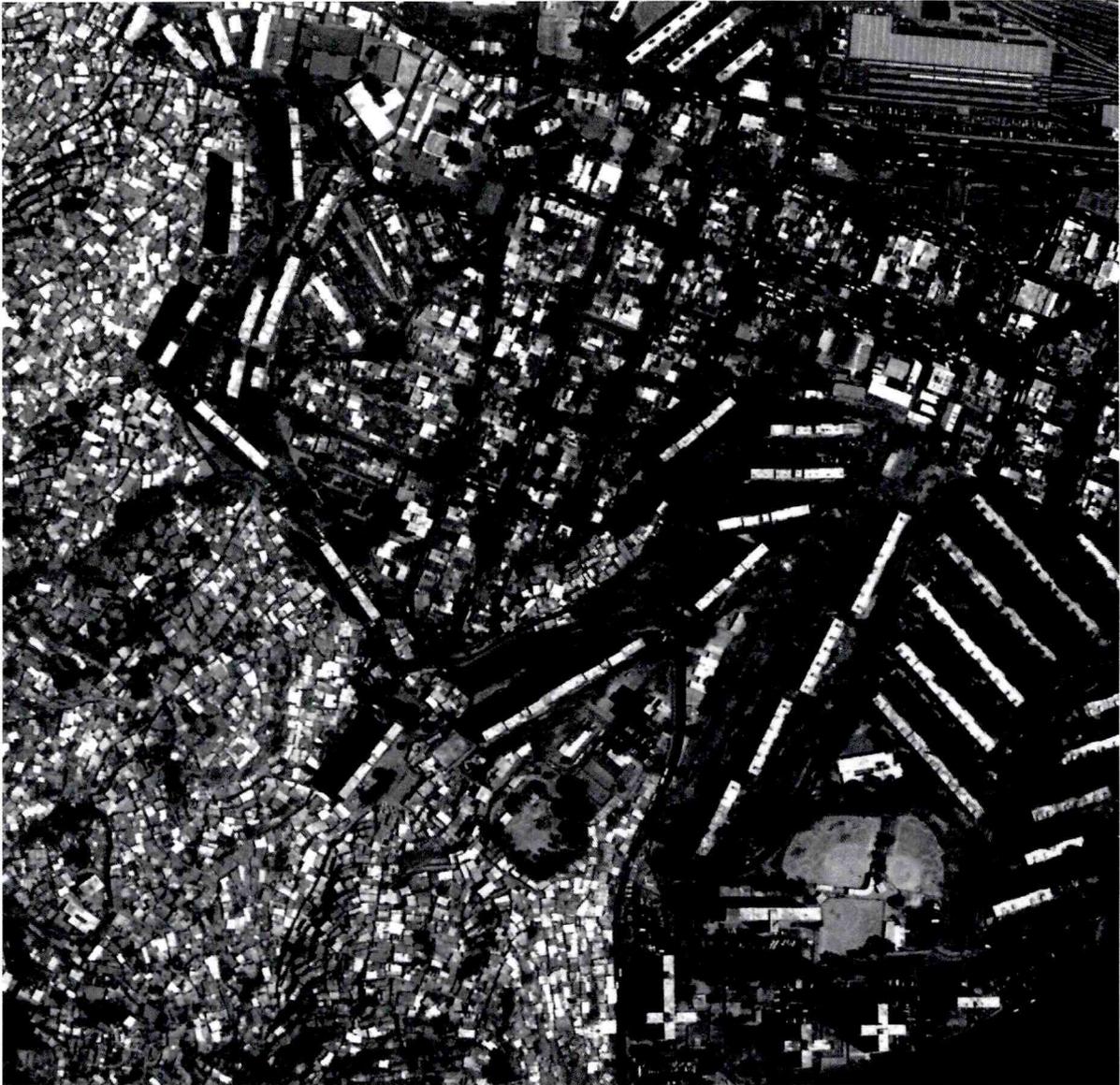
Mais que dualismos, necessita-se falar de fragmentação, ou então de arquipélago urbano, porque essas cidades se expandem por pedaços sempre menos ligados entre si. Em Johannesburg, a população branca está em Sandton ou Rosebank cuidando de manter-se longe de Hillbrow ou Yeoville, bairros centrais já “ocupados” pela população negra, alguns brancos pobres e em boa parte por nigerianos, moçambicanos e congolezes, pessoas que nunca colocaram e nunca colocarão os pés em Sandton. Ao mesmo tempo, rodando pela cidade, para impedir o atravessamento ou a passagem de gente não desejada, são fechadas ruas com ou sem a permissão de municipalidade.

Digital Globe - Reprojecção do CAVALEIRO DA 10ª BRIGADA DE VENÉZIA



Cairo.

DEIUS COHEN - REFORMA DO CASARÃO DO IIP, BIENAL DE VENEZA



Caracas.



FOTO ALBERTO BRELLA/REUTERS - REPRODUÇÃO DO CATALOGO DA IOP, BRASIL, DE VENEZA

### Caracas.

Em Jo'Burg esse dualismo ou fragmentação do espaço pode ser visto como consequência do *apartheid*, uma situação difícil de desaparecer ao longo do tempo – quinze anos não foram ainda suficientes para superar características de uma política tão segregacionista. Em São Paulo, uma das cidades de maior miscigenação da América Latina e que sempre valorizou a diversidade de sua população, já nos anos 1970 foi construída Alphaville, cidade-dormitório a pouco mais de vinte quilômetros do centro. Pensada e divulgada para oferecer, pelos *condomínios fechados*, a segurança que a capital não garantia mais, nem mesmo com *l'alley gating*,<sup>2</sup> Alphaville se transformou em um modelo que se multiplicou em todo o Brasil. Tlalpuente foi a primeira *Zona especial de desarrollo controlado* da Cidade do México, “fechada” nos anos 1980 ante a ameaça de que os terrenos fossem invadidos por famílias pobres. Mas na Cidade do México também se fecham partes da cidade dentro da cidade, como em Tlalpan, onde os habitantes da Villa Coapa fecharam o acesso do bairro na esperança de reduzir a criminalidade.

A mesma situação, em forma diversa, verifica-se no Cairo, onde um novo grupo médio – principalmente casais jovens – vai morar nas *gated communities* que têm nomes hollywoodianos como Beverly Hills, Utopia ou Dreamland, construídas no interior de algumas cidades satélites com nomes mais nacional-populares, como Seis de Outubro, Quinze de Maio, Décimo de Ramadan ou Sadat City, que estão surgindo ao redor da capital.

## ARQUITETURA PARA POUCOS

Em cidades como Caracas, Johannesburg ou Mumbai, falar de arquitetura é falar a poucos e para poucos. Os edifícios de refinada qualidade construídos em Bogotá por Rogelio Salmona, ou aqueles de Paulo Mendes da Rocha em São Paulo, vencedor em 2006 do prestigiado Prêmio Pritzker, ou ainda as renomadas ABSA Towers, em Johannesburg, as arquiteturas de Roelof Uytenbogaardt em Cape Town, publicadas nas mais prestigiosas revistas internacionais. Obviamente, mesmo nessas cidades existe uma demanda de edifícios de qualidade elevada, uma produção voltada à pesquisa e à inovação.

A função das cidades relevantes como vertentes da globalização faz que as cidades – algumas cidades – do Sul sejam objeto de investimentos até importantes, por parte de bancos, seguradoras, sociedades de telecomunicações, nacionais e internacionais. Em alguns casos, procuram ressaltar a arquitetura para reforçar a imagem e acrescentar a própria competitividade: Puerto Madero em Buenos Aires é certamente a operação mais notável, mas de caráter análogo são a Operação Faria Lima, o novo centro comercial e financeiro em São Paulo, ou *Constitution Hill*, a recuperação de cem mil metros quadrados em pleno centro de Johannesburg contando com *l'Old Fort* e as antigas prisões onde ficaram confinados Ghandi e Mandela, para não falar obviamente de Pudong em Shanghai.

A grande parte da arquitetura dos grandes investidores é *international style*, em tudo análoga àqueles que se podem reencontrar em qualquer cidade do Norte: salvo exceções, os grandes investidores são pouco inclinados a propostas projetuais particularmente inovadoras.

A Bienal, justamente, não coloca à mostra somente os “grandes” projetos de arquitetura, mas também uma série de intervenções menores – às vezes mínimas – que tiveram ou podem ter impacto relevante a seu entorno: as escolas de São Paulo, o *gimnasio vertical* em Caracas, as bibliotecas de bairro em Bogotá.

Mesmo sendo “menores” é preciso pontuar esses tipos de intervenções se pretendemos superar a oposição entre a cidade formal e a cidade informal, entre a inclusão e a exclusão.

O que chama a atenção na Bienal é, no entanto, um outro assunto, isto é, ater-se a questões de arquitetura em cidades como Caracas, Mumbai ou o Cairo é de escassa utilidade. A arquitetura é, de fato, para poucos, e da arquitetura a população urbana desfruta pouco ou quase nada. Pessoalmente sou levado a dizer que a arquitetura é de fato de escassa utilidade. Os números expostos na mostra demonstram que, ante as condições que denominamos “subnormais”, a contribuição da arquitetura não é apenas modesta, mas no limite do irrelevante.

Os números recordam o exemplo da Cidade do México, que tem quase vinte milhões de habitantes; Mumbai e São Paulo, dezoito milhões; o Cairo, doze milhões; enfim, cidades que têm dimensões de países inteiros, e muitas vezes até mais. A pequena Johannesburg é quase uma vez e meia a Eslovênia, país que em menos de um ano comandará a presidência da União Européia.



Diretta: Gotti - Riproduzione nei confronti della IP© BRUNO DI VIGNA

Mumbai.

Dieter Glomb - Remontagem do CVMARCO DA 10ª BIENAL DE VENEZA



São Paulo.

Esses números dão uma representação parcial do desafio – *challenges*, como se usa dizer em inglês, para evitar a palavra problemas – a ser afrontado. Nos países em desenvolvimento, o que conta de fato não é só o tamanho, em relação à população, da cidade, mas a velocidade de crescimento e os meios para enfrentá-la. Com relação ao primeiro aspecto, a dinâmica da urbanização, a exposição deu conta suficiente com painéis que mostravam as cifras do crescimento: em quarenta anos a Cidade do México e Mumbai passaram de quatro milhões para dezoito a vinte milhões de habitantes; o Cairo, no momento, atingiu de onze a doze milhões; Johannesburg cresceu 22% – seiscentos mil habitantes – entre 1996 e 2001.

No segundo aspecto, dos recursos disponíveis, pouco se diz. E a questão central está em como os governos dessas cidades podem responder a um incremento demográfico rapidíssimo dispendo de meios limitadíssimos, e quais instrumentos e políticas devem ser adotados.

Mumbai cresce aproximadamente meio milhão de pessoas por ano, que quer dizer uma Bologna e uma Ferrara juntas; ou se preferirmos, cinco Anconas todas de uma vez, a cada ano. Bogotá, onde a taxa de crescimento está em diminuição, ou a “pequena” Johannesburg, somente uma Bergamo. Trata-se de Bologna, Ancona ou Ferrara feitas somente de gente pobre, de populações que cerca de 20% a 30% estão em condições de pobreza “extrema” – menos de um dólar ao dia – para os restantes 40% ou 50% em condições somente de pobreza – ou seja, dois dólares ao dia. A cada ano, e desde muitos anos nessa parte, e por muitos anos ainda, em Mumbai ou no Cairo, em Johannesburg ou na Cidade do México, irão acrescentar-se algumas Bologna e algumas Ancona feitas por pobres.

Estando a situação dessa forma, o que aflige não são tanto os números, mas também o fato de que essas cidades consigam “sustentar-se” – porque a mim parece que “se sustentam”, e com recursos financeiros incomparavelmente inferiores àqueles de qualquer cidade de países de alta renda. Milão dispõe de um orçamento superior aos dois mil euros *per capita*, 40% dos quais para investimentos; mas, para ficar na Itália, Nápoles, que não é Terceiro Mundo, dispõe de aproximadamente 1.600 euros *per capita*, dos quais 500 euros são para despesas de capital. Para cada habitante, Nova York pode contar com aproximadamente 4.500 euros *per capita*, e Barcelona, 1.400 euros.

Nas cidades dos países em desenvolvimento, existem disponíveis no máximo algumas centenas de euros por ano; se retirarmos desses recursos aqueles que vão para despesas correntes, sobram apenas alguns dezenas de euros para os investimentos: em torno de 60 em Johannesburg, 20 na Cidades do México, e um pouco mais de 15 em Mumbai.

É evidente que nessas condições tem pouco sentido focalizar a arquitetura dessas cidades, já que isso se refere apenas a uma pequena minoria de seus habitantes. Não tem nem muito sentido pensar sobre o planejamento dessas cidades, já que os governos locais não podem fazer muita coisa. O que conta nessas cidades é a maneira de governar – poder-se-ia usar a palavra *governance*, se não fosse tão usada e abusada – os processos e os mecanismos que permitem a eles enfrentar os infinitos problemas que têm todos os dias e sim-

plesmente continuar funcionando, não sucumbindo aos desafios da globalização e da competição internacional.

## CIDADE DA EXCLUSÃO

O terceiro tema ao qual a mostra tinha intenção de chamar a atenção do visitante era o da sociedade. Um tema obviamente difícil de expor, ou melhor, de “mostrar”. De fato, uma série de painéis com reflexões/afirmações sobre: “Arquitetura e inclusão”, “Mobilidade e igualdade social”, “A cidade como modelo de sustentabilidade”, “Espaço público e tolerância” e “As cidades e o bom governo”.

Não é apenas um pecado, mas um erro, porque para as cidades dos países em desenvolvimento o tema da inclusão/exclusão é a questão central para os que estão colocando em pauta a escolha das políticas públicas. Lula fez da inclusão um dos pilares da política urbana de seu governo por meio de uma maciça campanha de regularização fundiária, levando água e esgoto às favelas, aumentando a oferta por habitação, apoiando-se em experiências de orçamento participativo, ou seja, tudo aquilo que é difícil mostrar-se mas que sem o que não se avança para a inclusão social e o direito à cidade, que é o objetivo central da inclusão.

Nas cidades dos países em desenvolvimento, inclusão urbana significa abrir a todos – e são muitos – o acesso aos bens e serviços urbanos fundamentais: casa, água, energia, transportes. Mas isso não basta, como mostraram em todos esses anos as múltiplas experiências de projetos de requalificação física dos assentamentos informais, em que foi concentrada uma parte não pequena da cooperação internacional no setor urbano. Além de bairros e moradias decentes, os habitantes da cidade têm que ter um trabalho estável, bem remunerado e desenvolvido em condições dignas. Em Mumbai – como mostrara um dos gráficos expostos –, 92% da população têm um trabalho informal, 60% na Cidade do México, 40% na rica Caracas. As cifras podem ser discutidas, já que os critérios de definição do informal variam bastante, mas de qualquer forma dão a idéia do cenário no qual se movem essas cidades. A tendência não mostra sinais de mudanças; pelo contrário: nesses anos, a liberalização e a privatização aumentaram a existência de “microempresas”, como hoje se costuma chamar parte significativa do trabalho informal. A inclusão deve ter relação com as condições de vida e trabalho. Mas a inclusão não é completa se não compreende também a representação. Quem vive nos bairros irregulares e quem trabalha na informalidade deve fazer parte da cidade entendida como instituição política, deve ser reconhecido não apenas como *citadin*, morador da cidade, mas também como *citoyen*, cidadão pleno, com os direitos e deveres que derivam dessa condição. Mas os moradores pobres de uma cidade em desenvolvimento não possuem voz, não têm a possibilidade de expressar-se na área política, de ser ouvidos e de fazer valer seus próprios direitos.

Às vezes, nem todos os moradores pobres são excluídos, porque alguns fazem parte de um tradicional sistema de redes de proteção sociais; mas, inevitavelmente, o são aqueles que não participam desses mecanismos consolidados de solidariedade. Portanto, a res-



Mahalaxmi:  
the city laundry.

posta está na pesquisa de novas formas de solidariedade, que nem sempre visam à integração com o resto da cidade, nem à inclusão social, mas, pelo contrário, se baseiam no próprio dualismo e na fragmentação.

A cidade exclui, não por uma característica intrínseca, mas por seus mecanismos que regulam a produção. Em Johannesburg e em Bogotá, os capitais locais são pouquíssimos. Para fazer investimentos na cidade, deve-se contar com aqueles recursos voláteis que circulam no mercado mundial e que não se propõem à redução dos desequilíbrios ou à inclusão social como objetivos prioritários. Frequentemente, até o urbanismo contribui para a exclusão. Os bairros informais são a resposta à ausência de alternativas viáveis e não a uma vontade ou desejo de ilegalidade de seus habitantes: a moradia popular pública e os *standards* urbanísticos “europeus” são incompatíveis com as capacidades econômicas dos governos e, sobretudo, da população. O resultado é, novamente, fragmento de uma cidade “planificada” e extensões de informalidade.

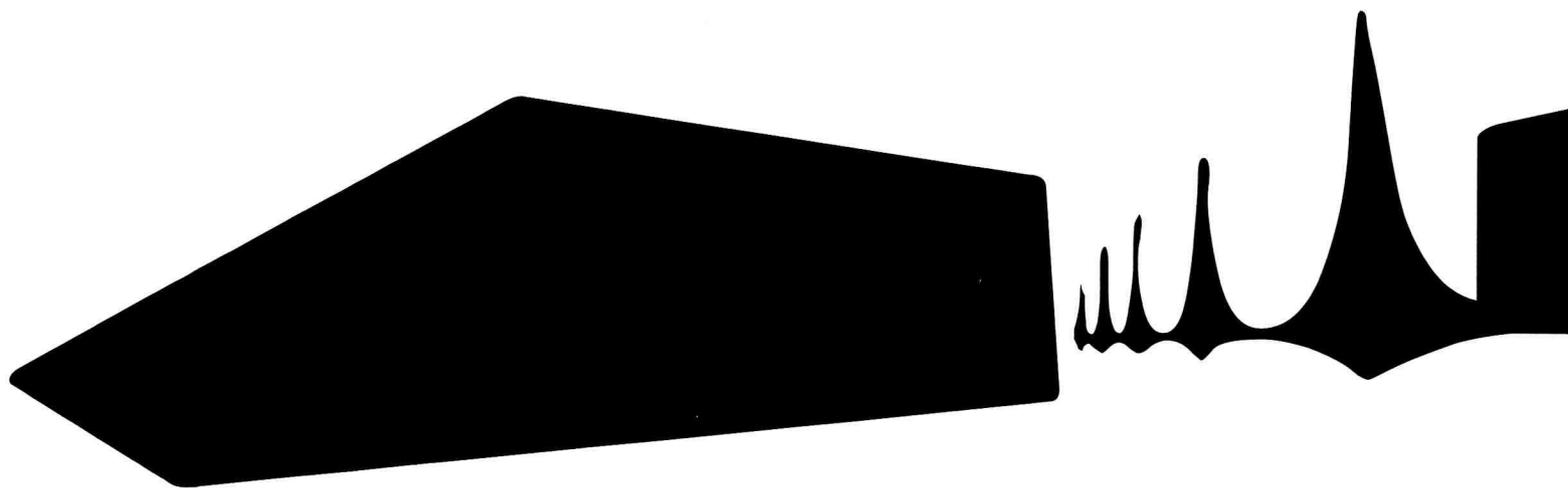
Do mesmo modo, ninguém deseja um trabalho informal e mal pago, mas trabalhar no setor informal é cada vez mais a única opção disponível. Desse modo, o setor informal se transforma no principal canal de redistribuição; portanto, de inclusão social.

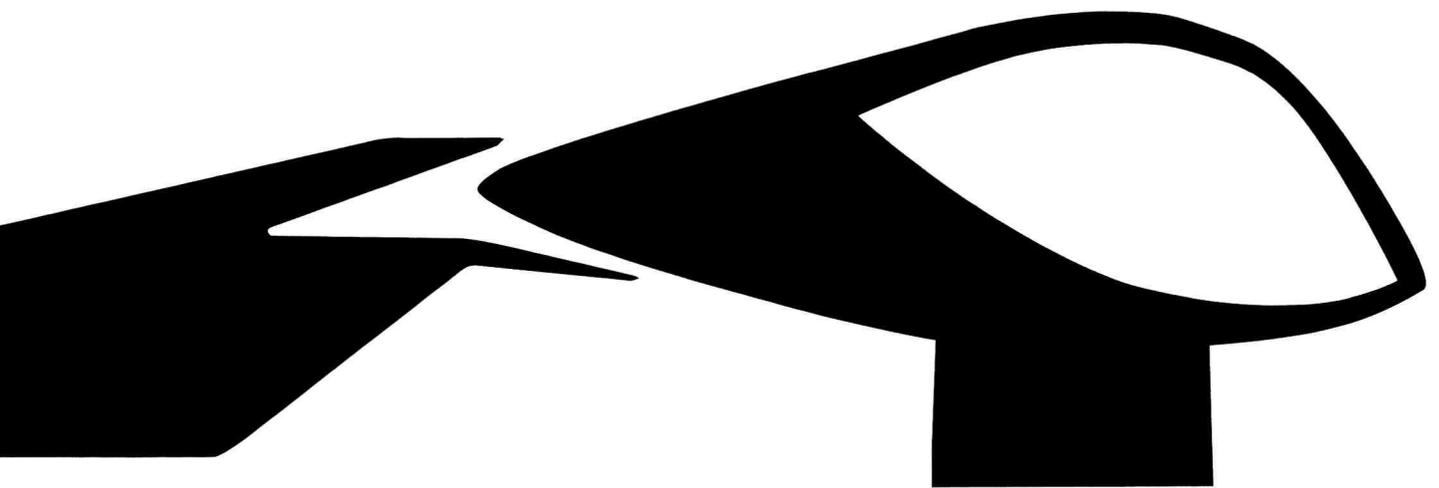
Por isso, parece pouco aceitável a idéia de que “somente os administradores públicos estão capacitados para colocar em marcha um novo plano de ação, fazendo arquitetos e urbanistas trabalharem em um novo patamar de desenvolvimento da cidade”, um viés deixado pela mostra no último dos painéis expostos. Para contrastar as tendências à exclusão, precisa-se formular um novo pacto urbano, um novo *projeto de cidade*, redefinindo os modos de representação dos grupos mais frágeis e os sistemas de decisão. É este o real desafio da *governance* urbana: pensar a cidade como sujeito social e político compreensivo, junto com os atores que se reconhecem reciprocamente e que se confrontam para encontrar-se em torno de uma idéia de cidade pela qual vale a pena se mobilizar. Arquitetos e urbanistas podem participar dessa mobilização, mas sem a presunção de que a forma possa determinar o futuro da cidade e, ainda menos, a forma do planeta.

Sob a pressão da globalização e das privatizações, o sentido de pertencimento e o conceito de cidadania em Caracas, Mumbai e Johannesburg estão se enfraquecendo, enquanto a inclusão é sempre mais difícil de ser realizada com os instrumentos de governo: nas cidades dos países em desenvolvimento, os grandes projetos arquitetônicos e urbanos, onde existem, referem-se exclusivamente às *elites*, àqueles que estão dentro da globalização, não aos que estão excluídos. Pelo contrário, a luta contra a exclusão requer políticas urbanas que se coloquem na direção do direito à cidade, políticas integradas – como se costuma dizer – de pobreza, de moradia, de trabalho e de representação que sejam afrontadas conjuntamente.

## NOTAS

1. Na realidade, o aumento demográfico é sempre menos ligado à imigração rural e sempre mais ao crescimento natural da população que já vive na cidade.
2. Cercas de ferro colocadas ao longo de estradas ou nas entradas de jardins, protegendo as moradias.





## **ROMA E AS CAPITAIS: O MITO E O PLANO**

**Andrea Buchidid Loewen, Ricardo Marques de Azevedo**

Arquiteta | doutoranda pela FAU-USP  
Docente das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e da Universidade São Francisco | [andrealoewen@uol.com.br](mailto:andrealoewen@uol.com.br)

Arquiteto | doutor pela FFLCH USP e livre-docente pela FAU-USP.  
Docente nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e da Universidade de São Paulo | [rimarques@usp.br](mailto:rimarques@usp.br)



Bênção de Sixto V na Praça de São Pedro – 1585.

## ROMA E AS CAPITALIS: O MITO E O PLANO

Em geral se crê ser Renascimento noção velha de meio milênio. Não é; mal conta século e meio. Burckhardt cunha o termo por volta de 1860 e dá por pátria ao movimento artístico que lhe corresponde a Península Itálica. Atualmente, estudos mais escrupulosos já não abonam a idéia, interessante, porém interessada, de Idade Média, hiato obscuro sito entre a semente lançada em terras helênicas e que medra até o ocaso do Império Romano e os aurorais ares que se seguem à nova semeadura de Giotto e Petrarca. Segundo o recorrente modelo dual, visando ressaltar o lume de algo, se abisma seu oposto em trevas: e os admiradores da cultura latina, na Toscana dos séculos XIV e XV, luzindo sua filiação às glórias dos antigos, comprazem-se em obnubilar o milenar interstício havido entre aqueles tempos luminares e os correntes. Ora, mesmo nos momentos mais adversos do medievo a venerável Antigüidade nunca esvaecera por completo, aqui e ali seus frutos ainda vivificam: Bizâncio (Constantinopla), até que os turcos a empolgam, é, todavia, Roma; os eruditos do Islã bem conhecem, discutem e difundem Aristóteles e seus coetâneos; nos mosteiros, dioceses e, mais tarde, também nas universidades, preserva-se e se cultiva o legado antigo. Não tarda, e também a Igreja Católica constata o proveito que advém de ser e se dizer ela mesma romana.

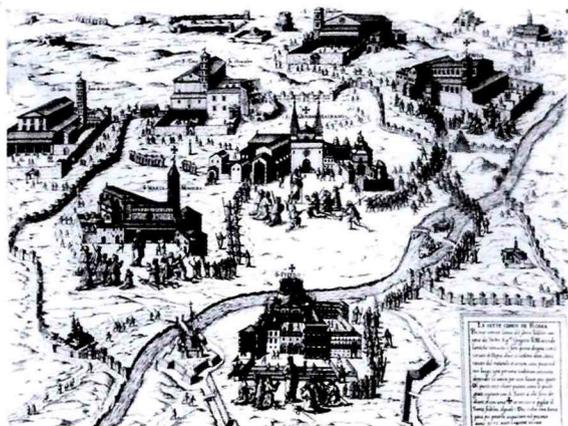
Malgrado a influência clerical se faça sentir por toda parte, é, em princípio, laica a disposição de professar os valores que os escritos latinos propagam: Cícero, Quintiliano, Plínio e outros autores são avidamente copiados, lidos e emulados. Enquanto isso, a alta

hierarquia da Igreja se ocupa em ferozes disputas intestinas e se consome em cismas e excomunhões cruzadas, afetada por propósitos conflitantes e instada pelo rei francês, abandona a velha Roma entre os séculos XIII e XIV.

O chamado *Cativeiro da Babilônia* despejara os papas e sua cúria para longo exílio em França. Tal desterro se faz acompanhar também do êxodo de altos funcionários, prelados, peritos em leis, banqueiros, mercadores, soldados, até mesmo de prostitutas que, como ratos, evadem-se da cidade empobrecida e esvaziada. Derrui então toda uma estrutura econômica, pois os recursos recolhidos no Ocidente cristão são agora drenados para Avignon, e a Roma só restam pastos e sementeiras. Na bimilenar *urbe*, por toda parte, vêem-se amplos espaços baldios e desabitados.

Já há muito haviam finado os gloriosos dias de esplendor imperial e, da outrora fêrvida e soberba metrópole, cidade-mãe de mais de dois milhões, adornada com templos e pórticos decorosamente ataviados de sólidas colunatas e com amplas naves das basílicas e dos palácios, restara a cidade desalinhada e esparsamente povoada por menos de 50 mil almas (Sanfilippo, 1993, p.38).<sup>1</sup> Veneráveis monumentos da Antigüidade são então meros escombros e a maior parte da área inscrita no perímetro da muralha do século III se destina à pastagem, ao cultivo, ou é tomada por vegetação agreste. As ruínas dos edifícios se pilham tanto para a construção de monumentos importantes como para suprimento de materiais em obras vulgares. Grande parte da área do fórum se legara ao descaso, e mesmo a basílica Emília fora ocupada por tabernas, freqüentadas pela soldadesca do acampamento militar vizinho ao *quartiere*

As sete basílicas de Roma e Via della Lungara, em direção à porta Setimiana.



grego do Fórum Boarium. Muitos edifícios se aproveitaram para novos fins: do Pantheon e de outros templos, da cúria ou da basílica de Giunio Basso se consagram igrejas; mausoléus e arcos triunfais se conservam como roques; pórticos albergam oficinas; enquanto antigas estruturas de utilidade pública, como as muralhas aurelianas, algumas pontes e aquedutos, preservam a destinação original (Günther, 1994, p.259). As ruas, pobres ruelas, separam igrejas de peregrinação e santuários, e ao redor desses concentram-se pequenas comunidades, configurando um conjunto de vilarejos dispersos.

A população migrara das zonas das colinas e se estabeleceu à esquerda do Tibre, na alça entre o Capitólio e o Mausoléu de Adriano, e ao longo do percurso subterrâneo do antigo aqueduto das Águas Virgens ainda resistente. Na área anterior à Basílica de São Pedro, conhecida como Borgo, e em Trastevere poucas dezenas de pessoas se agrupam. Assim,

a povoação rarefeita convive com os vastos ermos, cultivados ou não, que se espargem no interior da vetusta muralha. Essa área intramuros é dividida oficialmente em treze *rioni*: doze na margem esquerda, e Trastevere na direita do Tibre: Roma é então repartida em esferas de influência de poderosas e antigas famílias baroniais com seus domínios consolidados por torres, fortalezas e campos com trincheiras; mas, lindeiros a esses, havia propriedades da pequena aristocracia e da burguesia emergente.

A decadência de Roma no século XIV não soa então mero *topos* literário, mas realidade que destoa da pretendida retomada do *antico*, da idéia de Roma *cidade régia e imperial*, senhora do mundo. O exílio da cúria, desviando o influxo contínuo de recursos da periferia para o centro do Ocidente cristão, e as devastadoras conseqüências da grande peste de 1348 desvelam aos olhos dos peninsulares o contraste entre a condição miserável de seu período e a prodigiosa estatura da antiga Roma. A admiração pela Antigüidade reverbera retórica em Dante, Petrarca e Boccaccio, que celebram os distantes antepassados por seu poder e domínio sobre o mundo, sua civilidade, sua capacidade e seus modelos de virtude. Quando Petrarca conclama *quem duvida que Roma poderia levantar-se novamente, bastando para isso conhecer-se a si mesma?*, ou quando proclama que o futuro será capaz de *regressar ao brilhante esplendor do passado*, por certo concebe o novo florescimento como um rebrotar da Antigüidade, para ele, romana (Panofsky, 1960, p.39).

Mesmo após o retorno dos papas em 1377, o papel de Roma como seu assento permanente não está assegurado. O período do cisma encontra rivais requerentes à Santa Sé propondo Pisa e Florença como sedes papais. Entretanto, após relativa pacificação entre grupos e partidos e a reunificação do papado, havida em inícios do *Quattrocento*, cogita-se a volta do aparato da cúria à vetusta e aquebrada Roma. Tarefa árdua e delicada, empreendida por Martinho V, mercê de batalhas, alianças e concessões. Restabelecida na cidade, em 1421, a residência papal, cumpre que as circunstâncias que propiciaram o degredo de Avignon jamais se repitam e, para tal, a eminência papal não pode tornar a se deixar subordinar à autoridade imperial. Embora o papado não rivalize em posses e poder militar com outros reis e imperadores, a Igreja insiste em assinalar que seu poder espiritual não se subsume a qualquer outro e, também, que, como se estipula pela propalada *dotação constantiniana*, os pontífices sucedem os imperadores e, nessa condição, compete-lhes coroar e, assim, legitimar reis. É oportuno, outrossim, ressaltar que o poder papal antecede a todos os outros e, assim, estes, de algum modo, daquele decorrem. Nesse sentido, as veneráveis ruínas da grandeza imperial contam como testemunho eloqüente da precedência de Roma sobre as demais sés reais ou imperiais. É também muito útil à Igreja, naquela conjuntura, propagar sua ancestralidade e alardear-se herdeira e sucessora da Antigüidade.

A atração pelo antigo e o desiderato de recuperá-lo, entretanto, já vinha sendo professado há algum tempo em terras toscanas e em outros centros. Desde que Dante, escrevendo em língua vulgar, convoca Virgílio para guiá-lo nas esferas dos infernos e purgatórios, assinala-se a crescente admiração pela poética e pela retórica dos latinos. E Petrarca

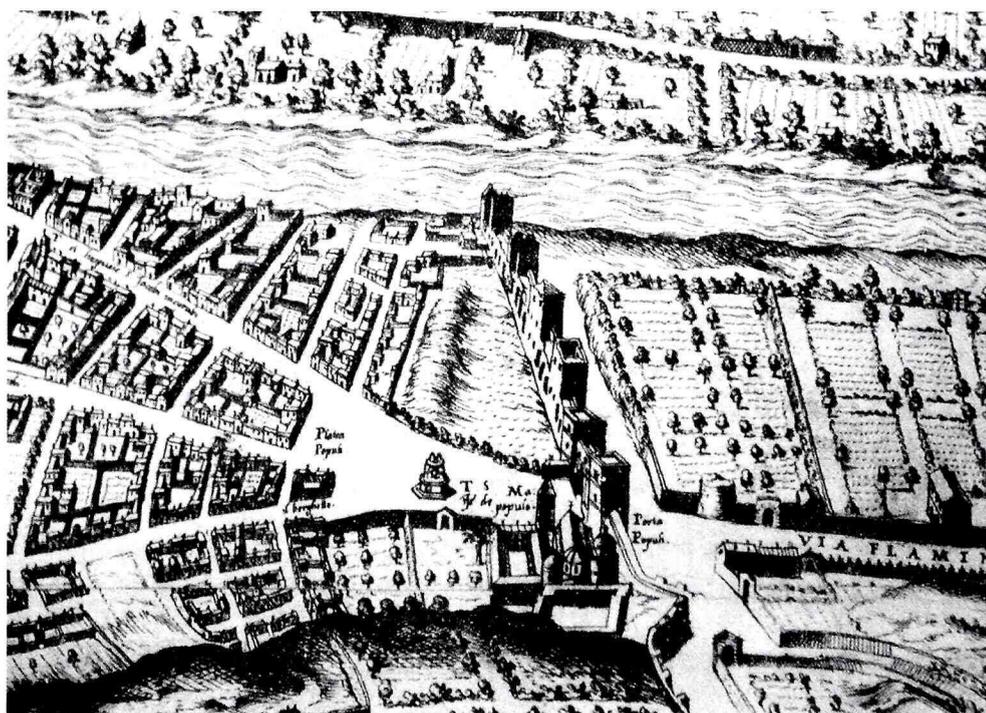
é exemplo seguido por muitos na estima pelas formas e idéias que o legado itálico guarda. Assim, torna-se hábito para pensadores e artistas aportar a Roma e imaginar seu resplendor restaurado. Logo, oradores e latinistas colaboram com os papas na cogitação e na ação da reconstrução da *urbe*. Desse modo, a adesão da Igreja às idéias renascentes e sua aliança com retores e artistas não resultam de considerações teológicas ou inclinações pessoais, ela é cálculo político e estratégico longamente ponderado. Importa então para os interesses das potestades clericais recuperar e externar o fulgor da magnificência romana, reflexo e imago da grandeza da Igreja ali sediada.

A Roma que se mostra no início do século XV não faz jus à designação de *caput mundi* e, todavia, ostenta inteiras suas marcas medievais. Edifícios dispersos amontoados ao redor das distantes basílicas de Santa Maria Maior e São João Latrão constituem assentamentos isolados, conectados ao restante da cidade apenas por reminiscências de antigas vias romanas e por trilhas imundas e sinuosas. O Fórum se conhece como *Campo Vaccino*, em referência às vacas que ali ruminam, e o Capitólio é apodado *Monte Caprino*, por causa das cabras lá forrageadas. Segundo o relato de Platina, biógrafo dos pontífices, Martinho V “reencontrou a cidade assim arruinada que não possuía mais aspecto de cidade, mas de deserto” (Guidoni, 1990, p. 110).

O papa então, além de estabilizar a situação política da cidade,<sup>2</sup> procura restabelecer a boa administração e o decoro urbano, introduz medidas de higiene e de vigilância, e recupera casas privadas, edifícios civis, eclesiásticos, pontes e algumas estradas. Mas sua principal ação é, em 1425, a integração da jurisdição dos *magistri viarum*, instrumento privilegiado para a intervenção urbana, aos quais se facultam amplos poderes de operar demolições e modificações edilícias para que as vias sejam traçadas em reta linha, enquanto as ruas sinuosas, que na Roma do *Quattrocento* são a quase totalidade dos casos, são retificadas. Além disso, a administração papal, para tornar mais eficaz e evidente sua presença na cidade, tende também a, isolando-os, destacar os monumentos – o Coliseu, o Panteão, o Castelo e a Ponte Sant’Angelo, além de igrejas e palácios.

A direção de restauro indicada por Martinho V é seguida por seus sucessores. Eugênio IV demonstra ainda mais simpatia pelo antigo, e suas longas estadas em Florença renovam contatos com essa capital artística e intelectual. Quando regressa a Roma, em 1443, se fez acompanhar por um grupo de letrados que, insuflados pelos encantos da Cidade Eterna, estabelecem noções que transcendem a perspectiva florentina e contribuem decisivamente na transformação da Roma da Renascença: entre eles Flávio Biondo e Leon Battista Alberti.

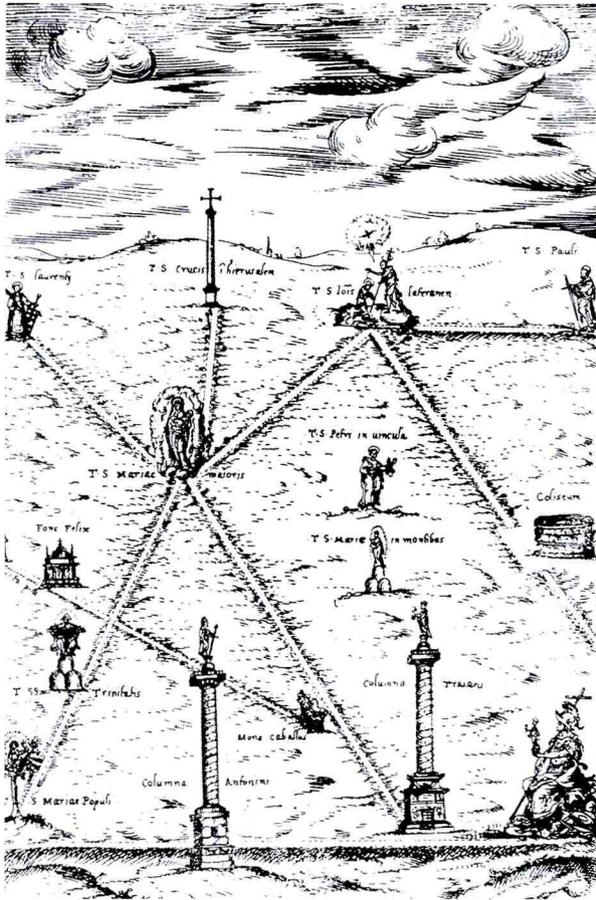
Biondo inicia a tradição dos estudos de reconstrução histórico-topográfica da cidade antiga, fundamentais para a recuperação mais precisa das heranças urbanística, arquitetônica e artística do paganismo, e para a política de conservação, ainda que parcial, dos testemunhos supérstites. Nas visões dos eruditos romanos, a cidade não se percebia como comunidade humana ou sociedade política, mas se divisava como a capital,



Piazza del Popolo e o tridente formado pela Via di Ripetta (acima), Via del Corso (ao centro) e Via Clemente.

a cidade global (*urbis terrarum orbis*) e, como diz Cícero, a cidadela de todos os povos (*arx omnium gentium*). Tida como sagrada tanto para a civilização quanto para o cristianismo, a fundação e o destino de Roma superam a compreensão humana, e, assim, rito, mito e liturgia se confundem na inquirição racional e, junto com a especulação arqueológica, oferecem meios pelos quais se pretende tornar novamente tangível a grandiosidade fabulosa da eterna capital. A moderna oratória romana, útil tanto para a celebração da *Parilia*<sup>3</sup> como para várias outras ocasiões cerimoniais, estabelece uma tradição panegírica cujos termos cósmicos e sublimes, muitas vezes herdados da Idade Média, elaboram o destino mítico de Roma: principal cidade do mundo (*caput orbis* ou *mundi*), cidade real e sacerdotal (*civitas sacerdotalis et regia*), centro da fé cristã (*caput fidei* ou *caput christianae religionis*), pátria comum de todos os povos (*patria communis*) e fonte da lei (*mater legum*). Esses atributos retóricos, que exaltam seu nome, lugar e imagem, acrescidos às novas descobertas extraídas das escavações, são louvados nas descrições e celebrações da cidade, pleiteando que Roma não pertence à Terra, é parte do céu (Stinger, 1985, p.72-3).

Doutos argumentam que ela se nutre da tradição acrisolada em seus monumentos, imagens e memória de seu portento, e consideram que os descuidar equivale a adensar trevas e fazer grassar ignorância sobre um lugar que fora fonte superlativa de luz e civilização. Num momento em que Eugênio se interessa pela restituição de edifícios decaídos, pelo restauro de basílicas e monumentos pagãos e pela limpeza das vias, Biondo também se arroga como restabelecedor de Roma, já que, para ele, o revigorar das recordações equivale a uma verdadeira restauração material. Mas é com Nicolau V, investido em 1447, que



Esquema do plano de Sixto V – 1588.

se inicia a construção plurissecular da *Roma dei papi*: as transformações inovadoras delem paulatinamente os sinais da cidade medieval e as intervenções vinculam-se aos pontífices, que se alargam protagonistas da história urbana.

A tentativa de justaposição da Roma moderna à antiga assinala o pontificado de Nicolau, que estende a atenção às várias partes da cidade, e cujas iniciativas implicam não tanto a alteração de sua forma física, mas, sobretudo, a atualização de seu uso e imagem. Assim, os intervenos edílios e viários podem se enquadrar na retomada do desígnio preciso de tornar simbolicamente visível e tangível o primado universal do papa e a supremacia da Igreja romana. Para tal, consolida-se a muralha aureliana e suas portas, restauram-se pontes e aquedutos, amplia-se a antiga Basílica de São Pedro, alargam-se e restauram-se as muralhas vaticanas, recuperam-se muitos edifícios do burgo e a própria implantação viária e reforça-se o Mausoléu de Adriano com torres e muros para ajustá-los às

armas de fogo. No seu programa urbanístico, o interesse predominante recai sobre o Vaticano e o Castelo Sant'Angelo que em conjunto com a ponte sobre o Tibre são elementos-chave da conexão com a cidade laica. As obras mais significativas são voltadas a regularizar e ampliar a Praça da Ponte, convergência de três vias principais – *Peregrinorum*, *Papalis* e *Recta* –, configurando-se assim uma estrutura unitária e moderna.

Um projeto de particular interesse, embora não realizado, prevê a construção de outra estrutura viária tripartida entre o castelo e a basílica, aberta em direção à Praça de São Pedro e que acolheria ainda, axial à fachada, o obelisco vaticano. De acordo com o panegírico de Manetti, espécie de testamento ditado por Nicolau em seu leito de morte e que descreve minuciosamente seu programa de *renovatio*, nota-se que as três vias respondem a um desenho único, constituindo um verdadeiro tridente de estreita amplitude angular, mas de amplo valor projetual. A descrição detalhada contempla a configuração planimétrica das novas vias, retilíneas e orientadas a um foco preciso, também visa à arquitetura e ao ofício dos edifícios que as ladeiam: um porticado contínuo confere ordem e uniformidade à composição arquitetônica e multiplica o efeito de aceleração perspéctica em direção ao fundo. Ali, o obelisco, fixo no eixo que colineia a porta da basílica ao castelo, é símbolo da reconexão com a herança do antigo, pois já se entende então que não cabe ao novo se conformar às reminiscências antigas. Essas, agora recuperadas e destinadas a outros usos, é que virão

a se adequar às novas e diversas exigências. A arraigada relação entre a cidade moderna e os testemunhos do passado, malgrado a escassez de intervenções mais abrangentes durante os pontificados de Pio II e Paulo II (de 1453 a 1471), luz em alguns pontos nodais, como o Castelo e a Ponte Sant'Angelo, nos quais as exigências estratégicas e as demandas de tráfego aconselham o banimento das botegas e a liberação da área. Desse modo se confere dignidade e decoro ao até então único acesso ao burgo Vaticano.

No último quartel do século XV, Sixto IV retoma o programa inovador de Nicolau V e empreende medidas de caráter útil e pragmático. Em vez de priorizar a ereção de poucos e custosos monumentos, busca consolidar um eficiente sistema urbano de ruas, pontes, hospitais, igrejas e capelas. Em vista do ano jubilar de 1475, sanciona-se o privilégio aos prelados e acólitos da cúria de poder livremente legar seus bens aos herdeiros, legítimos ou bastardos, desde que esses construam uma residência de generosas dimensões na cidade.<sup>4</sup> Os resultados são patentes: cada um desses edifícios é guarnecido por uma praça própria e se insere, sempre que possível, de maneira regular no sistema viário existente; os novos palácios são, *ad decorem civitatis*, centros de irradiação e de renovação urbana.

O pontificado de Sixto IV marca um período de intensa e intencionada transformação física da cidade: um tempo em que a Roma moderna sobreleva-se à antiga. Em 1480, o papa faculta a demolição de casas abandonadas ou arruinadas, decreta a erradicação do que seja agregado, que impeça o tráfego ou obstaculize as vias (passadiços, porticados, *logge*, apoios, escadarias etc.), e obriga a pavimentação das ruas e a construção de edifícios, respeitado o rigor do alinhamento das vias. Suas ações visam enformar logradouros disformes, isto é, conferir forma geométrica perceptível a praças e vias, até então em sua maioria ladeadas por muros sinuosos. Contrapondo-se aos serpeantes e ondulosos percursos medievais, constroem-se vias retilíneas fugadas em monumentos, concebidos como unidades íntegras e capazes de dominar a cena urbana por sua regularidade e, sobretudo, por suas dimensões que abalam o equilíbrio medieval. Não se trata de uma episódica e casual sucessão de intervenções urbanas, mas de operações acuradamente cogitadas tendo em vista a estrutura preexistente e as novas iniciativas: a rua é concebida, desenhada e controlada em toda a sua extensão. Exemplifica esse desiderato a grande Via Alessandrina (atual Borgo Nuovo), construída em 1499 por Alessandro VI, a primeira retilínea axialmente orientada para marcos urbanos – projetada *ex novo* –, referência fiel ao braço direito do tridente concebido por Nicolau V. Dirigida à porta do Palácio Vaticano, ela se estende por 450 metros e sua abertura impõe a destruição de parte do tecido urbano da área com a demolição de diversas casas e de parte do monumento antigo denominado *Meta Romuli*.

Júlio II (1503-1513), recém-eleito, nomeia Donato Bramante arquiteto-chefe da *fabrica* de São Pedro, e sua primeira iniciativa se volta ao Cortile del Belvedere, com a transformação da área entre o Palácio Vaticano e o Belvedere de Inocêncio VIII em grandiosa *villa*, cujas dimensões – superiores às de qualquer outro edifício de então – repercutem sua ambição imperial. O arquiteto também persuade Júlio II a derrubar a milenar

basílica constantiniana de São Pedro e, sobre seus escombros, na colina Vaticana, refundar um novo signo da magnificência da Igreja, templo esplendíssimo capaz de difundir nova imagem em nada devedora àquela dos antigos. Às margens do Tibre, é significativa a abertura de duas grandes ruas retilíneas e paralelas entre si: as vias Giulia e della Lungara. A primeira é resultado de uma maciça demolição, longa de mais de um quilômetro, cuja intenção é coligar os restos da Ponte Neroniana à Ponte Sixto, o que transforma o *rione* della Regola em domicílio privilegiado para abastados. Na outra margem, Bramante rasga, em meio a campos e vinhedos, a segunda via reta que se estende por um quilômetro e liga a Porta Setimiana em Trastevere à Porta Santo Espírito no Burgo.

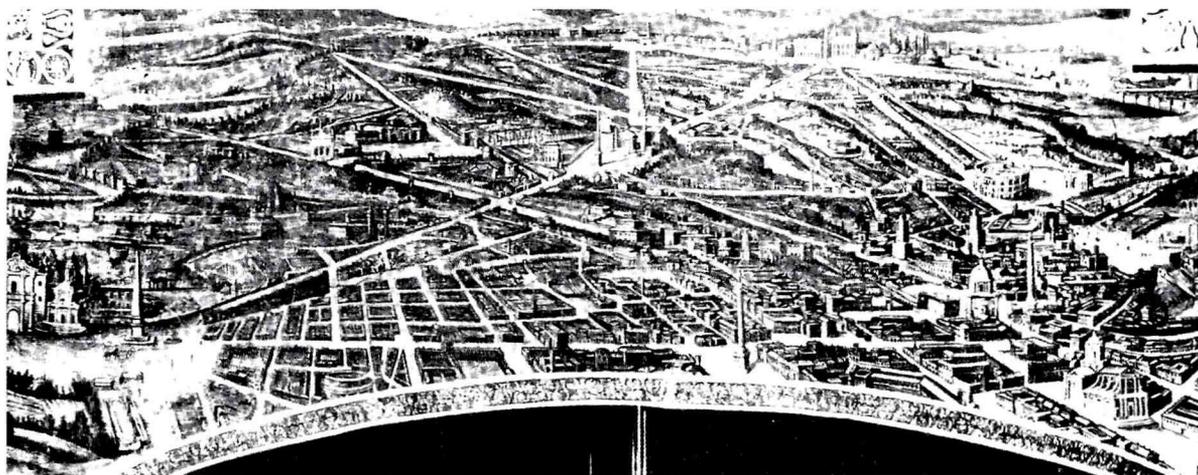
Essas intervenções encerram a fase das grandes correções do sistema viário nos velhos *rioni*. A partir de então, os novos eixos se direcionam à conquista dos espaços a serem urbanizados sobre as zonas das colinas. Durante os pontificados de Júlio II e de seu sucessor Leão X – filho de Lourenço, o Magnífico –, consolida-se em Roma a senhoria papal que recebe apoio dos cidadãos em troca de privilégios, concessões e isenções de taxas. Roma é um grande canteiro, lugar para o qual afluem os mais célebres arquitetos, escultores, pintores, literatos e eruditos da época. Assim, o papa Médici se vale do talento do jovem Rafael, que afresca as *stanze* e as *logge* no Vaticano e ergue, nas encostas do Monte Mário, a bela Villa Madama. Na extremidade da Via Giulia, Leão X empreende a construção da Igreja de São João dos Florentinos, cuja importância pode se medir pelo notável número de projetos levados ao papa por arquitetos como Michelangelo, Peruzzi, Sansovino, além do próprio Rafael. A única intervenção urbanística desse papa é a sistematização da Via di Ripetta, em 1518, estendendo uma reta de mil e duzentos metros do Palazzo Madama – vizinho à Praça Navona – à Porta del Popolo. Traçada pelos *magistri viarum* sob a supervisão de Rafael e de Antonio da Sangallo, o Jovem, ela mais tarde se articulará à Via Clementina (atual Via del Babuino) construída pelo segundo papa Médici, Clemente VII. As duas, convergindo à Praça del Popolo e bissectadas pela Via del Corso, compõem um tridente de grande importância para a ocupação e a urbanização do Campo Marzio.

Os anos sucessivos às duas décadas de pontificado dos Médici são marcados pela violência dos saques dos bandos dos Colonna, em 1526, das tropas de Carlos V, em 1527, e dos mercenários Lanzichenecchi, em 1528. A essas devastações somam-se as calamidades de nova peste e da inundação do Tibre. Assim, Roma, talada, vê sua população reduzir-se a pouco mais de trinta mil. Mas já com Paulo III, em 1534, fazem-se obras de recuperação edilícia e urbana a fim de renovar a imagem da Cidade Santa e de reforçar sua posição de capital da cristandade, então abalada pelas investidas dos saqueadores e pelas dissensões da Reforma.

As reações da Contra-Reforma romana se exibem no Jubileu de 1575, quando peregrinam para a cidade cerca de quatrocentos mil. É nesse contexto que se insere o breve e decisivo pontificado de Sixto V. Ainda que não se possa falar de um *plano sixtino* e que seja indevido nomear suas intervenções como *primeiro plano regulador de Roma* (Insolera, 1996, p. 166), as intensas atividades promovidas certamente respondem a um programa geral: abrir

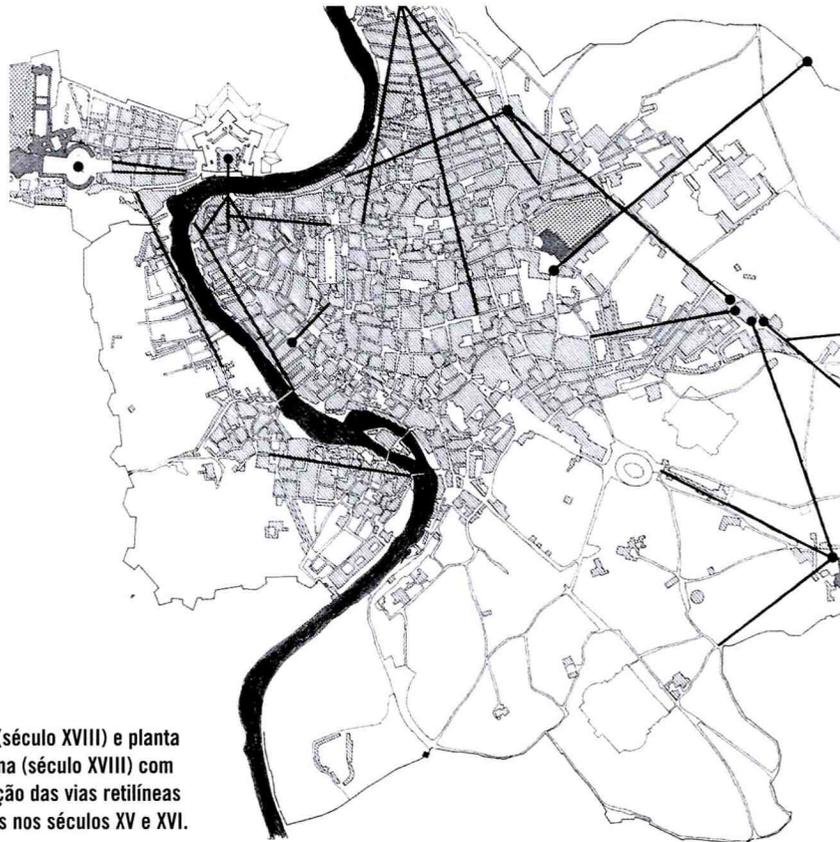
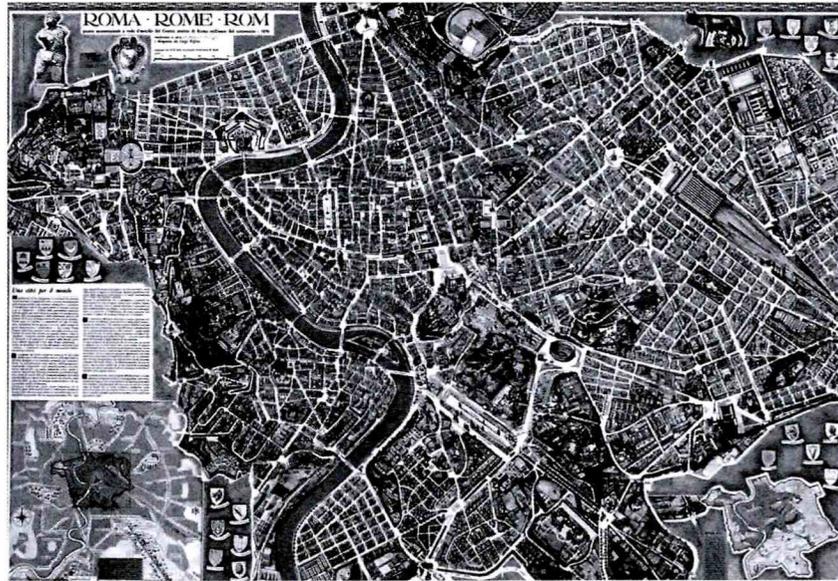
novas ruas, retificar o velho sistema viário, construir e modernizar aquedutos, acionar atividades industriais e comerciais, restaurar igrejas e erigir antigos e novos obeliscos.

O motivo inspirador de sua reforma urbanística é também de natureza religiosa e celebrativa, pois consiste em ligar, por meio de vias retilíneas, as sete principais basílicas visitadas pelos peregrinos, além de outros pontos estratégicos de Roma, reduzindo assim, idealmente, a distância física entre os gloriosos e antigos monumentos que espelham a prístina estrutura da cidade imperial através de uma conexão também visual. O aspecto original do programa do papa, ideado pelo arquiteto Domenico Fontana, apóia-se na identificação da importância da percepção óptica, direta, da meta: encimados pela cruz, obeliscos simbolizam o triunfo da fé cristã sobre o paganismo e são instrumentos compositivos relevantes, pois permitem a apreensão imediata dos vários focos perspécticos dos principais monumentos que agora se inscrevem numa cidade que então já conta em cem os milhares de residentes.



Projeto de Domenico Fontana para o plano de Sixto V.

A proposta urbanística de Sixto V, apesar de parcialmente realizada – apenas seis vias retilíneas são efetivamente construídas –, materializa o percurso do peregrino através dos eixos viários e prefigura a estrutura sobre a qual se dobra e redobra a Roma barroca. Nos primeiros anos dos Seiscentos, ela é novamente *caput*; uma cidade unificada e normalizada. Quando os monarcas europeus consolidam seu poder absolutista e lhes convém que suas capitais reflitam e reverberem a majestade e a glória, é na Roma restituída que está o paradigma para suas capitais. Em princípio, são intervenções localizadas que qualificam logradouros pelos quais se represente a munificência do soberano ou das instituições a ele subordinadas. Mais tarde, importa que a cidade-capital seja cenário esplêndido para as coreografias pelas quais se espetaculariza a magnificência do príncipe e de sua corte. Em Paris, Turim e Madri são praças, parques e palácios de geometria regular que se adornam com estátuas, efígies com símbolos reais, e, logo, avenidas largas, retas e colimadas em monumentos se difundem. Quando Londres arde em incêndio e Lisboa treme por arrasador sismo, a Roma se acrescentam outras capitais como modelo urbanístico e, no início do século XVIII, o tsar Pedro



Roma (século XVIII) e planta de Roma (século XVIII) com indicação das vias retilíneas abertas nos séculos XV e XVI.

deseja e erige, em contraste com a vetusta e oriental Moscou, uma capital ocidentalizada. Então, novamente, em São Petersburgo, à retícula regular se sobrepõem núcleos irradiantes que articulam perspectivas. E a jovem república norte-americana, ao encomendar a L'Enfant o desenho de sua capital, reafirma sua filiação aos arquétipos europeus, concebidos, gestados e nutridos na Roma renascida, que da imperial pretendia ser êmulo.

**NOTAS**

1. O autor relata que, desde o século VI d.C., os dezotois quilômetros da cinta aureliana abraçam grandes espaços abandonados que constituem cerca de 1.400 hectares de área não-construída.
2. O papa Martinho V considerava Roma uma cidade a ser governada como *sua*; ele a possuía em virtude da *Dotação de Constantino*, e, além disso, sua família fazia parte dos poderosos barões romanos (ver Westfall, 1984, p.149).
3. O aniversário de fundação de Roma.
4. A idéia do papa é de fato inovadora, pois todo o complexo de homens da cúria possuía enormes somas oriundas de seus benefícios eclesiásticos dispersos por toda a Europa. Os cânones prescreviam que a herança de um prelado poderia ser confiscada pelo pontífice, assim eles preferiam investir fora de Roma e diretamente em nome de seus parentes (Sanfilippo, 1993, p.62).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AZEVEDO, R. M. de. *Metrópole: abstração*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- GUIDONI, E. *L'urbanistica di Roma tra miti e progetti*. Roma: Laterza, 1990.
- \_\_\_\_\_. *La Città dal Medioevo al Rinascimento*. Roma: Laterza, 1992.
- GÜNTHER, H. La rinascita dell'antichità. In: MILLON, H.; LAMPUGNANI, V. (Org.) *Rinascimento da Brunelleschi a Michelangelo* – La rappresentazione dell'architettura, Milano: s. n., 1994.
- INSOLERA, I. *Le città nella storia d'Italia* – Roma. Roma: Laterza, 1996.
- PANOFSKY, E. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, 1960.
- PORTOGHESI, P. *Roma barroca*. Roma: Laterza, 1995.
- SANFILIPPO, M. *Le Tre Città di Roma* – Lo sviluppo urbano dalle origini a oggi, Roma: Laterza, 1993.
- STINGER, C. *The Renaissance in Rome*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.
- WESTFALL, C. W. *L'Invenzione Della Città* – La strategia urbana di Nicolò V e Alberti nella Roma del '400. Roma: NIS, 1984.

**RESUMO**

Este artigo trata da recuperação urbanística de Roma desde o retorno do papado de Avignon até o período barroco, e de como as intervenções urbanas ali praticadas tornaram-se modelo para as capitais nacionais que se consolidam a partir do século XVII.

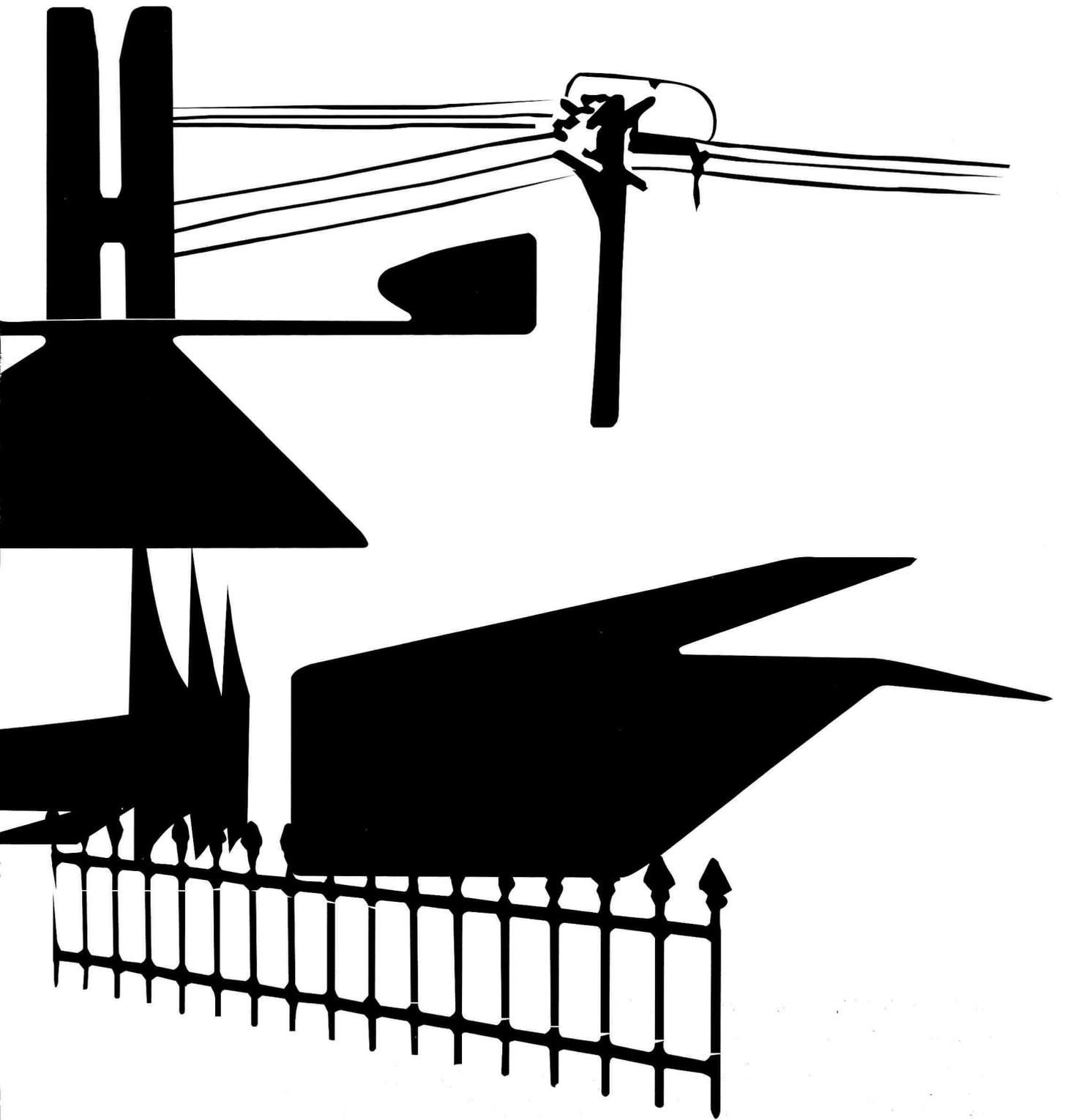
**PALAVRAS-CHAVE:** Roma, história das cidades, capitais, urbanismo.

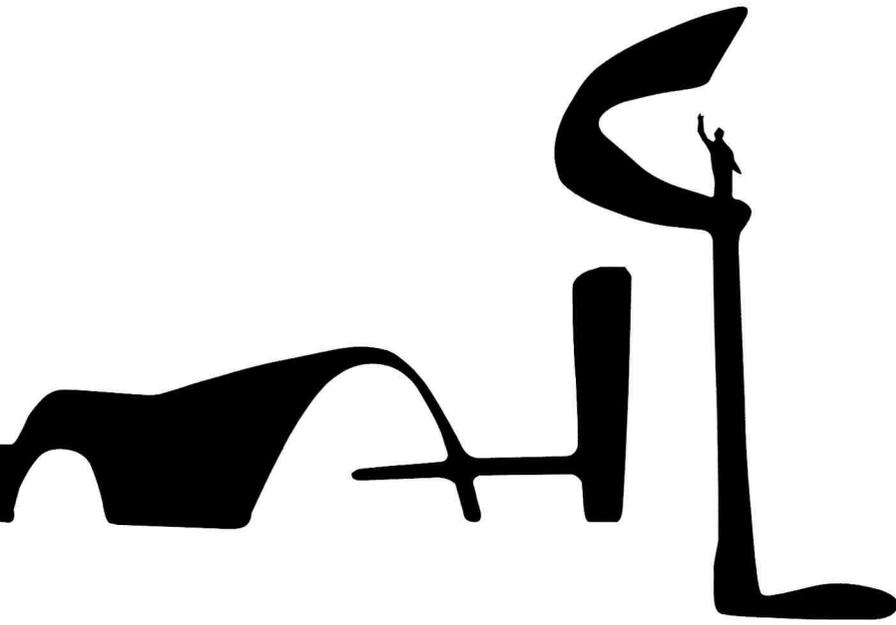
**ROME AND THE CAPITALS: THE MYTH AND THE PLAN****ABSTRACT**

*This article deals with the urban recovery set in Rome since the papacy return from Avignon until the barroque times and the ways by which the urban interventions applied there became a model for the consolidation of the Nation's capitals from the Seventeenth century on.*

**KEYWORDS:** Rome, cities' history, capitals, urbanism.







## OS TRÊS MOMENTOS DO USO DA TECNOLOGIA COMPUTACIONAL GRÁFICA EM ARQUITETURA

Bruno Ribeiro Fernandes, Alice Theresinha Cybis Pereira, Américo Ishida

Professor substituto | Universidade Federal de Juiz de Fora  
*bruno.fernandes@uffj.edu.br*

Professora adjunta IV | Universidade Federal de Santa Catarina  
*alice@ava.ufsc.br*

Arquiteto | mestre pela FAU-USP  
Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal de Santa Catarina | *ishida@arq.ufsc.br*

# **OS TRÊS MOMENTOS DO USO DA TECNOLOGIA COMPUTACIONAL GRÁFICA EM ARQUITETURA<sup>1</sup>**

## **OS TRÊS MOMENTOS**

O processo de projeto de arquitetura e o seu ensino passaram por várias mudanças ao longo do tempo, sendo condicionados por fatores como contexto tecnológico, cultural, social e econômico, além de dependerem de suas diversas particularidades. Atualmente, a busca incessante pelo melhoramento do processo de projeto e do ensino aliados às inovações tecnológicas da informática e da construção civil vêm trazendo importantes avanços para a área da arquitetura.

Desde a invenção e o aperfeiçoamento da tecnologia computacional gráfica na década de 1950 que suas aplicações têm sido testadas e discutidas como instrumento de auxílio ao processo de projeto de arquitetura. Os sistemas de computadores foram primeiro desenvolvidos e utilizados na arquitetura para facilitar a representação gráfica de um edifício (Sydney & Catanese, 1984). Na década de 1980, e mais intensamente na década de 1990, com o desenvolvimento dos computadores pessoais e dos programas computacionais gráficos conhecidos como programas CAD (Computer Aided Design – projeto auxiliado por computador), as aplicações de computadores para trabalhos de arquitetura foram muito disseminadas e trouxeram grandes vantagens econômicas aos ateliês (Santos, 2005a). Com possibilidades de facilitar, agilizar e aumentar a precisão e a racionalidade na execução, impressão e transmissão dos desenhos via internet, o computador tornou-se peça constante e fundamental no

escritório de arquitetura, substituindo desenhistas e pranchetas, parte que se tornava extremamente onerosa no projeto.

A evolução, a simplificação, o barateamento e a especialização da tecnologia computacional gráfica em relação às necessidades do processo de projeto e às novas experimentações em projetos de arquitetura têm permitido aumentar a gama de meios que podem ser utilizados na expressão de uma idéia. Esse conjunto de fatores tem contribuído com novas possibilidades de criação, visualização e edição de modelos tridimensionais, e aumentado conseqüentemente a capacidade de compreensão e análise do projeto arquitetônico.

O estudo desses fatores resultou na identificação dos três momentos do uso da computação gráfica em arquitetura. No primeiro momento, o uso de programas computacionais gráficos se restringia a representar um edifício em projeção ortográfica e perspectiva, substituindo a prancheta na criação dos desenhos técnicos do projeto de arquitetura. O segundo momento é caracterizado pelo uso da computação gráfica na viabilização construtiva de modelos físicos experimentais, convertendo a sua geometria em parâmetros tridimensionais digitais. O terceiro momento caracteriza-se pelo processo de projeto que toma partido das virtudes tecnológicas da computação gráfica e do ciberespaço na sua concepção.

A seguir são apresentadas possibilidades do uso de técnicas de computação gráfica e no próximo item são mostrados exemplos de projetos que marcaram o uso da computação gráfica no processo criativo do projeto de arquitetura.

### **NOVAS POSSIBILIDADES NO PROCESSO CRIATIVO DE PROJETO**

Segundo Duarte (2003), o uso de modelos de representação no projeto é veículo tanto no processo como na apresentação de um resultado final ou parcial, e seu modo de uso durante o processo criativo também se relaciona com o método de obtenção de uma forma que exprima a solução encontrada para um projeto. Desse modo, uma ferramenta que sugere novas possibilidades de representação poderá sugerir também possibilidades de novos processos.

Para entender o ambiente gráfico digital característico do computador como um ambiente de auxílio ao projeto, é preciso conhecer o que os programas podem ajudar a criar, quais características esses modelos digitais trazem e como eles podem ser desenvolvidos. Depois, essas técnicas poderão ser experimentadas em um processo de projeto, e somente aí suas vantagens e desvantagens serão realmente conhecidas.

Segundo Jacobs (1991), como o processo de projeto envolve uma grande quantidade de informações que precisam ser absorvidas e alternativas diversas que precisam ser exploradas profundamente, o processamento de dados deve ser assimilado. A computação gráfica pode fornecer um significativo meio de gerenciamento dessa complexidade, e, apesar de esses programas continuarem crescendo em poder e facilidade de uso, a estrutura fundamental de trabalho com os modelos digitais permanece inalterada,

mesmo com a atual diversidade de ferramentas gráficas. O modelo digital pode servir para uma análise sistemática de dados, testar alternativas e examinar resultados em programas aplicativos de uso específico, como análise estrutural, simulação do desempenho da luz natural e artificial, modelagem e especificação dos projetos de paisagismo, renderização de imagens, entre outros.

Sobre o impacto do uso dos modelos digitais no processo de projeto, Jacobs (1991) ressaltou o ganho em exatidão, racionalidade e agilidade proporcionada pelos processos matemáticos complexos realizados pelos programas computacionais. O modelo digital aumenta o entendimento do projetista e o controle sobre os elementos do projeto ao permitir identificar a estrutura interna de um problema. A mudança no projeto pelo método tradicional tem conseqüências muitas vezes não imaginadas, mas, com a representação do projeto em vários pontos de vista, o modelo digital torna essas mudanças mais aparentes. Por meio de uma representação tridimensional integrada, Jacobs (1991) defende que o modelo digital coloca ênfase no projeto em si, em vez de o arquiteto se prender a visões fragmentadas que não mostram o projeto como um todo, estabelecendo rapidamente um modo de pensamento e trabalho que se livra inteiramente das desvantagens do uso exclusivo do desenho tradicional.

O uso de modelos digitais pode ser válido em qualquer estágio de desenvolvimento do projeto, por apresentar ambas as características de precisão matemática e visualização da forma geométrica. No estudo volumétrico, sua flexibilidade formal permite a geração de uma vasta gama de possibilidades compositivas. Versões alternativas de idéias anteriores estão disponíveis para revisão e adaptação, resultando em um processo de grande fluidez. Desse modo, ao se trabalhar a partir do modelo tridimensional para depois gerar os desenhos de rebatimento, o processo de projeto pode se tornar mais dinâmico e flexível com a geração automática de plantas, cortes e fachadas (Jacobs, 1991).

Reforçando a teoria de Martinez (2000) sobre a passagem do geral ao particular no desenvolvimento do processo criativo do projeto de arquitetura, Jacobs (1991) afirmou que, no primeiro momento, baseado em sua experiência, o projetista cria combinações alternativas de vários elementos fundamentais e, no segundo momento, uma idéia mais compreensível é sugerida e testada. Em ambas as explorações, técnicas de computação gráfica podem ser efetivamente utilizadas, pois, além de gravar e apresentar formas arquitetônicas precisas, o modelo digital facilita uma gama de operações geométricas que podem transformar idéias iniciais em possibilidades alternativas e tem a vantagem de ser facilmente modificado em resposta à crítica.

O diálogo resultante entre a idéia e a representação objetiva dessa idéia, desenvolvida por meio do computador, pode expandir as técnicas tradicionais de projeto. Os componentes resultantes da combinação de formas podem ser combinados de novas maneiras a partir da forma original ou com componentes de outros elementos, sugerindo novas justaposições e relações. A flexibilidade do modelo digital encoraja experimentações

que permitem que novos componentes sejam mais facilmente colocados em contexto, testados e modificados, sem o grau de compromisso imposto pelos métodos tradicionais (Jacobs, 1991).

As imagens geradas durante a construção do modelo digital são representações visualizadas na tela do monitor ou impressas que remetem a projeções bidimensionais de objetos tridimensionais e, ao contrário dos modelos físicos, não podem se aproximar das qualidades esculturais da forma arquitetônica. Essas imagens, contudo, podem conter um nível de detalhamento e de realismo difícil de ser obtido no modelo físico em escala. Desse modo, o ideal é que o projetista desenvolva métodos híbridos que aproveitem os benefícios de croquis, modelos físicos e modelos digitais, organizados para facilitar a experimentação no processo criativo.

Um projeto completo de construção civil pode ser desenvolvido com o auxílio de uma interface computacional gráfica, desde os projetos de arquitetura, estrutura, hidráulico e elétrico, até os documentos de aprovação na prefeitura, projetos executivos e detalhamentos, em um processo colaborativo envolvendo vários profissionais com o uso expansivo de portais AEC na internet criados para tal finalidade, como o brasileiro Construtivo e o norte-americano Buzzsaw da AutoDesk.

Quanto mais o projeto se torna detalhado, mais o modelo digital fica muito denso para ser entendido, o que pode trazer problemas de comunicação. Para dinamizar esse processo, pode-se organizar o modelo digital em submodelos apresentados separadamente e podem-se criar sistemas adicionais. Segundo Jacobs (1991), a interface CAD possui capacidades de gerenciamento que permitem um poderoso suporte na identificação e ordenação de informações gráficas essenciais, e, assim, métodos convenientes e padronizados de organização do modelo podem ser estabelecidos.

A habilidade de selecionar combinações de elementos do projeto para visualização simultânea permite um grande controle sobre as informações gráficas em estudo. A associação de elementos em grupos ou blocos permite a modificação de componentes em qualquer escala. Com a possibilidade de incorporar facilmente ao modelo o material gráfico de outras fontes, uma biblioteca de componentes deve ser desenvolvida e padronizada para que o material gerado no processo de projeto corrente esteja disponível a um trabalho futuro (Jacobs, 1991).

Geralmente, os programas CAD possuem boa compatibilidade, mas são necessários alguns ajustes ao se migrar de um programa a outro de diferentes fabricantes. Outro problema observado no mercado de trabalho é o método variado de uso dos programas pelos profissionais. Segundo Corbioli (2002), o desconhecimento da utilidade de uso dos *layers*, da inserção de dados na forma de arquivos referenciados e a grande variedade de denominações usadas para definir cada elemento do projeto trazem dificuldades operacionais quando o projeto passa de um profissional a outro e a integração do trabalho é prejudicada.

Para proporcionar uma integração entre projetistas, construtoras e clientes, a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (Asbea) elaborou em 2002 diretrizes gerais para intercambialidade de projetos em CAD. Essas diretrizes sugerem a padronização de *layers*, diretórios, arquivos, nomenclatura e uma identificação dos responsáveis em todas as atividades, o que pode ser um valioso instrumento de integração para o trabalho colaborativo de projeto e construção com uso de técnicas de computação gráfica.

## **PROJETOS DE ARQUITETURA COM USO DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA NO PROCESSO CRIATIVO**

Como dito anteriormente, o primeiro momento é marcado pelo uso de programas CAD em substituição à prancheta, sem uso efetivo no processo criativo. Assim, não foram identificados projetos de arquitetura expressivos que tenham marcado esse momento, mas sabe-se que a partir da década de 1950, com a invenção da tecnologia computacional gráfica, diversas aplicações foram testadas (Sydney & Catanese, 1984).

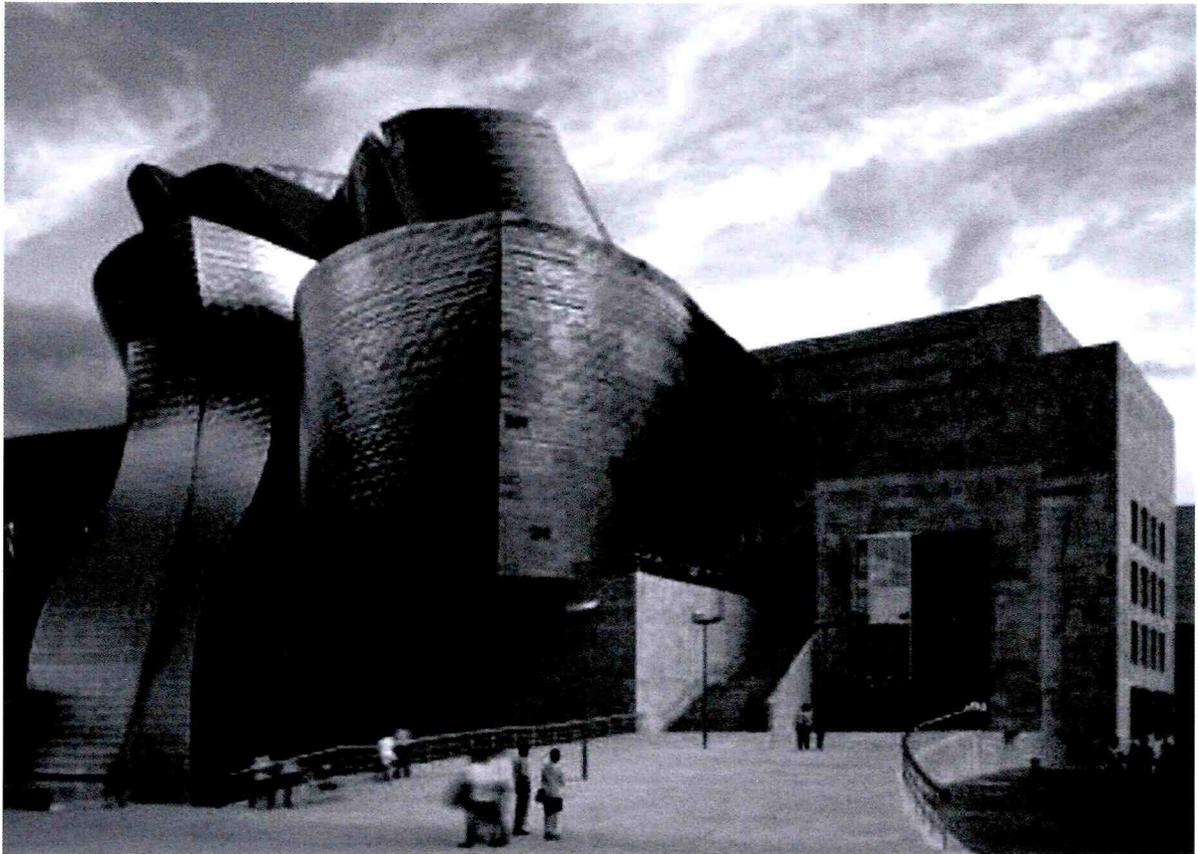
No segundo momento, o projeto do Museu Guggenheim de Bilbao (1997), obra do arquiteto norte-americano Frank O. Gehry, pode ser considerado um marco da utilização da computação gráfica em arquitetura. Em seu processo de concepção, Gehry reafirmou sua abordagem da arquitetura como expressão artística, sugerindo formas esculturais e magnitude espacial.

O processo de projeto do Museu de Bilbao foi marcado pelo uso de maquetes físicas experimentais, que permitiu a Gehry explorar diversas possibilidades esculturais da arquitetura, articulando diferentes materiais e formas complexas. A viabilidade construtiva da maquete experimental só foi possível com o apoio do programa computacional gráfico CATIA.

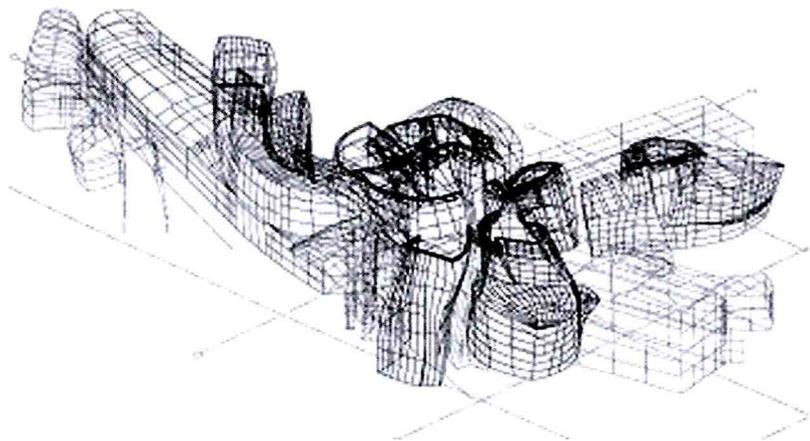
Frank Ghery, conjugando a sua própria tendência para a arte – especialmente a escultura – a um instrumento de informática de grande potência, abre novos horizontes. Onde dantes a economia de fabrico impunha aos arquitetos planos geométricos e lineares, o aparecimento da tecnologia da informação e as capacidades de realização daí resultantes fazem que quase todos os tipos de projetos sejam possíveis (Jodidio, 1996).

Apesar de a tecnologia computacional gráfica ter servido somente como um instrumento de resolução das formas volumétricas desenvolvidas na maquete física e na sua viabilização construtiva, o reconhecimento de suas potencialidades no auxílio ao processo criativo de projeto se deu em aplicações como essa e abriu maior espaço para a sua exploração no campo da arquitetura. Jodidio (1996) afirmou que, além do talento dos arquitetos contemporâneos e da abertura de espírito dos seus clientes, a tecnologia CAD teve um papel fundamental na realização dessas obras.

A utilização generalizada do CAD (projeto assistido por computador), que já começou a alterar substancialmente o tipo de construção, é outro elemento significativo da mudança. Essa tecnologia, cada vez mais acessível e cômoda, facilita não só o



Figuras 1 e 2 –  
Modelo digital e foto  
do Museu Guggenheim  
de Bilbao.



estabelecimento dos planos nos seus aspectos técnicos, mas também permite aos arquitetos a exploração de possibilidades inéditas de novas formas. Essa revolução tecnológica irá ter uma influência crescente na arquitetura dos próximos anos (Jodidio, 1996).

Para Jodidio (1996), esses projetos representam não só uma nova linguagem arquitetônica, mas também uma ruptura com o processo de projeto vigente no passado, que não mais se baseia em uma preocupação extremamente racionalista, modulada e bidimensional, que se beneficia e atende à produção em série industrializada, mas busca uma exploração inédita de possibilidades por meio de abordagens pluralistas, heterogêneas e tridimensionais, por vezes consideradas individualistas, mas que demarcam o inconformismo e a busca de um caminho próprio.

Não há dúvidas de que a utilização dos programas CAD permitiu auxiliar essa busca e esse direcionamento experimental. A tecnologia computacional gráfica se desenvolveu junto com experimentações como essas, ora auxiliando ora sendo aperfeiçoada em um amplo processo de desenvolvimento. Alguns projetos que fizeram uso dessa tecnologia têm sido atualmente caracterizados como portadores de uma estética digital, como ressaltado por Garcia Alvarado et al. (1998):

os arquitetos de vanguarda, habitualmente contidos no “deconstrutivismo” como Gehry, Eisenman, Hadid, Portzamparc, Morfose etc. são evidentemente tributários de uma estética digital [García, 1997]. Em alguns casos, eles surgiram longe das tecnologias computacionais, mas suas geometrias com expressões complexas e agudas os forçaram a usar sistemas avançados de representação. Até mesmo no momento vários deles exibem modelos computacionais iniciais ou pregam uma gestação absoluta do projeto no computador.

No terceiro momento, o processo de projeto que toma partido da computação gráfica e suas características. O resultado dessa abordagem pode ser observado em projetos que apresentam geometria computacional, engenharia estrutural avançada, desenvolvimento e uso de novos materiais, novas técnicas construtivas e uma arquitetura dinâmica, não mais reconhecida por formas estáticas.

Deve-se observar, porém, que não é somente em inovações formais que a informática tem exercido influência. Mudanças no modo de vida, nas relações de trabalho, na cultura e na sociedade, condicionadas pelas facilidades de comunicação proporcionadas pela internet, são discutidas em todo o mundo. O meio digital, não-material, e a importância da imagem na sociedade vêm ganhando destaque e provocando questionamentos e reflexões sobre a transformação da materialidade real e o seu significado.

O presente estado de nossa situação urbana não pode ser somente guiado por sua infra-estrutura e orientação física. Nosso ambiente deve ser entendido como um organismo em crescimento, influenciado por cada vetor definindo nossa sociedade. Novas tecnologias, assim como a viabilidade global e instantânea da informação, não somente

transformam nossa vida diária e rotina, como também redefinem a própria noção de cidade. Reconhecendo as estruturas urbanas como orientadas ao processo, não-estáticas, esses ambientes fluidos requerem uma arquitetura experimental e que atenda todos, que é física, virtual e dinâmica (Holleim, 2002).

Segundo Santos (2005b), as demandas impostas pelas diversas formas da tecnologia digital vêm alterando a arquitetura e o urbanismo, desde o surgimento de novas tipologias e configurações dos edifícios que incorporam os espaços destinados ao acesso à internet, passando por alterações no processo de projeto e modo de produção do espaço, até a descentralização de atividades como o trabalho, que irá trazer a longo prazo um maior impacto no ambiente urbano e no seu planejamento. Esse novo cenário vem impondo reconhecidamente novas demandas à arquitetura.

Os impactos no processo de projeto têm sido notados em iniciativas de escritórios de arquitetura que criaram projetos que se destacaram por incorporarem a tecnologia digital em uma abordagem processual, além do instrumento de representação, admitindo suas características, seus potenciais e projetando a partir deles.

O arquiteto Lars Spuybroek, diretor do escritório holandês NOX, projetou em 1997 a instalação Fresh Water Pavillion, um exemplo que marcou a descoberta dessa nova maneira de pensar a arquitetura. O Pavilhão da Água é um espaço construído na ilha artificial de Neeltje Jan na Holanda, destinado a alojar uma exposição permanente sobre a importância da água no planeta Terra, apresentando de maneira não-didática as várias possibilidades de experiência da água e de seus efeitos sensoriais e estéticos.

Os profissionais envolvidos no projeto concluíram que o edifício da exposição e a exposição em si deveriam ser um único objeto, uma arquitetura constituída por ambientes ativados sensorialmente, completamente informatizados e interativos, onde a forma e o conteúdo estivessem intimamente relacionados. O planejamento arquitetônico resultou em dois espaços distintos, porém interligados: o Pavilhão da Água Doce, projetado pelo grupo NOX, e o Pavilhão da Água Salgada, projetado pelo escritório Oosterhuis (Silva, 2005).

Os arquitetos do NOX conceberam uma arquitetura de volumetria disforme, alongada e fluida, que em conjunto com o outro pavilhão faz lembrar um microorganismo gigante avançando em direção ao mar. Constituído de ambientes informatizados, o espaço envolve completamente os sentidos do visitante, e com a sua interação ele é alterado temporalmente, incluindo o fator tempo e comportamento nas dimensões do espaço. Sua geometria não é caracterizada por linhas horizontais ou verticais e está em um constante estado de transformação e variação. A interação com os usuários ocorre por meio de sensores de presença que ativam elementos móveis como o piso, superfícies curvas e ondulantes, dispositivos de projeção de imagens aquáticas animadas, efeitos luminosos especiais e som eletrônico, simulando o efeito de ondas que variam com a passagem dos visitantes (Silva, 2005).



Figura 3 – Fresh Water Pavillion, do grupo NOX.

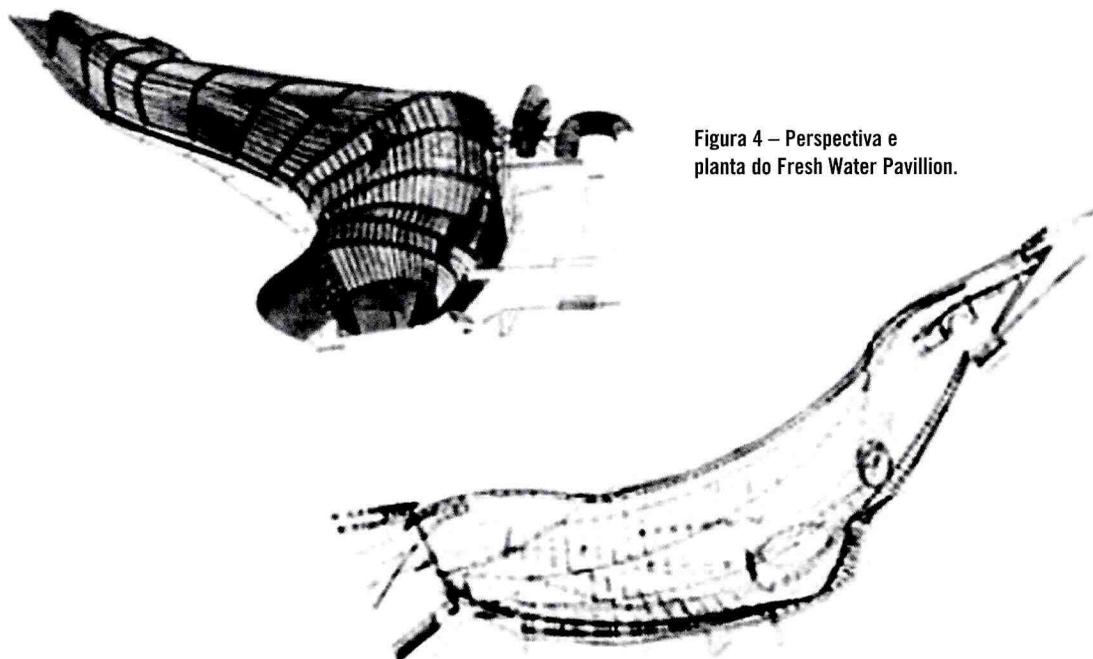
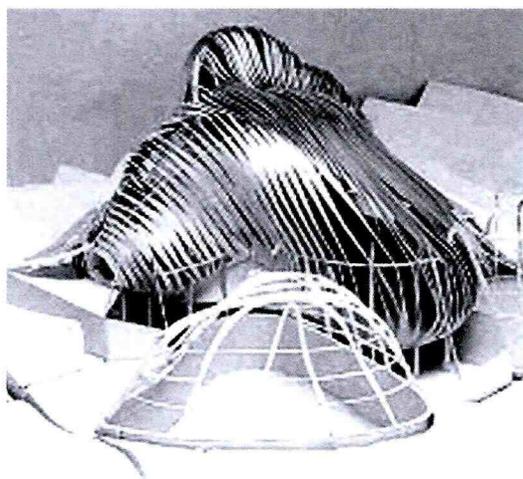


Figura 4 – Perspectiva e planta do Fresh Water Pavillion.

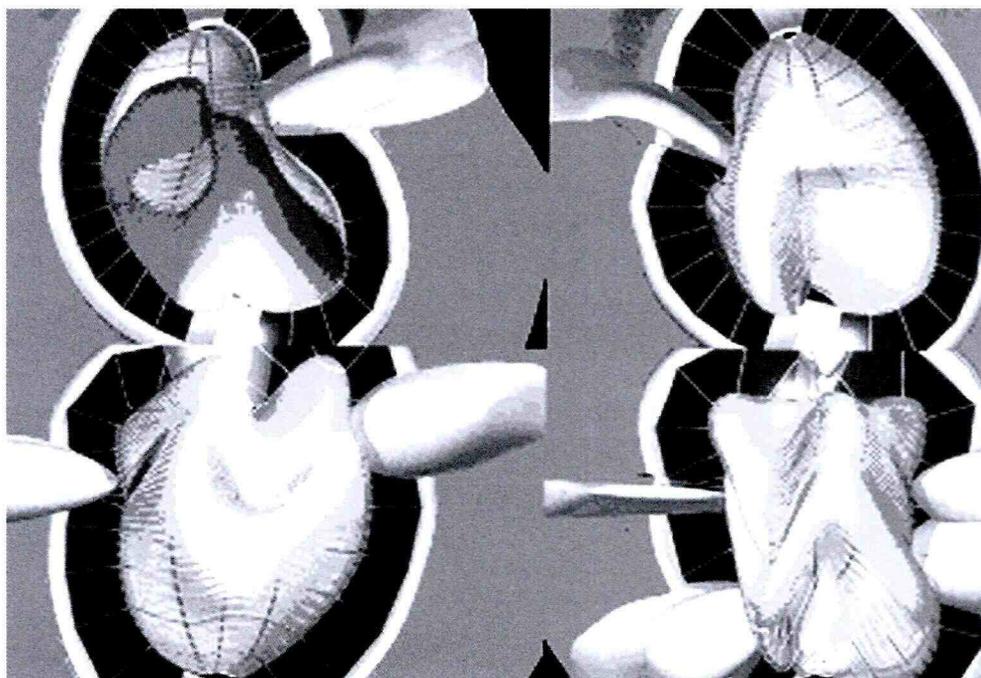
Segundo Silva (2005), a formação profissional dos integrantes do NOX está vinculada ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e do uso de programas computacionais gráficos no planejamento arquitetônico. Com o advento da computação gráfica, eles começaram a utilizar as técnicas de animação infográfica digital, proporcionando mudanças nos procedimentos de representação e de criação do espaço arquitetônico fundamentadas em princípios e procedimentos projetuais que entendem a arquitetura como um espaço animado e interativo. Além de projetos de arquitetura, o grupo produz interiores, objetos, instalações multimidiáticas, vídeos e textos diversos, compondo uma produção híbrida que explora diversas possibilidades de criação no campo da arquitetura e em seu cruzamento com outras linguagens.

NOX tem uma das abordagens mais inovadoras e bem-sucedidas de processo de projeto. Já com uma grande experiência de uso do *software* MAYA, eles trabalham com a

animação do programa arquitetônico, o que Spuybroek chama de “*machine diagram*”, considerando que o arquiteto toma decisões com base visual, porém, se ele experiencia o diagrama de movimento, essa decisão visual vai ser seguramente influenciada pela experiência “corporal” dinâmica, e não apenas pela experiência tridimensional estática. Spuybroek enfatiza a necessidade de considerar no processo tanto extensividades quanto intensividades (Santos, 2005a).



Figuras 5 e 6 – Modelo digital e protótipo da Casa Embriológica.



Outro projeto que se destacou pelo uso inovador da tecnologia em sua concepção foi a proposta da Casa Embriológica, de Greg Lynn, bacharel em arte, filosofia e *design* com especialização em arquitetura, que procurou superar o conceito da casa genérica concebida como uma montagem de *kit* de partes padronizadas e predefinidas produzidas em massa pela indústria da construção civil. Segundo Greg Lynn (Holleim, 2002), a saturação progressiva do uso desses modelos e o avanço tecnológico geraram buscas por temas como identidade e variação, personalização e continuidade, fabricação e montagem flexível, presentes no pensamento contemporâneo.

Técnicas de computação gráfica foram utilizadas no processo de projeto da Casa Embriológica para definir as variações de forma e de tamanho das superfícies. Ela é composta por mais de 2.048 painéis que estão interligados, de maneira que as mudanças em um dos painéis são transmitidas para todos os outros. Assim, cada painel possui forma e tamanho únicos com possibilidades de variações infinitas, mas mantém uma relação direta com os painéis vizinhos. Por meio desse sistema rigoroso de limites geométricos, é possível explorar variações diversas, proporcionando uma sensibilidade genérica comum a qualquer Casa Embriológica, enquanto ao mesmo tempo nunca duas casas são idênticas (Holleim, 2002).

Essa característica permitiu criar um objeto que responderá formalmente às informações particulares das situações que envolvem o projeto, adaptando-se ao local, ao clima, às funções, aos materiais e métodos construtivos, aos efeitos espaciais, aos efeitos estéticos especiais e ao estilo de vida de seus habitantes. O resultado é um volume definido por superfícies curvas de geometria suave. As aberturas de portas e janelas respeitam a curvatura dos painéis, e cada protuberância ou concavidade é discretamente integrada na superfície. O processo de manufatura das peças é gerado por meio de computação robótica, que coordena máquinas de corte e modelagem (Holleim, 2002).

A inovação no processo criativo desenvolvido por Lynn ultrapassou o uso de técnicas de computação gráfica na representação do projeto, criando um diálogo entre o modelo físico e o digital permitido pelo uso da tecnologia de prototipagem rápida. Essa abordagem marcou uma nova atitude ante o processo criativo, com a utilização das inovações tecnológicas desde a representação das idéias iniciais até as técnicas construtivas. A possibilidade de controlar variações dentro de um mesmo sistema gráfico e espacial põe em discussão o uso exclusivo das técnicas tradicionais no processo criativo e mostra os benefícios do investimento em novas experimentações.

## CONCLUSÃO

Com a pesquisa do uso de técnicas de computação gráfica em arquitetura, foi possível identificar os três momentos marcantes da sua aplicação, as novas possibilidades de apoio ao processo criativo e os projetos que marcaram esse uso, um conjunto de fatores importantes na afirmação de suas potencialidades no auxílio ao processo de projeto.

A tecnologia computacional gráfica não foi, entretanto, facilmente absorvida pelo processo de projeto no âmbito geral, e no caso do Brasil o processo é bem mais lento. O computador foi apropriado por um processo de projeto já consolidado, baseado nos métodos tradicionais de representação e análise, sem aproveitar as reais possibilidades de apoio ao processo criativo. A possibilidade de mudança é vista no mercado de trabalho e no ensino como problemática porque representa alterações em práticas já consolidadas no processo criativo e pedagógico do projeto de arquitetura, as quais ainda requerem um alto investimento em equipamentos e profissionais habilitados.

Essa situação, porém, está se alterando por meio de pesquisas e experimentações que abriram novos caminhos no processo de projeto com o uso híbrido da tecnologia computacional gráfica e maquetes de estudo. Com a verificação das novas possibilidades surgidas a partir do uso da computação gráfica em projetos de arquitetura e tendo em vista o cenário brasileiro de desconfianças e pouco uso efetivo, é ainda necessário um maior número de pesquisas, debates e experimentações pelos profissionais, professores e alunos, para que haja um melhor aproveitamento das atuais tecnologias computacionais em benefício do processo de projeto de arquitetura.

## NOTA

1. Este artigo baseia-se na dissertação *Estratégias pedagógicas de uso de técnicas de computação gráfica como instrumento de apoio ao processo criativo de projeto de arquitetura*, de Bruno Ribeiro Fernandes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTODESK – AUTODESK BUZZSAW. Disponível em: <<http://www.autodesk.com/buzzsaw>>. Acesso em: 31 mar. 2005.
- CAMBIAGHI, H. et al. *Diretrizes gerais para intercambiabilidade de projetos em CAD: integração entre projetistas, construtoras e clientes*. São Paulo: Pini, 2002.
- CONSTRUTIVO. Disponível em: <<http://www.construtivo.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2005.
- CORBIOLO, N. CAD: para resgatar convenções. *Revista Projeto Design*, São Paulo, n. 263, jan. 2002.
- DUARTE, R. B. Uma investigação sobre as diversas aproximações entre o computador e o processo de ensino/aprendizado do projeto arquitetônico. In: *Anais do I Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura, Projeter 2003*. Natal: Editora da UFRN, p.73, 2003.
- GARCIA ALVARADO; R. PARRA, J. C.; REYS, M. Creacion virtual: uso de tecnologías de realidad virtual en la fase creativa del diseño arquitectónico. In: *Anais da I Conferência Latino-americana de Informática no Ensino de Arquitetura – Coinfa 98*. Florianópolis: USFSC, 1998.
- HAMIT, F. *Realidade virtual e a exploração do espaço cibernético*. Trad. Ana Paula Baltazar. Rio de Janeiro: Berkeley, 1993.
- HOLLEIM, M. *Greg Lynn and Ham Rashid Architectural Laboratories*. Rotterdam: Nai Publishers, 2002.
- JACOBS, S. P. *The CAD Design Studio*. 3D Modeling as a Fundamental Design Skill. New York: McGraw-Hill, 1991.
- JODIDIO, P. *Contemporary American Architects*. Italy: Taschen, 1996. v.II.
- MARTINEZ, A. C. *Ensaio sobre o Projeto*. Trad. Ane Lise Spaltemberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- SANTOS, A. P. B. dos. Por uma arquitetura virtual: uma crítica das tecnologias digitais. *Revista Arquitetura & Urbanismo*, São Paulo, ano 20, n.131, fev. 2005a.
- \_\_\_\_\_. E-futuros: projetando para um mundo digital. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp077](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp077)>. Acesso: 31 mar. 2005b.
- SILVA, M. S. K. da. A arquitetura líquida do NOX. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp222>>. Acesso em: 31 mar. 2005.
- SYDNEY, J. C.; CATANESE, A. *Introdução à arquitetura*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

**RESUMO**

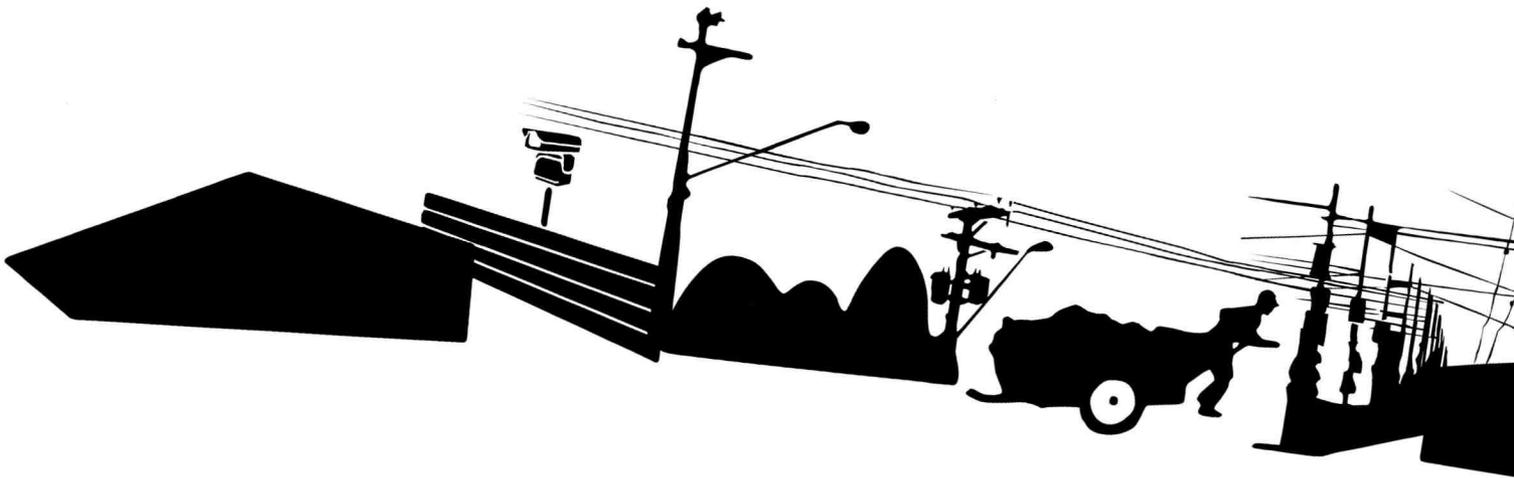
Neste artigo são identificados os três momentos do uso de técnicas de computação gráfica em arquitetura, as possibilidades de variação e criação de novos processos de projeto, e projetos que marcaram esses momentos com o uso de técnicas de computação gráfica em seu processo criativo.

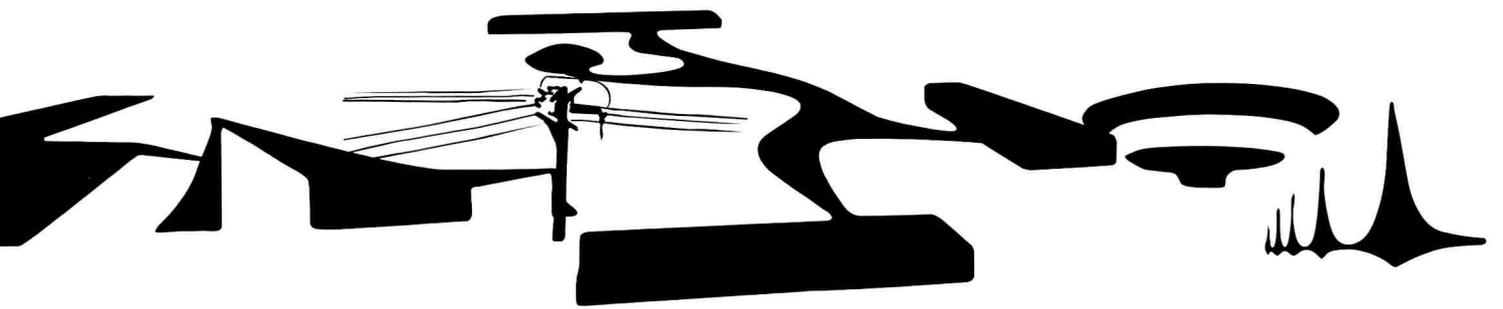
**PALAVRAS-CHAVE:** projeto, processo criativo, computação gráfica.

***THE THREE MOMENTS OF THE USE OF GRAPHICAL COMPUTATIONAL TECHNOLOGY IN ARCHITECTURE******ABSTRACT***

*This article identifies the three moments of the use of graphical computational technology in architecture, such as variation possibilities, new design processes creation and projects that had marked these moments using computer graphics techniques in the creative process.*

***KEYWORDS:*** *design, creative process, computer graphics.*





**O ESTUDO DOS USOS E DA APROPRIAÇÃO DO SOLO COMO BASE PARA A DEFINIÇÃO  
DO DESTINO DAS ÁREAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA | Maria Cristina Schicchi**

Professora doutora  
FAU – CEATEC PUC-Campinas  
*[schicchi@terra.com.br](mailto:schicchi@terra.com.br)*

# **O ESTUDO DOS USOS E DA APROPRIAÇÃO DO SOLO COMO BASE PARA A DEFINIÇÃO DO DESTINO DAS ÁREAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA**

## **O CASO DO CENTRO DE CAMPINAS<sup>1</sup>**

Nos últimos dez anos, houve um crescente envolvimento das municipalidades brasileiras com a questão da reabilitação e requalificação das áreas centrais de cidades, pautadas pelas discussões de planos diretores, planos estratégicos e planos de preservação e recuperação do patrimônio, estes últimos promovidos principalmente pelas candidaturas ao Programa Monumenta (1995) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoiados pela Unesco. Hoje, 26 cidades participam do programa em todo o Brasil, que se insere de forma diferenciada, dependendo das características dos conjuntos a serem reabilitados e das necessidades das comunidades envolvidas, mas, em geral, com exigências de contrapartidas e investimentos necessários pelas partes envolvidas bastante semelhantes.

Os planos diretores, quando não são denominados de “estratégicos”, emprestam muitos termos e conceitos introduzidos pelos métodos de elaboração desses, tais como a detecção de “potencialidades e fragilidades” e a administração de “consensos e conflitos”. Os antigos (e hoje já clássicos) “diagnósticos” e “prognósticos” que precediam a elaboração das propostas foram substituídos pela definição *a priori* de “modelos urbanos” (Prefeitura da cidade de Pelotas, 2002), a partir de “idéias-força”, consensuadas em “Congressos da Cidade”, que, em geral, tentam incorporar a participação da população por meio de representações das instituições e das entidades privadas. O efeito positivo sobre o processo de planejamento operado por essas mudanças foi, sem dúvida, a possi-

bilidade de distinção entre o plano mais geral que define diretrizes de desenvolvimento e planos mais específicos que podem estar contidos nos planos gerais, tais como “Planos reguladores” (Prefeitura de Porto Alegre, 1999) ou “Planos regionais estratégicos” (Prefeitura da cidade de São Paulo, 2002), de forma a permitir um acompanhamento permanente das mudanças no território e de novas demandas sociais da população pelos organismos de planejamento.

Essas constatações, colocadas assim, de forma geral, não pretendem definir tudo o que está ocorrendo em matéria de planejamento e discussão de planos e projetos pelos órgãos e pelas equipes de planejamento das cidades brasileiras. O intuito é demarcar uma mudança de conduta e de parâmetros adotados na definição dos instrumentos de regulação e planejamento das cidades, cujos centros – e a preservação de seu legado de valor histórico – parecem inexoravelmente destinados a atender à dualidade “global e local” (Schicchi, 2003), enunciada a partir das duas últimas décadas do século passado.

De todos os recortes territoriais, os centros urbanos têm tido um papel relevante nas políticas de desenvolvimento urbano. Abandonados nas décadas de 1960/1970, mais particularmente os históricos, os setores mais antigos desses centros têm funcionado como elementos “âncora” de processos de planejamento na obtenção de financiamentos internacionais, como já apontamos, e diante de novas demandas de recuperação e reabilitação de áreas consolidadas das cidades em contraposição à substituição e renovação dessas e à ampliação da urbanização de áreas periféricas.

Este texto introduz a discussão sobre a importância do conhecimento dos usos e das formas de apropriação dos espaços para a definição e o destino de áreas de reabilitação urbana. Entende a existência de vazios urbanos, espaços subutilizados e edifícios desocupados nos centros como indicadores do estado atual e do potencial de mudança e/ou permanência de usos e possíveis transformações das áreas. Dessa forma, contrapõe-se à idéia de se estabelecer *a priori* um “Modelo urbano” e defende o papel da pesquisa científica na definição de parâmetros e como balizamento para a gestão de consensos e conflitos sobre áreas da cidade.

Para efeito de comparação, foram escolhidas duas áreas com pátios ferroviários e estações desativadas em Campinas, a Estação Central e a Estação Guanabara, respectivamente pertencentes à Companhia Paulista e Mogiana, incluindo suas áreas envoltórias.<sup>2</sup>

As propostas de revitalização do centro histórico de Campinas, anunciadas nos primeiros anos deste século, têm apresentado como programas a implantação de equipamentos de grande porte, a restauração de edifícios históricos e outras intervenções típicas, procedimentos semelhantes aos adotados nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

No caso do pátio central da Companhia Paulista, foi retomado um projeto que prevê intervenção de grande porte no sistema de circulação e a promoção de empreendimentos imobiliários e empresariais privados.

A proposta de usos para esse grande vazio urbano central formado por estação e galpões de valor arquitetônico e histórico foi feita *a priori*, tendo em conta seu possível papel na circulação e na renovação de áreas para a cidade como um todo, mas sem o conhecimento das atividades e das populações que habitam o entorno, promovendo um grau de nobreza ao eleger os de caráter excepcional como os equipamentos de cultura e lazer (Museu da Cidade, Estação Cultura) em detrimento dos possíveis usos cotidianos, como o comércio instituído e o de rua, o da praça local e o de habitação. Essa linha de abordagem resultou na aprovação e no desenvolvimento do projeto de um novo Terminal Intermodal no ano passado, que deverá ser concluído em 2008, onde, entre os objetivos anunciados, estão “impulsionar a revitalização da região e a restauração do prédio da Estação Cultura”.<sup>3</sup>

Os resultados da presente pesquisa permitiram uma visão diferente da questão que decorreu de investigações realizadas diretamente na realidade do espaço central de Campinas, com base no levantamento da área das estações, e pretendem demonstrar a importância de se definir o destino de uma área passível de ser reabilitada a partir da dinâmica urbana e dos usos potenciais que ela aponta.

Entende-se que soluções interligadas entre os vários agentes que atuam no espaço urbano (moradores, transeuntes, poder público, iniciativa privada) só serão possíveis se houver a compreensão das reais potencialidades e dos limites do ambiente físico e cultural existente, bem como a participação direta dos envolvidos.

Investigar os espaços que sofrem desgastes, áreas obsoletas, áreas de concentração de construções desocupadas possibilitou diferenciar processos de alteração e deterioração distintos em suas causas, mas com efeitos semelhantes sobre os espaços e as construções existentes. Nesse caso, os pátios conformaram, ao longo do tempo, áreas “inacabadas” da cidade ou, em outras palavras, “espaços “liminares” (Arantes, 2000).<sup>4</sup>

Foram realizados os levantamentos de uso do solo, atividades, estado atual de ocupação dos edifícios do entorno dos pátios e o mapeamento dos vazios urbanos, relacionando-os com edifícios referenciais estruturadores, cujas atividades são geradoras de intensa circulação.<sup>5</sup> A leitura desses mapas é imediata, portanto. É possível observar que para cada conjunto de áreas com grande quantidade de demolições e estacionamentos em terrenos vagos está associado um ou mais edifícios geradores de movimento.

A definição dos perímetros das áreas a serem estudadas, no caso do Pátio da Estação Central, que apresenta uma diversidade muito grande de atividades dentro do mesmo uso, deu-se a partir da definição de sua proximidade a grandes equipamentos, às vias estruturais ou por delimitação de áreas com características individualizáveis. No caso da área em torno do Pátio da Estação Guanabara, como é uma área que apresenta menor diversidade de usos e setores de grande homogeneidade, o critério de divisão de quadrantes procurou acentuar as características de cada setor, que são visíveis numa primeira leitura, e que se diferenciam a partir de seu distanciamento em relação às avenidas principais de circulação do bairro (nível mais regional de circulação), pois quanto mais as

quadras interiores estão limítrofes ao pátio, maior é o seu aspecto de irregularidade e informalidade em razão da precariedade do tratamento urbanístico.

A análise foi feita a partir da leitura dos usos predominantes por quadrante e da detecção dos fatores de gênese e consolidação ou não das atividades levantadas, com base na leitura dos fluxos de circulação, acessos, da localização de equipamentos e do estado de conservação e padrão das edificações.

## ANÁLISE DO USO DO SOLO

### ENTORNO DA ESTAÇÃO CENTRAL

Nas proximidades da Estação Rodoviária (ainda ativa), encontramos um alto índice de terrenos desocupados (33,33%), com uso predominante de comércio local ligado a essa, ou seja, bares, restaurantes, lanchonetes e alguns especializados que atuam por proximidade (caso das casas de artigos ópticos encontradas). Mesclados com esses encontramos o uso residencial (41,32%) e a presença de inúmeros hotéis e pensões. Grande parte dos serviços especializados são ligados ao transporte (19%), tais como despachantes, depósitos, e



Foto 1 – Barreiras junto à área do pátio da Estação Central. Cercamento dos lotes, túneis inacabados e áreas demolidas que servem de estacionamento (abaixo, à direita) sem definição de calçadas (Foto da autora, 2004).

os de comércio são voltados às habitações (12,4%), embora muitos edifícios residenciais encontrem-se desocupados.

O fato mais marcante dessa área que se pode constatar (Foto 1) são as barreiras representadas pela presença dos trilhos e galpões desativados, fechados por alambrados, praticamente no meio-fio da rua ou ainda por proteções das vias (*guard-rails*) e de terrenos demolidos para construção de novos túneis sob a linha, que não foram realizados, com ausência de solução de calçadas ou passagens para pedestres.

### **ÁREA FERROVIÁRIA/ RUA 13 DE MAIO**

Apresenta predominância do uso comercial, bastante diversificado (46,23%): roupas, calçados, artigos de papelaria, lanchonetes, restaurantes; grande número de imóveis desocupados (14%) nos andares superiores e muitos edifícios de serviços de caráter local (12%), tais como cabeleireiros, copiadoras, consultórios dentários e escritórios de advocacia. É um setor da área comercial do centro que, embora ligado à Rua 13 de Maio, possui edifícios em mau estado de conservação, em geral, com alta rotatividade de usos, denotando sua desvalorização. A associação de fatores como a desvalorização e a utilização de painéis de vedação sobre as fachadas permitiu que os edifícios ainda mantivessem suas características originais.

O maior índice é de edificações desocupadas (28,22%)<sup>6</sup> e do comércio e serviços locais (25%), de consumo de camadas com menor poder aquisitivo (depósitos alimentícios, lojas de preço fixo, açougues, sacolões). Destaca-se a presença de comércio especializado, especialmente de autopeças, máquinas e equipamentos, que possuem uma outra lógica de localização em relação a essa área como um todo, pela acessibilidade pelas avenidas Senador Saraiva e Dr. Moraes Sales, e que não estabelecem nenhuma relação com o uso predominante de comércio geral, já que este último está localizado em razão da circulação entre terminais e a área central, passando pelo comércio ambulante que reforça sua localização.

Outra característica é a de ser uma área de grande densidade de comércio varejista (22,5%) e de localização de ambulantes. Não há a presença de habitação unifamiliar, apenas a multifamiliar. Há, sim, um grande número de edifícios habitacionais desocupados (22,8%) que, somado às áreas propriamente desocupadas, alcança o índice de 40%. Essa condição se deve principalmente à desvalorização da área e à presença de atividades como prostituição, bares com bilhares e algumas poucas pensões.

Como o leito ferroviário provoca uma cisão no tecido urbano, do outro lado da linha (Vila Industrial e arredores), o uso predominante é o habitacional (61,3%). O parcelamento das quadras é bastante irregular em razão da declividade acentuada da topografia. Possui áreas loteadas e ainda não construídas e muitos lotes com construções em andamento. O grande número de edificações em bom estado desocupadas indica

que se trata de área típica de renovação, ainda que em lento processo. Os lotes são pequenos e não há a localização de atividades indutoras de valorização.

Em resumo, as áreas levantadas demonstram a predominância do comércio local e geral, com algumas áreas de comércio voltadas para o lazer e o consumo noturno. De forma geral, o comércio é voltado para a circulação diurna e como decorrência da localização de serviços. As áreas onde esse comércio também está voltado para a habitação já se caracterizam por serem áreas-limite de zonas de homogeneidade característica de bairros residenciais, como o Cambuí.

As áreas analisadas no entorno da Estação Central em direção ao centro caracterizam-se por usos transitórios, comércio especializado (passível de localização em outras áreas) e uso residencial bastante residual. Os edifícios têm um ou dois pavimentos, onde apenas o térreo é intensamente utilizado para a atividade comercial e os andares superiores se encontram vazios ou subutilizados (uso para depósito de estoques ou áreas de manutenção). Nesse caso, encontra-se grande parte dos edifícios de gabarito baixo (70%), que ocupam lotes com pequenas testadas e apresentam má conservação, o que denota desvalorização. A possibilidade de renovação, como já apontamos, é latente, e com ela a mudança de caráter do comércio.

### **ENTORNO DA ESTAÇÃO GUANABARA**

As atividades que ocorrem nesse setor têm continuidade em toda a extensão da área, com variações ligadas ao caráter do comércio, que tende a ficar mais local e diversificado nas proximidades da Avenida Brasil. Ele se apresenta bastante distribuído em toda a sua extensão. A atividade predominante é a de serviços especializados de saúde e comércio ligado a esses. Esse aspecto é predominante nas quadras que fazem divisas tanto de um lado quanto de outro da Avenida Barão de Itapura. Houve, e ainda está em processo de alteração, construções anteriormente voltadas para a habitação que abrigam atividades de serviços. O padrão dos edifícios e das reformas realizadas é médio e a circulação maior é de âmbito geral da cidade, com poucas atividades de caráter local que, quando existentes, também se caracterizam como complementares às atividades especializadas (academias e restaurantes voltados, principalmente, aos funcionários das empresas de saúde).

A presença do Instituto Agrônomo de Campinas dá continuidade à barreira causada pelo pátio da Estação Guanabara e a reafirma. Para a via principal do bairro residencial de classe média, que se situa atrás do pátio, Rua Camargo Paes, estão voltados os lotes das quadras que fazem fundos com a rua posterior, João Lourenço Rodrigues, cujos lotes também fazem fundos com a Rua Felipe dos Santos, que, por sua vez, tem fundos para a área linear do pátio, em quase toda a sua extensão. A implantação é linear, sem arruamento transversal, e os usos predominantes são residencial (59,32%), comércio local voltado para esses



Foto 2 – Áreas lindeiras ao pátio da Estação Guanabara. Ocupação irregular e construções precárias (Foto da autora, 2004).

e também os serviços especializados voltados para a saúde. Há 10% de imóveis desocupados, o que é significativo para uma área homogênea, com pouca dinâmica urbana (Foto 2).

## ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS

A contagem de vazios urbanos sobre o mapa revelou a ocorrência de 171 terrenos ocupados com estacionamentos e 32 lotes totalmente desocupados (sem uso), o que nos permite concluir que as demolições são rapidamente seguidas pela implantação de estacionamentos. Esses atendem a duas demandas: a da escassez geral de áreas para esse fim no centro, incluindo rotativos, e das áreas em torno de equipamentos que atuam como pólos geradores de tráfego. Entretanto, não há edificações próprias para esse uso. Há pelo menos um estacionamento por quadra na área central, mas algumas chegam a ter até quatro estacionamentos por quadra (máximo encontrado), como nas quadras próximas ao Viaduto Cury e ao Prédio do Fórum.

As áreas com menor ocorrência de estacionamentos são as quadras centrais verticalizadas (Foto 3) voltadas para o calçadão da Rua 13 de Maio cujo uso predominante é o comercial (100%). Um dos motivos é que os imóveis com maior área construída contam com garagens e estacionamentos nos subsolos.

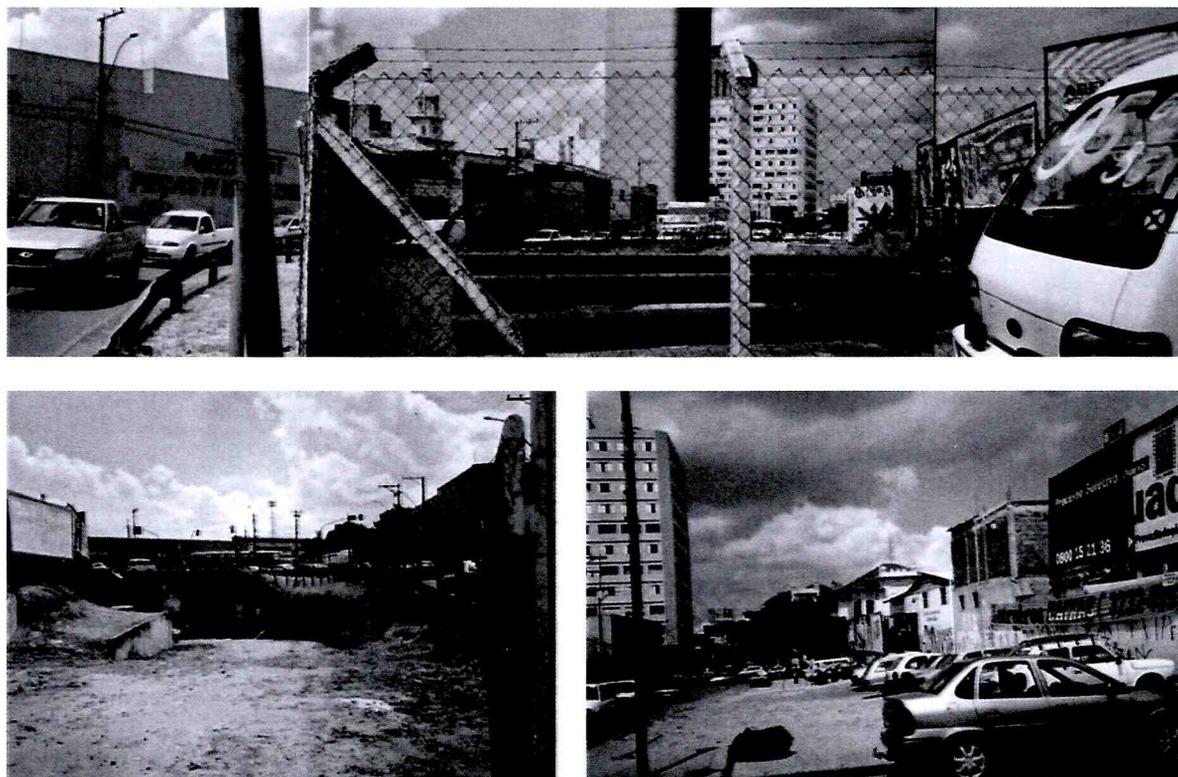


Foto 3 – Vista da área central de Campinas com a catedral ao centro e a Rua 13 de Maio à direita. Ao final da perspectiva da rua, pode-se visualizar a torre da Estação Central (Foto dos alunos de Urbanismo II da PUC-Campinas: Bruno de Bene, Gabriela Ramos, Gisele Santa Rosa e Pâmela Gallo, 2006).

A análise de vazios teve um caráter totalmente diverso no caso das imediações do Pátio Guanabara, pois os usos predominantes, residencial e de serviços especializados, por serem homogêneos em toda a área e por não haver fluxos de passagem como no caso da área central, contam com as próprias vias para o estacionamento, ou os edifícios reabilitados e construídos para abrigar os novos usos já prevêm áreas de estacionamento, como é o caso das clínicas e dos bancos presentes na área.

Os bairros ao redor do centro, bairros de urbanização consolidada onde, segundo o Plano Diretor, se constata um avanço das atividades terciárias, possuem muitos lotes vagos e são voltados para a classe de alta renda. Isso porque, segundo o plano (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995, p.21), a legislação concentra as possibilidades de ocorrência de usos diversos de médio e grande portes principalmente ao longo dos corredores de circulação. Em suas diretrizes, o plano prescreve a expansão das atividades centrais para esses bairros, mas não aponta instrumentos apropriados para isso.

A área central ainda concentra a maior taxa de empregos e o maior índice de verticalização (82%, segundo o censo de 1991).<sup>7</sup> Proporcionalmente, o uso residencial no centro representa 16,2%, enquanto nos bairros ao seu redor esse índice é de 52,2% (o mais alto encontrado). Não apresenta atividades industriais.

## CONCLUSÕES

Sem dúvida, essa condição de área de concentração de atividades terciárias é um elemento importante a ser revisto na requalificação do centro de Campinas, se tomados esses dois vazios urbanos como elementos-chave no processo. Além desse aspecto, a detecção de que a mobilidade dos usos está ligada a atividades “geradoras de movimento”, que podem ser desde grandes equipamentos até uma concentração de usos especializados e que não estão propriamente disseminadas por toda a área de forma homogênea, leva-nos à conclusão de que estes são os dois fatores que deveremos interferir diretamente em termos de uma reestruturação. As duas áreas levantadas foram bastante ilustrativas desse processo.

A grande parte dessas áreas de vazios ocupadas com estacionamentos ficam, por sua vez, realmente “vazias” no período noturno, pois as atividades centrais cessam, e com elas a atividade dos estacionamentos na área central, o que confirma a baixa ocupação residencial.

Nesse sentido, poderíamos refletir sobre o significado desses vazios como potenciais incorporadores de novas demandas de uso, estimuladas por uma futura reestruturação, como o habitacional, no “coração” do centro comercial, onde haveria grande dificuldade de se realizar esse incremento sem a demolição de grandes áreas e o remembramento de lotes.

No caso das áreas do entorno da Estação Central, foram constatados uma ausência de diretriz urbanística e um excesso de intervenções pontuais que impedem a utiliza-



Foto 4 – Vista da ocupação dos lotes com alturas irregulares na área central, próximo à prefeitura (Foto da autora, 2006).

ção e a otimização da infra-estrutura instalada (Foto 4). Há a presença de edifícios institucionais (colégios, hospitais, rodoviária) que atuam de forma distinta como geradores de movimento, o que faz que na distância de duas quadras se constate uma mudança total de caráter, de estado de conservação e de padrão das construções.

Essas são questões urbanísticas que não serão resolvidas apenas com a indução por legislação.

O caso das quadras interiores que fazem divisa com o pátio da Estação Guanabara é típico. Esse é um espaço liminar, sem dúvida, pois, embora estrategicamente localizado em área central, ainda não foi incorporado fisicamente e nem mesmo percebido como tal para boa parcela da população, permanecendo num estágio de transição entre o rural e o urbano típico de áreas periféricas de recente formação. A reversão dessa ocupação de fundos do pátio depende de uma definição de limites urbanos e de inserção mínima de padrões de urbanização.

Os pátios, portanto, constituem-se hoje em barreiras de caráter diverso, com diferente potencial de reconversão. O da Estação Central poderia se estruturar a partir de um projeto que reative suas funções originais e permita realizar as devidas transposições entre os dois lados da ferrovia. As transformações que estão ocorrendo na área da Vila Industrial, com mudança de padrão das construções residenciais, permitem levantar a hipótese de que esse interesse do mercado imobiliário, se incentivado para a construção de edifi-

cios de uso misto (habitação, comércio e serviços), em si já seria um elemento indutor de disseminação das qualidades próprias de uma área central e de descentralização do terciário, ainda que não necessariamente sobre a área do pátio.

Já no caso do pátio da Guanabara, a incorporação de sua área, num contexto de especialização de funções que se mostram por si mesmas requalificadoras, não precisaria se dar a partir da solução de transposições físicas. A definição do destino dessa área, se reativada para o transporte ou se definitivamente desativada como estação para dar lugar a um espaço público, deveria priorizar o estabelecimento de limites claros entre usos públicos e privados, induzindo a inversão das entradas das construções e o reloteamento das áreas lindeiras ao longo do pátio. Entretanto, mesmo que esse espaço tenha um uso requalificador, com atividades restritas ao período diurno, ainda se constituiria numa barreira física, como se constata com a presença do Instituto Agrônomo. Nesse caso, a nosso ver, sua recomposição reforçaria o desígnio desse setor como área aberta, sem grande prejuízo para a cidade e a circulação.

Constatamos, no entanto, que os edifícios de valor histórico, ainda que possam se constituir em elementos referenciais simbólicos para a cidade, não são elementos estruturadores de atividades (com exceção da catedral). Isso se deve ao fato de terem permanecido por muito tempo com usos efêmeros e, desocupados e malconservados, ainda contribuir para a desvalorização de suas áreas envoltórias, a ponto de podermos constatar em seus entornos muitas demolições e o surgimento de estacionamentos, exatamente porque não geram atividades indiretas. Por isso, numa futura reabilitação urbana, é preciso deslocar o foco principal dos edifícios patrimoniais em si mesmos para suas ressonâncias sobre o espaço central, que nem sempre são positivas.

Nesse sentido, é possível concluir que, se não houver uma política quanto à restrição da circulação de automóveis no centro, para cada edifício reabilitado e, portanto, transformado em gerador de movimento, haverá igual número de demolições para implantação de estacionamentos.

Por fim, isso implica que as ações não se restrinjam a intervenções pontuais de recuperação de edifícios ou setores restritos de ruas e se dê a partir de uma reabilitação articulada com ações estruturais, pois no conjunto e ao longo do tempo a recuperação de edifícios históricos pode acarretar, indiretamente, mais demolição do que regeneração.

## NOTAS

1. Este texto foi realizado a partir do Relatório Final de Pesquisa “Reabilitação de edifícios e conjuntos urbanos. A importância da definição do destino das áreas como fator de garantia de qualidade dos espaços. O caso das áreas ao longo dos antigos leitos ferroviários em Campinas”, iniciado em 2003 e concluído em março de 2004, com bolsa/pesquisa outorgada pela PUC-Campinas. Uma versão resumida dessas questões foi apresentada no X Seminário de Arquitetura Latino-americana (X SAL) em 2003, realizado em Montevidéu, no início da pesquisa, ainda não publicada. Uma versão mais completa do trabalho foi apresentada no Encontro “Ciudad, Imagen y Memoria”, em espanhol, realizado em 2005 em Santiago de Cuba, publicada apenas em formato digital, com circulação restrita.
2. Foram levantados, no total, para as duas áreas, 1.168 lotes. Posteriormente, esses mesmos pressupostos foram aplicados em pesquisas com objetivos mais específicos, tais como estudos de viabilidade de incremento habitacional nas áreas centrais de Campinas e Santos em trabalhos de iniciação científica, já concluídos, e como parâmetro para a discussão mais ampla sobre a reabilitação dos edifícios e conjuntos urbanos históricos dessas duas cidades, em andamento.
3. Segundo a Transurc (representante das empresas concessionárias), o Terminal Intermodal, que será composto de terminal urbano, interurbano e interestadual, deverá ser entregue em 2008. Será construído em área doada pela Fepasa, atrás da Estação Cultura, no centro. O projeto também prevê a construção de uma área de 4 mil metros quadrados destinada a comércio. Estima-se que cerca de cem mil pessoas circularão diariamente pelo Terminal (cf. “Terminal Intermodal é lançado”, disponível em: <[www.transurc.com.br/site/informacoes/noticias.asp?id=248&ano=2006](http://www.transurc.com.br/site/informacoes/noticias.asp?id=248&ano=2006)>, Notícias, 4.8.2006).
4. Esse conceito será retomado na Conclusão.
5. O perímetro aqui considerado como centro e a descrição dos elementos estruturadores ou geradores de movimentos serão discutidos mais adiante.
6. Incluem-se nessa categoria os edifícios desocupados, os terrenos vazios e os ocupados por estacionamentos ao ar livre ou apenas com uma cobertura, sem construções próprias para esse uso.
7. Citado no Plano Diretor de Campinas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, A. A guerra dos lugares. Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, São Paulo, n.23, 2000.
- BADARÓ, R. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- ESTATUTO DA CIDADE. *Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Instituto Polis, 2001.
- HARVARD DESIGN MAGAZINE. *Durability and Ephemerality*. Cambridge: Harvard University Graduate School, 1997.
- HUET, B. L'architecture contre la ville. *AMC Revue D'Architecture*, Paris, n.14, dezembro 1986.
- LAPA, J. R. do A. *A cidade, os cantos e os antros*. Campinas, 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1995.
- PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Plano Diretor de Campinas*. Campinas, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas*. Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Deplan. Campinas, 2002. Versão preliminar.
- REVISTA OCULUM ENSAIOS. Campinas: História do Urbanismo. Campinas: PUC-Campinas, jan. 2002.
- SANTOS, A. da C. *Campinas, das origens ao futuro*. Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- SCHICCHI, M. C. Local ou global: o centro como princípio. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. M. (Org.) *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. Campinas: PUC-Campinas, UFRJ, 2003. p.297.

## WEBGRAFIA

- PREFEITURA DA CIDADE DE PELOTAS. *III Plano Diretor Pelotas*. 2002. Pelotas: Disponível em: <[www.pelotas.rs.gov.br/politica\\_urbana\\_ambiental/planejamento\\_urbano/III\\_plano\\_diretor/plano\\_diretor/\\_modelo\\_urbano\\_apresetacao.htm](http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/plano_diretor/_modelo_urbano_apresetacao.htm)>.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, 1999. Porto Alegre. Disponível em: <[www.portoalegre.rs.gov.br/](http://www.portoalegre.rs.gov.br/)>.
- PROGRAMA MONUMENTA. Disponível em: <[www.monumenta.gov.br/](http://www.monumenta.gov.br/)>.

## RESUMO

O texto introduz a discussão sobre a importância do conhecimento dos usos e das formas de apropriação dos espaços para a definição e o destino de áreas de reabilitação urbana. Defende a elaboração de pesquisas e dados pormenorizados sobre os centros, contextualizados por seus processos de transformação e dinâmicas urbanas como principais parâmetros para o estabelecimento de diretrizes de preservação, desenvolvimento urbano e requalificação dos espaços. Nesse sentido, os vazios urbanos, os espaços subutilizados e os edifícios desocupados são tomados como principais indicadores do estado atual e do potencial de mudança e/ou permanência de usos e possíveis transformações das áreas. Foram escolhidas para estudo duas áreas com pátios ferroviários e estações desativadas em Campinas, a Estação Central e a Estação Guanabara, incluindo as áreas envoltórias e suas relações com o centro histórico da cidade. O texto evidencia que, embora se trate de estações na mesma área central, essas possuem distinto potencial de reconversão e recomposição do tecido urbano e da paisagem central.

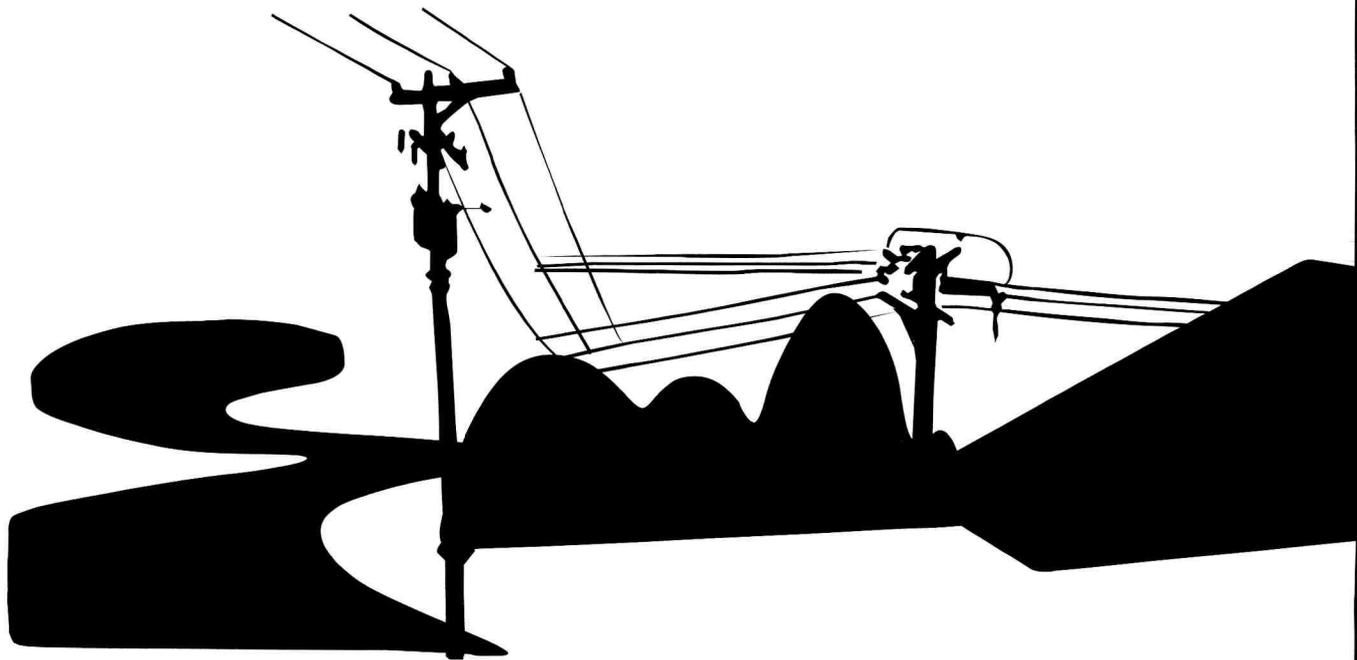
**PALAVRAS-CHAVE:** requalificação, uso do solo, Campinas, leitos ferroviários.

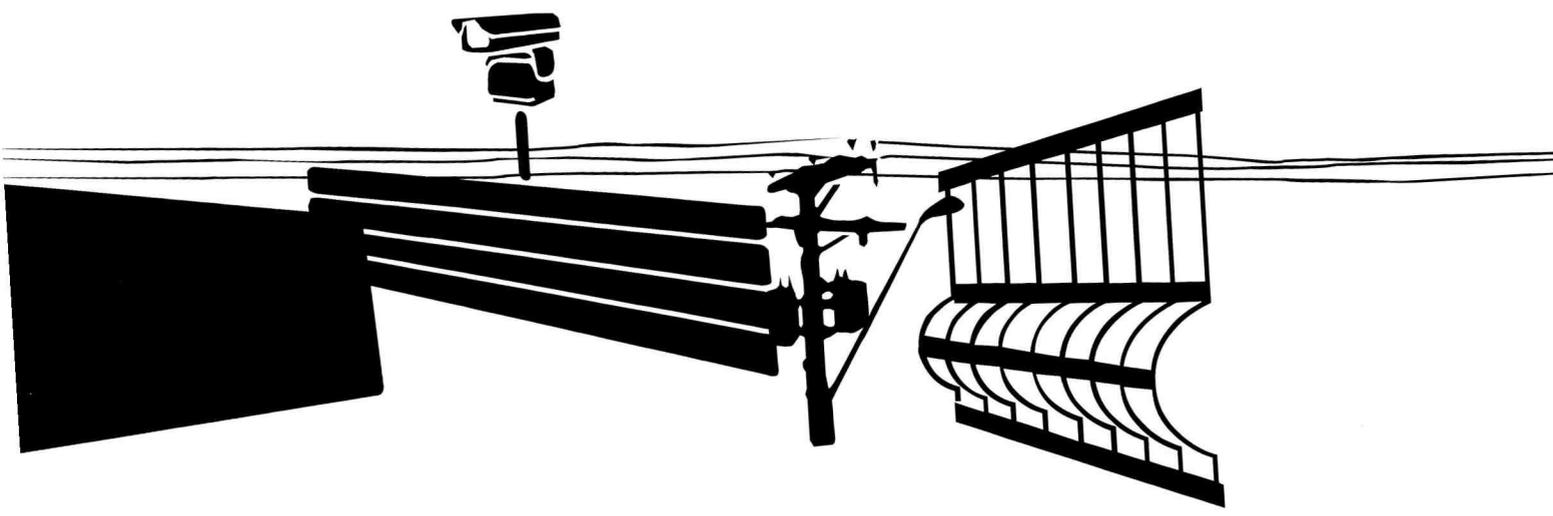
## ***STUDY OF LAND USES AND APPROPRIATION AS A BASIS FOR THE DEFINITION OF THE DESTINY OF URBAN REQUALIFICATION AREAS – THE CASE OF THE CENTER OF CAMPINAS***

### ***ABSTRACT***

*The text introduces the discussion about the importance of the knowledge of uses and ways of appropriation of the spaces for the definition and destiny of urban rehabilitation areas. It defends the elaboration of researches and detailed data about the centers, put in the context by its transformation processes and urban dynamics as the main parameters for the definition of preservation standards for urban development and spaces requalification. In this sense, the urban voids, subused spaces and unoccupied buildings are taken as the main signal of the current status and of the potential for uses change and/or permanence and possible transformations of the areas. Two areas with deactivated railway patios and stations in Campinas were chosen: the Central Station and Guanabara Station, including the surrounding areas and its relationships with the historic center of the city. The text evidences the fact that, in spite of being in the same central area, they have different potential for the recovery and reconstruction of the urban fabric and downtown landscape.*

**KEYWORDS:** requalification, land use, Campinas, railways.





mutações

**ORDENAMENTO TERRITORIAL E A ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:  
UM BREVE OLHAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CARIOCA DURANTE A  
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

| Fabio Costa Peixoto

Mestrando em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ  
*fabiocope@gmail.com*

# **ORDENAMENTO TERRITORIAL E A ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: UM BREVE OLHAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CARIOCA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

## **ANTECEDENTES DO DECRETO**

Ao pensar a cidade do Rio de Janeiro, é impossível não destacar a sua histórica capitalidade construída ao longo de quase três séculos, demarcando sua importância em diversas esferas, como a política e a da gestão metropolitana.

Com a sua transformação em capital colonial em 1769, perpassando à condição de Município Neutro<sup>1</sup> durante o Império e como Distrito Federal entre 1891 e 1960, o Rio de Janeiro torna-se palco de grandes disputas dos mais variados grupos de interesse, sejam da Colônia, do Império ou da República.

No século XX, a cidade adentra de forma definitiva no circuito capitalista mundial. Entretanto, tornou-se necessário remodelar a cidade em suas diversas dimensões, como a cultural, a arquitetônica e a econômica.

Com esse objetivo em mente, o então presidente da República Rodrigues Alves pensa uma forma de modernizar a cidade e colocá-la definitivamente no nascente século XX. Rodrigues Alves instrumentaliza essa atuação mediante a reforma urbana em voga desde as últimas décadas do século XIX, quando Haussmann realiza a grande reforma urbana de Paris e instaura um novo modelo de cidade moderna, e aqui, leia-se, a ser seguido, principalmente, por países que queriam ser modernos.

Para realizar a tarefa de implementar a reforma urbana, Rodrigues Alves escolheu o engenheiro Pereira Passos como governante do então Distrito Federal com plenos poderes para fazer a reforma.

A reforma urbana realizada por Pereira Passos vai alterar radicalmente o centro da cidade, modificando sua funcionalidade, com a remoção da população de baixa renda do centro e com a abertura de largas avenidas, com um destaque maior para a Avenida Central.

A importância da “Reforma Pereira Passos” dentro do projeto de modernização da cidade é inquestionável, mas não cabe a este texto se debruçar sobre ela e analisá-la, mas sim contextualizá-la como principal instrumento de ordenação do espaço urbano, que vai interferir direta e fundamentalmente no objeto de estudo que é o Decreto nº 1.185, de 1918.

O principal objetivo da reforma de Pereira Passos foi alterar a funcionalidade do centro da cidade, transformando-o de um típico local de moradia em um centro comercial-financeiro, permitindo pensar a cidade, sua consideração como urbano e sua adequação definitiva dentro do sistema capitalista mundial de produção.

Em decorrência, novos usos da cidade são concebidos tornando necessário conceber a cidade de uma forma mais abrangente do que apenas o seu centro urbano. Dessa forma, avança-se em direção a pensar a cidade a partir do eixo rural-urbano, adotando uma nova funcionalidade para cada um dos eixos.

Ou seja, ao se adotar um olhar mais abrangente sobre a cidade, permite-se superar quase o hábito de se pensar a cidade apenas como se fosse seu núcleo urbano central.

Essa primeira parte da análise, entretanto, nos permite apontar para uma explicação logística para o fato de Pereira Passos não voltar suas atenções para a futura Zona Suburbana: ela se explica pela falta de verbas, pois diversos trabalhos como o de Fridman & Ramos (1992) e o de Abreu (1987) já se utilizaram do conceito de subúrbio, o que provavelmente não pode ser pensado unicamente como subúrbio, mas sim como uma região acessória à Zona Urbana do município.

A escassez de recursos, no entanto, não inviabilizou parques investimentos como nos demonstra Oliveira Reis (1975, p.24):

Obras diversas de viação em vários distritos suburbanos. No sentido de melhorar as condições de viação de diversos logradouros, grande número de obras, as mais variadas, foram feitas como bueiros, sarjetas, pontilhões, aterros, valas e etc..., nas estradas e caminhos dos longínquos distritos subordinados de Santa Cruz – Campo Grande – Irajá – Penha – Vicente de Carvalho – Colégio – Campinho – Ilha do Governador – Guaratiba – Inhaúma – Jacarepaguá e Ilha de Paquetá.

As informações apresentadas permitem um olhar em direção às novas formas de intervenção do espaço capitaneadas pelo urbanismo e, um pouco mais tardiamente, adotadas pelo Planejamento Urbano. Podemos perceber uma tênue conectividade entre os dois eixos nos quais giravam a cidade e uma pioneira e sistemática intervenção do Estado

como principal facilitador do desenvolvimento do capital, criando condições mais favoráveis para uma melhor rentabilidade do capital.

Assim, podemos notar que novas intervenções no espaço carioca passam a ser implementadas principalmente com a utilização de um novo instrumento: o zoneamento urbano.

Ele atua sobre a cidade de uma forma mais ampla, permitindo pensá-la sob a óptica da busca por melhores valores de uso e de troca, utilizando a criação ou o estímulo de potencialidades de uma determinada região. A proposta do zoneamento urbano na cidade do Rio de Janeiro incorpora essa idéia, como nos aponta Feldman (1997, p.679):

o zoneamento ratifica, perpetua e acentua diferenças que desde fins do século XIX estão presentes na cidade e se conforma como um novo código para garantir a velha ordem. [...] passa-se à demarcação de zonas constituídas por agrupamentos de bairros para garantir padrões de ocupação funcionais dessas áreas.

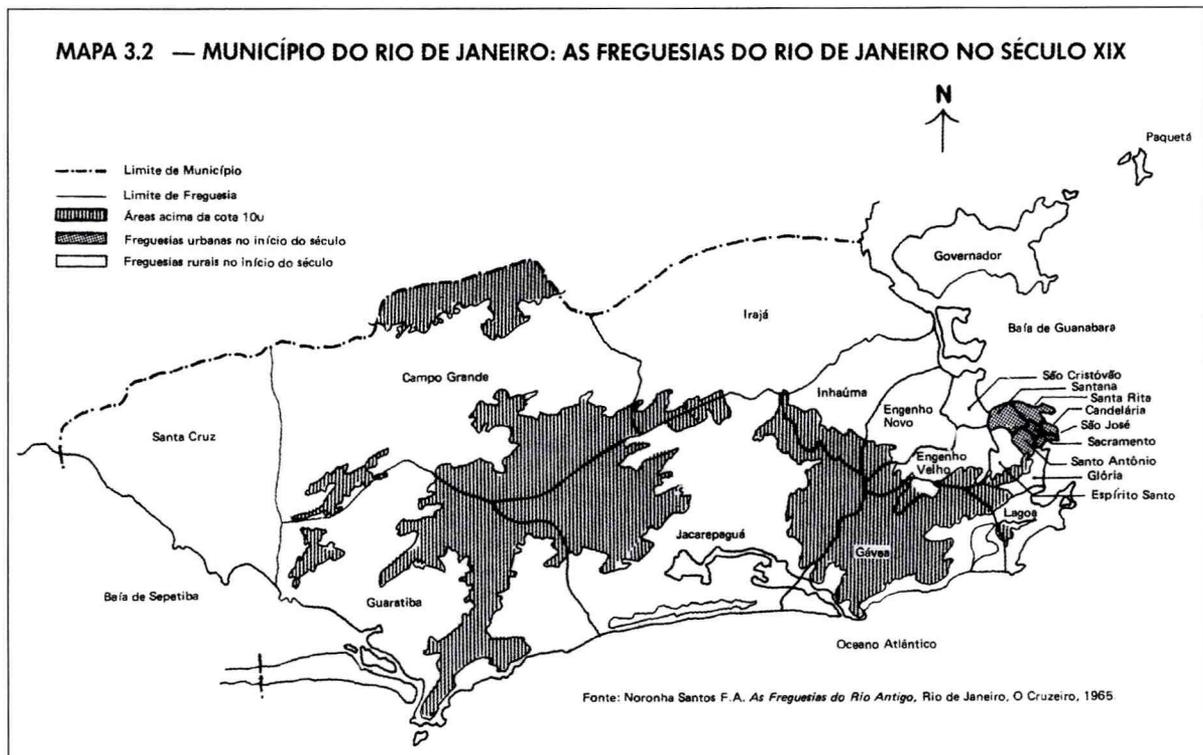
A necessidade de se pensar a cidade do Rio de Janeiro englobando a área externa ao perímetro urbano se origina do grande crescimento demográfico que a cidade vai sofrer desde o final de século XIX, e que se acentuou com a modernização da cidade impulsionada pela “Reforma Pereira Passos”.

A informação fornecida por Fridman & Ramos (1992) e Mauricio de Abreu (1987) nos permite pensar uma questão importante de ordem administrativa, que é um controle maior sobre a arrecadação de impostos municipais e que também pode indicar uma disputa por poder político entre as esferas municipal e federal no interior do território do Distrito Federal; entretanto, essa linha explicativa não é objeto de análise detalhada deste texto.

Em razão das grandes transformações que ocorriam no Rio de Janeiro no início do século XX e que alteravam consideravelmente a estrutura da cidade, escolhemos debruçar sobre esse instrumento por ele possuir uma riqueza analítica para compreender o novo perfil da cidade que se constrói nesse momento, especialmente pelo fato de o “zoneamento remeter à história da cidade real, à história de um processo em constante transformação, que se constrói socialmente, em função de interesses e atores concretos” (Feldman, 1997, p.668)

Assim, percebe-se a presença do zoneamento no decorrer do memorial descritivo criado no governo distrital do prefeito Amaro Cavalcanti na forma do Decreto nº 1.185, de 5.1.1918, no qual o prefeito divide a cidade do Rio de Janeiro em três zonas: Urbana, Suburbana e Rural.

Logo, uma análise sobre esse decreto seria pertinente, pois aponta para algumas dimensões do espaço social, como a administrativa, a política, a econômica e a territorial, evidenciando sua importância. Duas delas se destacam, administrativa e territorial, tornando-se evidentes comparando os dois mapas.



Mapa 1 – Freguesias cariocas antes de 1918.

Após espacializar o memorial descritivo no qual se compõe o decreto, o Mapa 2 foi construído com base nas informações presentes no decreto, possibilitando uma análise dos mapas contendo as duas divisões administrativas da cidade.

Dados fornecidos pela própria prefeitura do Distrito Federal confirmam a alteração do valor do imposto do uso do solo para fins urbanos (Tabela 1).

Tabela 1 – Valor do imposto sobre o solo

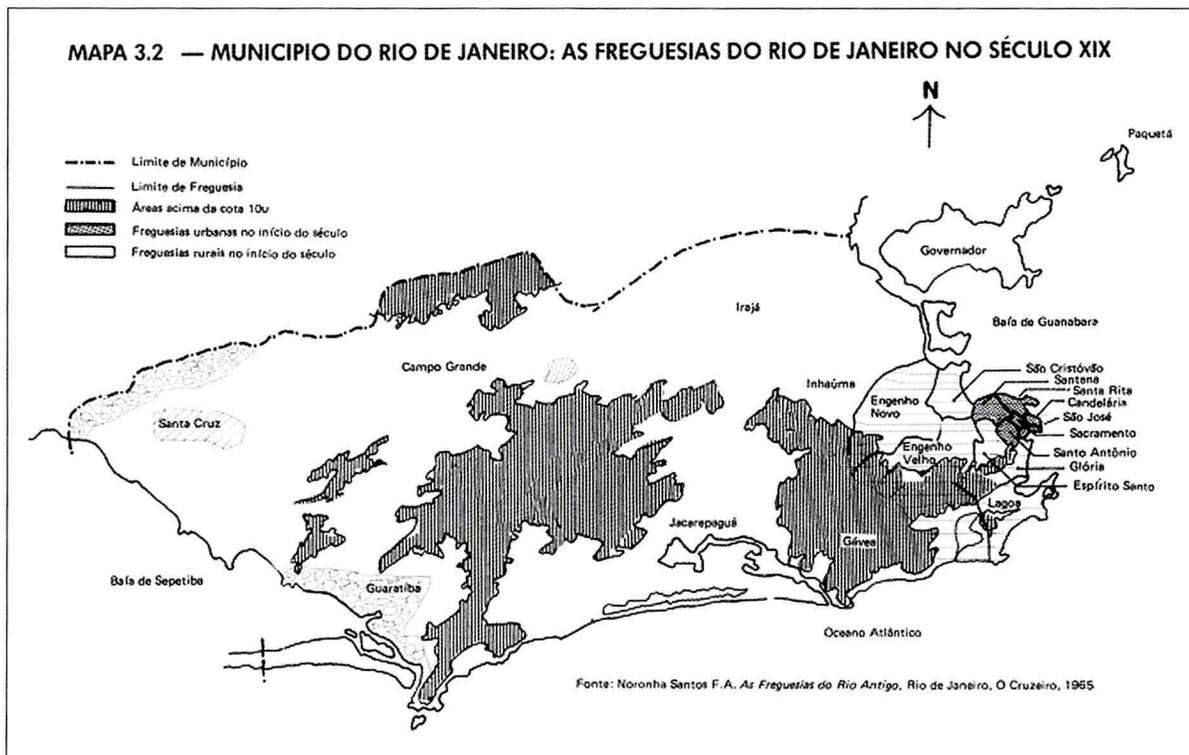
	URBANO <sup>2</sup>			SUBURBANO	RURAL
	Zona 1	Zona 2	Zona 3		
<b>IMPOSTO</b>	2	0,5	0,3	0,2	0,1

Os valores estão em porcentagens (%).

Ao tomar esses dados,<sup>3</sup> podemos constatar a presença de uma enorme complexidade desse urbano, em razão da divisão dessa zona em três, e especialmente pela diferença nos valores entre a zona mais valorizada do urbano (Zona 1) e o Rural.

Num olhar atento para esses dados e numa análise comparativa entre os dois mapas, é possível perceber que quase 70% do território da cidade, destinados anteriormente às atividades rurais, são incorporadas a uma nova dinâmica urbana na figura de uma zona suburbana da cidade.

O emprego de dados sobre densidade demográfica colabora na tarefa de confirmar a hipótese defendida. A comparação dos dados referentes ao crescimento da densidade demográfica da região da Zona Suburbana (de Irajá a Santa Cruz), da Zona Urbana e do Distrito Federal permite delimitar alguns indícios interessantes.



Mapa 2 – A cidade do Rio de Janeiro pós-decreto de Amaro Cavalcanti.

Enquanto a Zona Suburbana como um todo cresceu em média 78%, a Zona Urbana cresceu 22%, e o Distrito Federal, como um todo, cresceu apenas 37%. Esses dados permitem perceber os efeitos da implementação do decreto no que se refere a uma ocupação mais efetiva da região e ao início de sua integração à dinâmica capitalista da cidade do Rio de Janeiro.

### CONTEXTUALIZANDO A CONSTRUÇÃO DO DECRETO

Inicialmente, a construção de uma série de indagações sobre essa análise permite perceber os motivos geradores dessa mudança, a finalidade dessa nova Zona Suburbana e a forma de se pensar a cidade considerando essa transformação como um todo.

Para atender à primeira indagação, indicamos alguns elementos importantes, como os atores envolvidos no processo de discussão da política pública, como nos diria Klaus Frey (2000, p.215), em que se apresenta o Decreto nº 1.185.

O início do século XX apresentou uma cidade carioca sofrendo de um impasse envolvendo sua estrutura produtiva, no que se refere à funcionalidade de diversas regiões da cidade e à valorização dos papéis de agentes que atuavam no espaço carioca.

A inserção da região dos subúrbios em um mercado capitalista de terras ocasionou a sua incorporação em uma nova dinâmica que se instaurou na cidade do Rio de Janeiro, oferecendo um local e novas opções de investimentos para típicos setores urbanos, como é o caso do capital imobiliário e das empresas de infra-estrutura urbana.

Ao adotar as premissas fornecidas por Eulália Lobo (1978, p.200), torna-se possível perceber o capital imobiliário como fruto da união dos capitais financeiro e bancário

resultando em um tipo específico de capital que investe com vigor em um setor que cresce vertiginosamente nas grandes metrópoles mundiais, aqui se incluindo o Rio de Janeiro.

No interior dessa questão, destaca-se não apenas uma produção de moradia, mas também uma produção capitalista de moradia. Para ser efetivada, entretanto,

ela necessita que a terra assuma a forma de mercadoria, pois a forma anterior patrimonial, constitui uma barreira para o capital superar. Por outro lado, para, de bem financiar o consumo de moradia, seja na forma de aluguel seja na forma de difusão da propriedade, o capital deve apresentar-se sob condições especiais, isto é, como empréstimos a baixos juros. A primeira condição impõe uma transformação do conteúdo da propriedade privada da terra, nos níveis jurídico e social, de forma a possibilitar a sua mercantilização. A segunda condição depende de uma série de transformações da economia que permitam a especialização de uma fração do capital na circulação da moradia. (Pechman & Ribeiro, 1985, p.106)

O estudo de Pechman & Ribeiro (1985) se dedica a analisar o surgimento dessa forma capitalista de produção do espaço. Para tanto, afirmam sobre a necessidade de transformações econômicas, sociais, institucionais e urbanas que permitam a criação de um mercado urbano de terras, possibilitando, assim, a posterior separação entre capital e propriedade fundiária.

Como principal resultado, obtêm-se a criação de um sistema capitalista de produção que operou a superação de obstáculos da propriedade da terra e a garantia de um funcionamento seguro ao processo produtivo.

A partir da contribuição desses autores, é possível esboçar a forma de atuação do capital imobiliário durante e após o decreto de 1918. Para tanto, iniciamos esse caminho privilegiando a busca pela formação dessa fração de capital.

O capital imobiliário adquire força principalmente com um incremento oriundo do exterior,<sup>4</sup> proveniente do grande crescimento ocorrido no final do século XIX e que se espalhou pelo mundo em busca de melhores condições de investimentos e de rentabilidade do capital. Logo, eles se voltam em direção a investimentos no espaço urbano onde se observa uma dedicação “à produção de moradias para aluguel e a compra, parcelamento e a venda em lote de terras anteriormente utilizadas para fins agrícolas” (Ribeiro, 1985, p.6).

Por conseguinte, o capital se instalou nesse setor produtivo em razão de sua lógica mercantil primeiramente e, em especial, por esse setor significar uma oportunidade de “desfrutar de situações monopolistas e/ou práticas de especulação. Assistimos, pois, ao surgimento de uma economia urbana que funcionará segundo a lógica da acumulação mercantil” (ibidem, p.8).

A instalação desse capital, entretanto, foi dificultada por acidentes topográficos característicos da geografia carioca. Logo,

a história da urbanização do Rio de Janeiro é marcada pelas dificuldades de expansão do tecido urbano, em razão da existência de extensas áreas montanhosas e pantanosas. [Entretanto] a dificuldade da expansão cria um processo de grande valorização dos terrenos situados nos espaços aproveitáveis, o que explica o fato do centro da cidade ter uma estrutura fundiária marcada por propriedades muito estreitas. (ibidem, p.13)

Como um reflexo do longo processo de expansão do tecido urbano, o capital imobiliário cresce e ganha destaque, como mostra Ribeiro na citação transcrita, demonstrando que a década de 1910 foi a terceira década em que mais surgiram companhias imobiliárias,<sup>5</sup> no total de cinco. Em primeiro lugar está a década de 1920, com treze companhias, e em segundo lugar, a década de 1930, com onze companhias. Ou seja, a década de 1910 caracteriza-se como um aspecto do início de um processo de expansão acentuada do capital imobiliário sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Um indício do crescimento da atuação das companhias imobiliárias pode ser constatado por meio da abertura de novos logradouros públicos, como nos mostra Ribeiro (1985, p.30). Entre as duas primeiras décadas do século XX (entre 1906 e 1920), nota-se um enorme crescimento do número de logradouros, exatamente 46%, o que reforça a validade desse indício comprovando a força desse segmento dentro da lógica de produção capitalista existente na cidade do Rio de Janeiro.

Soma-se a essa expansão o papel dos meios de transportes, que foram de vital importância, ao fornecer suporte material para essa expansão. Essa

“revolução dos transportes” coletivos ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, caracterizada pela rápida introdução de avanços tecnológicos, pela expansão da oferta em proporção ao aumento populacional e pelas relações de integração entre as várias modalidades, fazendo com que os transportes do Rio tenham sido ao mesmo tempo um condicionador e indutor do processo de urbanização. (Ribeiro, 1985, p.20)

Como principal resultado dessa “revolução”, encontram-se

ao final do século XIX, as linhas se estenderam até as aglomerações criadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil em torno das estações, criando um “sistema capilar” de transporte, tornando possível o loteamento de terras agrícolas e chácaras em pontos mais distantes. (ibidem, p.20)

Já os atores envolvidos no processo de criação do decreto do prefeito Amaro Cavalcanti podem ser divididos em dois grandes grupos: um constituído pelo Estado, em suas duas esferas de governo, o capital imobiliário e as empresas que oferecem infra-estrutura; e o outro relacionado ao grupo que controlava politicamente as antigas freguesias rurais do Distrito Federal.

Associado a esses dois “consideráveis” atores sociais, o Estado, especialmente na sua esfera federal, fornece as condições para esses segmentos poderem investir no subúrbio carioca. Essas condições foram obtidas por meio de um novo posicionamento do Estado, como evidenciado por Maurício de Abreu (1987) e por Jean Lojkine (1981).

Maurício de Abreu (1987, p.73) afirma que essas condições são provenientes de uma

intervenção direta do Estado sobre o urbano [que] levou à transformação acelerada da forma da cidade, tanto em termos de aparência (morfologia urbana) como de conteúdo (separação de usos e de classes sociais no espaço). A longo prazo, entretanto as conseqüências foram ainda maiores. Com efeito, atuando agora diretamente sobre um espaço cada vez mais dividido entre bairros burgueses e bairros proletários e privilegiando apenas os primeiros na dotação de seus recursos, o Estado veio a acelerar o processo de estratificação espacial que já era característica da cidade desde o século XIX.

Ao analisar o posicionamento do Estado ante esse conflito de interesses entre frações do capital, certamente a utilização de Lojkine (1981, p.70) apresenta-se como um instrumental crucial para conseguir compreender essa dinâmica do sistema capitalista.

Lojkine (1981, p.56) define a cidade como “essencialmente uma questão de relações entre múltiplos grupos e de afrontamento entre perspectivas antagônicas”. Logo, à luz dessa premissa, a análise se utiliza principalmente do espaço geográfico no interior da dinâmica de produção capitalista mediante uma divisão territorial do trabalho “que atribui certos ramos da produção a certos distritos do país” (ibidem, p.160); leia-se: certas áreas de uma determinada cidade ou até região.

## CONCLUSÕES

Como conclusão do artigo, é possível afirmar que essa divisão territorial só foi possível em razão da existência de uma população em um meio tipicamente urbano e que se conectasse por meio de uma rede de vias de comunicação<sup>6</sup> presente no contexto analisado, com uma linha férrea com maior força na primeira metade do século XX e o automóvel a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a abertura da Avenida Brasil, antiga variante, em 1946.

Outra constatação encontrada foi que, a partir desse momento, a Zona Oeste passou a exercer apenas um papel funcional na dinâmica mais ampla da cidade do Rio de Janeiro, ressaltando assim a segregação dessa região em relação ao contexto da cidade.

Apenas a partir da década de 1990 foi que se percebeu alguma preocupação mais estruturada em criar mecanismos que diminuam essa desigualdade socioespacial.

## NOTAS

1. Essa condição foi criada com o Ato Adicional de 1834.
2. A divisão do urbano em três zonas provém da necessidade de aumentar a arrecadação de impostos e de um aumento considerável do crescimento demográfico ocorrido na cidade nesse período.
3. Eles são provenientes do *Boletim da Prefeitura do Rio de Janeiro*, julho de 1922.
4. É importante assinalar, entretanto, que a principal fonte de recursos que formam o capital imobiliário provém da burguesia nacional.
5. As companhias imobiliárias são os principais “braços” do capital imobiliário.
6. Castells (1983, p.54) também valoriza os meios de transportes ao afirmar que “os transportes coletivos asseguram integração das diferentes zonas e atividades da metrópole, distribuindo os fluxos internos segundo uma relação tempo/espaço suportável”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. *Evolução urbana*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio, Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930). *Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Rio de Janeiro, ano VII, n.21, 1987.
- BRASIL. Ministério do Interior. Recenseamento do Distrito Federal, 1920.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: XVII ENCONTRO NACIONAL ANPUR. Pernambuco, 1997.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, n.21, p.212-59, junho de 2000.
- FRIDMAN, F.; RAMOS, C. A. F. A história da propriedade da terra no Brasil. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. de F. *Anais do Encontro Nacional da ANPUR – Cidade & História – Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, 1992.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOBO, E. M. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial*. Rio de Janeiro: IBDEG, 1978.
- PECHMAN, R. M.; RIBEIRO, L. C. de Q. de. A companhia de saneamento do Rio de Janeiro – contribuição à história da formação do capital imobiliário. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, dezembro de 1985.
- PEIXOTO, F. C. *A Estrada Real de Santa Cruz como ligação entre o sertão carioca e a área urbana da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2003. Monografia de Graduação – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Um estudo sobre a criação da zona suburbana do município do Rio de Janeiro: 1910-1920. In: *Anais da XI Semana IPPUR – Planejamento, Território e Democracia*. Rio de Janeiro, 2005.
- PREFEITURA DA CIDADE. *Boletim da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7/1917 a 6/1918.
- REIS, O. *O Rio antigo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro, 1975.
- RIBEIRO, L. C. de R. Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído do Rio de Janeiro – 1870-1930. *Revista Espaço & Debate*, Rio de Janeiro, n.15, p.5-32, 1985.

## RESUMO

Este artigo pretende, de forma breve, apresentar uma discussão envolvendo a construção do território da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro denominada Área de Planejamento 5 (AP5), que corresponde a 60% do território carioca e a 30% da população dessa cidade. O principal objeto deste artigo é a análise de uma importante política de ordenamento territorial definida por um decreto de 1918 que dividia a cidade do Rio do Janeiro em três zonas: Urbana, Suburbana e Rural. Uma análise preliminar desse decreto permitiu expor algumas questões centrais que motivaram a sua formulação: o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro e o papel do capital imobiliário nesse contexto. Logo, o artigo se dedica a expor algumas considerações sobre essas duas questões e suas conseqüências para a cidade do Rio de Janeiro.

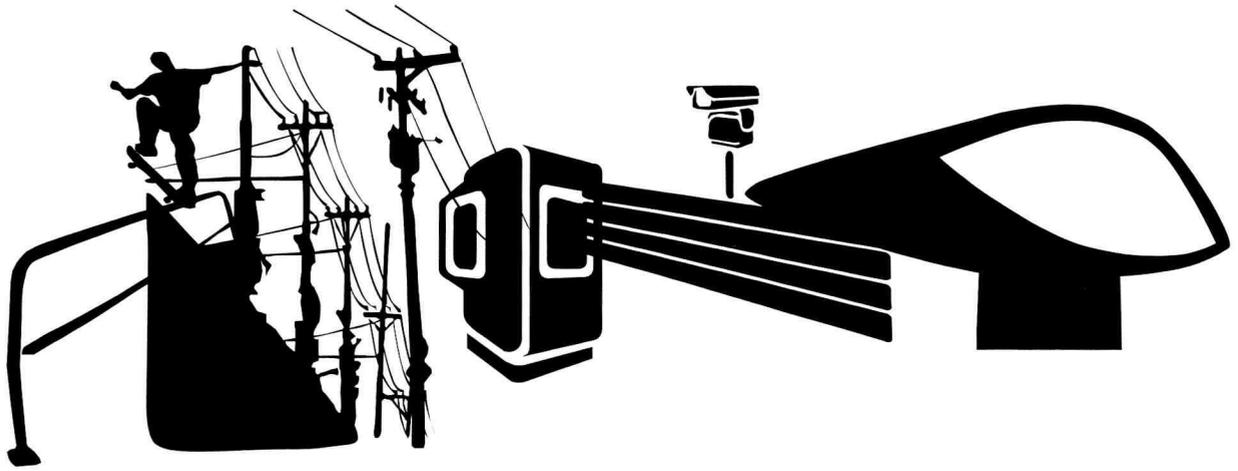
**PALAVRAS-CHAVE:** Rio de Janeiro, urbanização, território, Zona Oeste, capital imobiliário.

## ***TERRITORIAL ORDAINMENT AND THE WEST SIDE OF RIO DE JANEIRO: A BRIEF LOOK ON THE CITY'S CONSTRUCTION DURING THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY***

### ***ABSTRACT***

*The article intend this shape short to present um long discussion involving the construction this territory is the west zone in the city of Rio de Janeiro ringed area the planning 5 (AP5) what correspond is 60% this territory carioca and 30% this population these city. The main objective this article is the analysis this important polity the put territory what is decree this 1918 what divided the city of Rio de Janeiro in three zones: urban, suburban and rural. Un analysis preliminary this decree let hibit some questions centers what reasoned the form these decree: the process of modernization the city of Rio de Janeiro and the part the immobiliary capital there process. At once, the article is devote exposit some consideration on there two questions and yours consequences to the city of Rio de Janeiro.*

**KEYWORDS:** Rio de Janeiro, urbanization, territory, West Zone, part immobiliary.



**A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO PREFEITO JUSCELINO KUBITSCHEK:  
ESTÉTICA E PLANEJAMENTO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE NA DÉCADA DE 1940**

Marcelo Cedro

Historiador e mestre em Ciências Sociais

Professor substituto de História, Sociologia e Antropologia – PUC-MinasGerais

Professor assistente de História – Centro Universitário UNA

*marcelocedro@hotmail.com*

## **A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO PREFEITO JUSCELINO KUBITSCHKEK: ESTÉTICA E PLANEJAMENTO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE NA DÉCADA DE 1940**

Os empreendimentos realizados em Belo Horizonte pelo prefeito Juscelino Kubitschek abrangeram mudanças não apenas no âmbito material – como a construção de novos bairros, asfaltamento de ruas e avenidas, serviço de saneamento e terraplenagem, aterro de córregos etc.; enfim, uma nova reestruturação e planejamento urbanos –, como também na esfera cultural, a partir da Exposição de Arte Moderna e do projeto arquitetônico da Pampulha, entre outros. Tanto os aspectos infra-estruturais como os superestruturais tiveram como fundamento o discurso de modernidade e progresso incorporado por Juscelino Kubitschek.

Durante as primeiras décadas do século XX, acentuou-se a preocupação com o planejamento urbano. Os urbanistas recorreram à arquitetura com o intuito de resolver os problemas advindos do século anterior. Em decorrência da industrialização, as cidades se tornaram superpovoadas em razão da migração de mão-de-obra do campo em busca da possibilidade de progresso. O aumento da densidade populacional acarretou a especulação imobiliária. Como consequência, muitos dos que chegavam à cidade não conseguiam moradia por causa dos altos preços das habitações, e se aglutinavam em cortiços. Cidades como Nova York, Londres, Paris e Berlim, apesar de se situarem em países desenvolvidos, também passavam por esses problemas. A imprensa e o poder público se articulavam para difundir o discurso de que era necessário reformar imediatamente esses guetos em formação, já que se constituíam pontos nevrálgicos de violência e insalubridade e que, além disso, prejudicavam a imagem estética da cidade.

Desde os finais do século XIX, vários postulados foram elaborados para amenizar o problema das moradias urbanas, como na Londres vitoriana dos anos 1880. Naquela cidade, os cortiços alojavam até oito pessoas em um só quarto, e a porta da frente não se fechava, de modo a abrigar os sem-teto que dormiam nas escadas. Surgiu então a idéia da construção de núcleos residenciais para os operários, anexados às fábricas e contando com pequeno jardim e quintal. Também houve a tentativa de planejar uma cidade-jardim em que as residências seriam ajardinadas, idéia semelhante à dos núcleos residenciais. Todavia, por sua natural complexidade, tal prática era inconciliável com a realidade e tornou-se apenas um estilo paisagístico incorporado pelas grandes cidades européias.

A idéia de pensar a cidade se transformava: antes, era percebida como um mal em si mesma; a partir da ação dos urbanistas, a reforma infra-estrutural tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento da industrialização, chave para o progresso material e humano (Ribeiro, 1994, p.111). “Funcionar e descongestionar o espaço para o desenvolvimento da grande indústria” (ibidem).

A cidade moderna é paradoxal ao englobar progresso e oportunidade simultaneamente a miséria e segregação espacial: “A encortiçada cidade vitoriana era, sem sombra de dúvida e sob vários aspectos, um lugar horrroso, mas oferecia oportunidades econômicas e sociais, luzes e multidões” (Hall, 1995, p.108). Em 1909, foi decretado pela Câmara dos Lordes britânica,

dar ao povo uma condição doméstica na qual sua saúde física, sua moral, seu caráter e sua inteira condição social pudessem ser melhorados [...] o decreto, em linhas gerais, tinha em mira e esperava assegurar a existência do lar saudável, da casa bonita, da cidade aprazível, do município dignificado e do subúrbio insalubre. Era necessário abolir o cortiço, reconstruir novas bases para evitar seu ressurgimento. (ibidem, p.64)

A administração parisiense do prefeito Haussmann, no final do século XIX, incorporou a tendência de reformulação urbanística a partir do planejamento racional de avenidas largas e retas, destruindo os indícios de uma cidade medieval e construindo uma outra nos padrões da modernidade.

Berlim e Nova York também incorporaram o planejamento racional moderno e inseriram o zoneamento que era, na cidade moderna, a maneira explícita de segregação espacial: “Os lojistas da 5<sup>th</sup> Avenue temiam que as levas de trabalhadores em confecção, que migravam para as ruas do alto comércio, destruíssem o caráter elitista de seus estabelecimentos, ameaçando, o valor das propriedades” (Hall, 1995, p.70).

A administração da cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, também pode ser comparada às reformas estéticas e higienistas das principais cidades mundiais. O Rio de Janeiro, além de ser a capital da República, contava com o terceiro porto do mundo, com um núcleo ferroviário nacional; era um centro financeiro em ebulição,

possuía forte mercado de mão-de-obra e consumo. Para atender às demandas decorrentes de tal perfil, necessitava de reformas em sua estrutura urbana.

Belo Horizonte foi planejada nessa conjuntura de importação do modelo urbanístico moderno. Inaugurada em 1897, a cidade foi completamente construída e não apenas reformulada, já que anteriormente não passava de um pequeno arraial de origem colonial.

Embora Rio de Janeiro e Belo Horizonte se espelhassem no mesmo modelo racional e higienista, os projetos administrativos das duas cidades foram distintos. Enquanto a primeira necessitava de uma reformulação urbana, a segunda foi construída e planejada para ser a nova capital de Minas Gerais.

O discurso de modernidade e progresso proferido pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, visava combater os problemas de alta densidade populacional, insalubridade e miséria presentes nos cortiços. Era necessário modernizar, embelezar e sanear, como também melhorar o sistema de transporte e circulação. “Regenerar” o Rio de Janeiro compreendia destruir os vestígios da cidade velha, considerada suja e doentia. O discurso ainda pretendia inculcar na população uma nova mentalidade cosmopolita e parisiense, novos hábitos e costumes de uma sociedade elegante e moderna. A construção da Avenida Central (atual Rio Branco) representou bem essa ideologia, que “espelhava a nova fase do Rio de Janeiro em monumentos simbólicos como a Escola Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe, sede de grandes jornais, lojas elegantes, cinemas, agremiações etc.” (Fabris, 2000, p.24).

O poder municipal, com o apoio do presidente Rodrigues Alves, pretendia forjar um Rio de Janeiro “civilizado” para facilitar a entrada de mão-de-obra e de capital estrangeiros. Para isso, recorria à ideologia de progresso e modernidade importada do modelo francês. O porto deveria ser reformado para que fossem evitadas doenças como varíola e febre amarela. A Avenida Central seria o modelo de modernidade, e sua forma larga e retilínea simbolizava a caminhada rumo ao progresso, além de proporcionar a ligação de novas conexões urbanas. A Avenida Beira-Mar (atual Atlântica) foi construída para fazer conjunto com a beleza natural das praias.

Caminhando lado a lado com o planejamento urbano, entretanto, consolidou-se um dos elementos constituintes da modernidade: a segregação espacial. No Rio de Janeiro, cortiços do centro foram demolidos, expulsando-se moradores para o subúrbio ou para o Morro da Providência, dando origem ao processo de favelização.

Desse modo, o caráter autoritário e cerceador do poder público visava inserir o Rio de Janeiro na modernidade. Conseqüentemente, desencadeava a segregação socioespacial, dificultando, principalmente, a vida dos imigrantes e dos ex-escravos. Porém, segundo Annateresa Fabris (2000, p.35), a modernização da Avenida Central se consolidou mais pelo método político-econômico do que pela forma arquitetônica, ao contrário da administração juscelinista em Belo Horizonte quarenta anos depois.

Buenos Aires também contou com propostas, inspiradas no modelo anglo-europeu, de remodelação estética, cuja arquitetura enfatizava o caráter higiênico da cidade. A capital argentina contava com vários casos de alcoolismo, sífilis e tuberculose que, segundo os teóricos urbanos, eram decorrentes do crescimento caótico advindo da imigração, necessitando, assim, de reformas sanitárias.

Desse modo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e a própria Belo Horizonte se espelham no modelo parisiense, em voga até então, pois Juscelino Kubitschek também absorveu os pressupostos de planejamento que estavam vigorando no contexto internacional no momento de sua administração. Se, historicamente, para cidades da América Latina, tal iniciativa de Juscelino não foi uma novidade revolucionária, ela, todavia, representava a continuidade de importação do modelo de modernidade que tardiamente seria conduzido pelo poder público e voltaria a inserir a cidade de Belo Horizonte em seu projeto de origem: a modernidade.

As discussões acerca dos problemas urbanos se estenderam. Em 1933, foi redigida a Carta de Atenas, que, publicada em 1942, era o resultado do último Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam), que contou com arquitetos e técnicos em planejamento urbano de vários países.<sup>1</sup> O objetivo do fórum foi o mesmo do final do século anterior: buscar soluções para o “caos” em que se encontravam as cidades, em razão, entre outros aspectos, do trânsito congestionado e de moradias insalubres, como também da extrapolação, em alta escala, do limite de densidade habitante/metro quadrado. O relatório focalizou 33 cidades, tais como (entre outras) Amsterdã, Londres, Madri, Berlim, Los Angeles e Paris.

O discurso proferido no congresso apresentava alguns pressupostos marxistas ao afirmar que a desordem urbana instituída era conseqüência da industrialização desordenada advinda dos interesses privados, que rompia com o equilíbrio das condições de trabalho ao aumentar a densidade urbana em razão do êxodo rural; que causava a deterioração da relação casa-trabalho; que mantinha o artesanato relegado ao segundo plano; que impunha a insalubridade às moradias. Enfim, o discurso assemelhava-se ao mesmo do final do século XIX, que enfatizava as razões da precariedade infra-estrutural urbana. Era preciso elaborar novos princípios de circulação, novas técnicas de construção e novos métodos para evitar engarrafamentos e grande concentração demográfica. A harmonia teria que ser novamente instituída no espaço urbano a partir da melhoria da qualidade de vida.

Assim, as principais preocupações se centralizavam na arquitetura e no urbanismo, vistos como alternativas primordiais para a solução e o planejamento da cidade moderna ao focalizarem melhoria para habitações, trabalho, recreação e circulação urbana.

Nos anos iniciais da década de 1940, o contexto belo-horizontino ainda não se assemelhava ao daquelas cidades que eram alvo das preocupações dos arquitetos internacionais. As conseqüências da industrialização em cidades como Londres e Paris ainda não

havam chegado ao Brasil: como já se viu, o modelo brasileiro de modernização (atribuído à industrialização e às modificações estruturais) ocorreu tardiamente em relação à Europa e aos Estados Unidos.

A administração de Juscelino à frente da prefeitura de Belo Horizonte pode ser associada ao Congresso de Arquitetura Moderna no qual foi lançada a Carta de Atenas, cujas soluções e sugestões serviriam como paradigma para o planejamento de uma cidade moderna. O Estado Novo usou da arquitetura em sua busca do novo para conduzir o processo de modernidade tardia. Em coerência com a orientação nacional, a administração juscelinista, imbuída do discurso modernizante baseado no culto ao “novo”, absorveu as modernas normas de arquitetura e planejamento, buscando inserir Belo Horizonte no mesmo contexto de modernização das principais cidades do mundo.

Le Corbusier foi um dos responsáveis pela redação da Carta de Atenas em 1933 e por sua posterior revisão e publicação em 1942. Uma de suas idéias para eliminar o excesso populacional urbano era aumentar a quantidade de espaço livre das cidades: construção de avenidas largas e retas, demolição de edificações antigas e construção de altos edifícios, além do estabelecimento de zoneamentos urbanos, ou seja, as moradias seriam relacionadas ao aspecto socioeconômico da população.

A solução proposta por Le Corbusier para resolver os problemas habitacionais era reduzir o preço das moradias a partir de edificações em série, aproveitando novos métodos e materiais de construção. A burguesia apoiou tal idéia, já que a construção de edifícios mais úteis e baratos, ao eliminar adereços em demasia, tornava economicamente viável o remodelamento urbano. Mas também a liberdade do artista em sua busca pelas formas puras contribuiu para que houvesse a união da arte com a indústria da construção civil.

No campo arquitetônico e de planejamento urbano, a tendência era encontrar novas soluções para acabar com os cortiços e revitalizar os centros comerciais. Os cortiços eram considerados grandes males da cidade moderna por apresentarem insuficiência de espaço físico, mediocridade de aberturas, ausência de sol, doenças, inexistência de instalações sanitárias, promiscuidade, presença de vizinhos desagradáveis, além de “enfear” a cidade.

O discurso higienista e de bem-estar era o pretexto para acabar com os cortiços e construir novas edificações que atendessem ao interesse do remodelamento estético da cidade. A segregação apresentava-se como necessária para que pudesse haver uma reforma estética urbana. A modernização instituiu novas construções e implementava desapropriações. Os mentores da Carta de Atenas pregavam que a preservação de áreas verdes, praias, lagos, rios era uma necessidade, bem como a construção de lagos artificiais. Próximo a essas áreas, era preciso que se reservassem espaços e se criassem áreas próprias ao estímulo das práticas esportivas. Todavia, essas novas áreas de lazer e beleza que seriam inseridas no cotidiano da cidade deveriam ser reservadas aos bairros residenciais, longe da parte central. Sendo assim, tornava-se necessária a construção de novas vias de acesso.

A zona industrial deveria ficar distante da zona habitacional, havendo um setor residencial programado e destinado aos operários. Separadas por uma área verde, haveria menos ruído e poluição, além de evitar o deslocamento de operários que moravam longe do trabalho. Para o setor industrial, portanto, deveriam ser planejadas vias de acesso, uma vez que “a velocidade nova dos transportes mecânicos que utilizam a rodovia exige a criação de novas vias ou a transformação das já existentes” (Fabris, 2000, p.46).

Os novos pressupostos de planejamento e remodelação urbanos da Carta de Atenas também preconizavam medidas de preservação do patrimônio urbano. A cidade moderna deveria salvaguardar seus valores arquitetônicos, desde que não faltasse com a higiene. As novas construções não deveriam copiar estilos arquitetônicos passados, mas, sim, fazer valer a liberdade do arquiteto em auto-superar-se ao criar novos padrões: “Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados [...] caso se constituam a expressão de uma cultura anterior e correspondam ao interesse geral” (ibidem, p.52).

É assim que os pressupostos contidos na Carta de Atenas de 1933, bem como as idéias do arquiteto Le Corbusier, influenciaram tanto o Estado Novo quanto Juscelino Kubitschek em seus empreendimentos que visavam à modernidade e ao progresso.

Lauro Cavalcanti (1999, p.179) afirma que “inúmeros pontos do ideário corbusiano coincidem com o discurso de intelectuais ligados ao Estado Novo”. O Estado Novo pretendia construir o modelo de “novo homem”, idealizado por meio do trabalho; já para Le Corbusier, por meio da arquitetura chegar-se-ia a um novo espírito para o homem. Para Le Corbusier, a arquitetura moderna representava uma ruptura com os estilos anteriores: o discurso estado-novista também pregava sua ruptura com o regime oligárquico. O “novo” manifestava-se pela transformação do país agrário em país industrial. O padrão de produção em série adotado pela indústria estava em sintonia com as idéias de Le Corbusier acerca das construções para resolver o problema habitacional.

Desse modo, o Estado Novo utilizava-se da ideologia de progresso e modernização para obter apoio de intelectuais modernistas e inserir no imaginário social o desejo em se formar o “novo homem”.

Integrado a essa ideologia de modernidade e progresso, Juscelino Kubitschek absorveu as orientações da Carta de Atenas. Os empreendimentos realizados pela prefeitura de Belo Horizonte seguiam os pressupostos formulados por Le Corbusier, já que havia uma estreita aproximação desse arquiteto com o governo de Getúlio Vargas, como também com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, principais responsáveis pelas obras arquitetônicas e urbanísticas encomendadas por Juscelino.

A reforma urbana das ruas e avenidas de Belo Horizonte, tornadas largas, retas e asfaltadas, convergia com o modelo da cidade moderna, abrindo caminho para os automóveis, símbolo emergente da modernidade. A substituição de paralelepípedos por asfalto nas avenidas Afonso Pena, Santos Dumont e Paraná, o aterro e saneamento de córregos para construção e prolongamento das avenidas Amazonas e Silviano Brandão são demons-

trações que se enquadram na reforma urbana prevista pela Carta de Atenas no tocante à circulação da cidade moderna.

A Pampulha tinha como objetivo dotar a cidade de uma área turística e de lazer. A Carta de Atenas pressupunha a criação de lagos artificiais, de áreas verdes para a prática de esportes que tivessem como objetivo compensar a população pelo trabalho desgastante do cotidiano. Todavia, tais áreas dotadas de maior beleza deveriam ser reservadas aos bairros residenciais e afastadas do centro, porém havendo a criação de nova via de acesso. No caso da Pampulha, houve a construção da Avenida Pampulha (atual Presidente Antônio Carlos), planejada de acordo com o ideário moderno: grande, larga e retilínea, com árvores e postes para o seu embelezamento. Juscelino Kubitschek, desde o projeto inicial da Pampulha, teve como objetivo incentivar a construção de residências de luxo ao redor da lagoa. O conjunto arquitetônico da Pampulha, baseado na busca da pureza das formas, remodelou e inseriu esteticamente Belo Horizonte no mundo arquitetônico internacional. Vê-se nesse caso a enorme contribuição dos novos rumos tomados pela arquitetura, baseados na busca de formas arrojadas. As obras de Oscar Niemeyer, Cândido Portinari e Alfredo Ceschiatti, na Pampulha, possibilitaram que o “novo” estampasse a modernidade aos olhos dos cidadãos. Na Pampulha utilizaram-se novas técnicas e materiais de construção como ferro, vidro e betão armado. Houve a interação do espaço natural com a expressão cultural, seguindo-se, assim, as bases teóricas do urbanismo contemporâneo.

A construção do Iate Clube como forma de inserir o esporte na sociedade urbana, a construção do Museu Histórico de Belo Horizonte para preservar a memória da cidade e o patrimônio arquitetônico se enquadram nas orientações da Carta de Atenas de reforma e planejamento urbanos de uma cidade moderna. Também a manifestação do projeto higienista moderno estava presente no discurso de Juscelino, que declarou, quando da construção dos postos de assistência municipal, que iria “eliminar o degradante aspecto da esmola”.<sup>2</sup>

Foi, contudo, inevitável a absorção da segregação espacial e das reformas higienistas que se mantiveram presentes desde as primeiras orientações urbanas do século XIX e que foram importadas pelo Rio de Janeiro, por Buenos Aires e por Belo Horizonte. No tocante à construção do Conjunto Habitacional IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), a questão dos cortiços foi lembrada, pois a Carta de Atenas dava continuidade às teorias higienistas em relação à estética urbana:

Um conhecimento elementar das principais noções de higiene basta para discernir os cortiços e discriminar os quarteirões notoriamente insalubres. Estes quarteirões deverão ser demolidos. Deve-se substituí-los por parques [...] todavia, alguns desses quarteirões podem ocupar um local conveniente à construção de certos edifícios indispensáveis à vida da cidade. Um urbanismo inteligente saberá dar-lhes o destino adequado. (Cury, 2000, p.41)

A partir de então, há uma nítida relação com a postura adotada pela administração juscelinista no que se refere à desapropriação da Pedreira Prado Lopes. A intervenção do poder municipal, com o intuito de acabar com as condições de miséria, insalubridade e marginalidade, demonstra a discriminação, provocada pelo modelo racional, com os setores populares, transferindo-os para locais mais afastados do centro. O saneamento de áreas pobres e a remoção de habitantes estão contidos na remodelação urbana da cidade moderna. A Pedreira Prado Lopes, que sempre fora habitada por um aglomerado de operários que extraíram pedras para a construção de Belo Horizonte, tornou-se um hábitat para a população operária e desempregada. Juscelino acabou com as 483 cafuas da Pedreira Prado Lopes e determinou a construção, em colaboração com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, de um edifício em blocos com capacidade para três mil pessoas, entre elas, industriários e funcionários da prefeitura. O trecho do discurso que se segue, de Juscelino Kubitschek, traduz de forma explícita, a análise supra-realizada:

fonte de discórdia onde vivia um aglomerado de pessoas da mais diversa procedência e também levando cada um uma vida bem diferente de seu vizinho. A pedreira, situada além da Lagoinha, mas distante apenas 1 km da cidade, estava mais perto que muitos bairros residenciais. Gente humilde, trabalhadora, vivia, muitas vezes, no barracão separado do vizinho malandro e desordeiro apenas por frágil parede de tábuas ou latas. A promiscuidade, a falta de ordem, a contínua bebedeira imperavam nos botequins daquele aglomerado de casas e eram um perigo para os bons costumes. Raro o dia em que, dos morros da pedreira, não descia um ferido e mesmo um cadáver, tais as brigas em que se empenhavam as pessoas dali.<sup>3</sup>

A remoção para a Vila Operária, construída nas imediações da Gameleira, demonstra a segregação espacial na qual o zoneamento delimita as áreas habitadas relacionando-as com funções socioeconômicas específicas, além de manter a ordem e a higienização urbanas. De cunho positivista, Juscelino Kubitschek “não despreza a ordem porque ela é companheira do progresso” (*Estado de Minas*, 12.12.1942). A área operária distanciava-se do centro e dos bairros residenciais que abrigavam as classes média e alta. A Pampulha seria um local privilegiado para a freqüência da elite: o Cassino, a Casa do Baile, o Iate Clube.

Em 1942, outras desapropriações ocorreram, como a da Fazenda Dalva, para ser construída a cidade universitária, e terreno na Nova Suíça, para a construção da Escola Técnica Federal (Plambllel, 1997, p.216). Saliente-se, porém, que a desapropriação para a construção da barragem da Pampulha havia sido realizada na administração do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938)

Desse modo, o que se pretendeu mostrar foi que a administração juscelinista, apesar de incorporar o discurso de modernidade, progresso e atualização, não empreendeu algo inédito, pois importou modelos de reforma urbana já difundidos e consolidados em outros países e, mesmo, no Brasil, uma vez que, desde o final do século XIX, cidades como

Rio de Janeiro, Buenos Aires e a própria Belo Horizonte haviam adotado a ideologia de modernidade urbana e de planejamento racional. O que a administração juscelinista fez foi dar continuidade ao mesmo discurso e modelo administrativo, não deixando que Belo Horizonte se acomodasse em seu traçado estético urbano. Assim, a absorção do que estava em voga, no caso, as idéias de Le Corbusier, contribuía para incrementar o discurso de modernidade e progresso proferido por Juscelino Kubitschek.

No que se refere à reforma urbana de Belo Horizonte, o estilo adotado por Juscelino Kubitschek foi um preâmbulo do que estava por vir, especialmente com a construção de Brasília. A influência corbusiana no planejamento da nova capital por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa se fez notar pelo estilo habitacional de blocos uniformes, pelo uso do ferro e concreto, como também pela intenção, segregadora, de evitar o processo de favelização que pudesse comprometer a estética urbana. As favelas não foram evitadas com o decorrer do tempo, mas localizam-se nas cidades-satélites, já que o planejamento estritamente corbusiano dos arquitetos brasileiros evitou que surgissem na área do Plano Piloto da nova capital brasileira.

## NOTAS

1. Ao todo foram realizados onze congressos (de 1928 a 1959), que atualizavam e incorporavam novas orientações.
2. BH na palavra do prefeito JK. 46º aniversário de Belo Horizonte. Rotary Club, 1943
3. Cf. "Duas grandes realizações para o proletariado", *Estado de Minas*, 12.12.1942, p.5.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALCANTI, L. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CURY, I. (Org.) Carta de Atenas 1933. In: *Cartas patrimoniais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.
- FABRIS, A. *Fragments urbanos: representações culturais*. São Paulo: Nobel, 2000.
- HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1972*. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Economia Urbana, 1997.
- RIBEIRO, L. C. de. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade. In: PECHMAN, R. M. (Org.) *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

**RESUMO**

Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado *JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernização* e aborda os empreendimentos realizados durante a administração municipal de Juscelino Kubitschek na modernização urbana da cidade de Belo Horizonte, influenciada pelas normas elaboradas pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em 1933 (Carta de Atenas).

**PALAVRAS-CHAVE:** planejamento urbano, Carta de Atenas, segregação socioespacial, Juscelino Kubitschek, Belo Horizonte, cidade moderna.

***BELO HORIZONTE UNDER JUSCELINO KUBITSCHEK ADMINISTRATION:  
AESTHETICS AND PLANNING FOR THE CITY IN THE 1940'S******ABSTRACT***

*This article is integrant part of the school-master's dissertation Awaken JK BH (1940-1945): the capital of Minas Gerais in the track of the modernization and approaches the enterprises carried through during the municipal administration of Juscelino Kubitschek in the urban modernization of the city of Belo Horizonte influenced by the norms elaborated for he International Congress of Modern Architecture in 1933 (Atenas's Letter).*

**KEYWORDS:** urban planning, Atenas's Letter, space social segregation, Juscelino Kubitschek, Belo Horizonte, modern city.



A NOVA ARQUITETURA INTERNACIONAL | Alejandro Scarpa

Arquiteto pela Escola de Arquitetura de Madri



## A NOVA ARQUITETURA INTERNACIONAL

### O QUE É UM GRANDE ESCRITÓRIO INTERNACIONAL?

Hoy la arquitectura está sufriendo un importante proceso de transformación. Hasta hace poco, la arquitectura era un proceso artesanal, donde lo normal era construir en la propia ciudad y su entorno. Los arquitectos con suerte construían un número limitado de proyectos de envergadura a lo largo de su carrera. Nos sorprende la reducida dimensión de los estudios y lo artesanal de los métodos de algunos de los arquitectos que admiramos del pasado cercano.

En las últimas décadas esta situación ha cambiado. Con la mediatización de la arquitectura y la facilidad de movilidad e intercambio de información, muchos arquitectos han pasado a asociarse, creando grandes estructuras con proyectos internacionales de envergadura realizados con la ayuda de arquitectos locales. Sus intereses abarcan todo tipo de proyectos, institucionales o privados, siempre que estos posean una alta rentabilidad económica. Por ello se aprecia un alto incremento de proyectos realizados para economías emergentes, bien sea en Asia (Shangai, Hong Kong) u oriente medio (Dubai, Abu Dhabi). Muchos de estos proyectos consisten en edificios en altura de carácter corporativo.

La adjudicación de estos proyectos se realiza mediante encargo directo o concursos restringidos.

El número de personas dependientes de estos grandes estudios pasan a ser millares, incluyendo ingenieros, economistas, comunicadores, abogados y otros consultores a la par que los arquitectos.

No es posible en este ensayo realizar un elenco exhaustivo de todos los grandes estudios internacionales, por lo que nos limitaremos a hacer un repaso de aquellos que servirán de referencia en el texto, ordenados por su tamaño:

**SOM** (Skidmore, Owings and Merrill), fundado en 1936 y con sedes en todo el mundo. Constructores de la Sears Tower en Chicago (1973), la agencia afirma haber construido más de 10.000 edificios a lo largo de su carrera (lo que significa más de un edificio cada 3 días a lo largo de 70 años como media).

**FOSTER & PARTNERS**, con sede en Londres, Berlín, Hong Kong y Tokyo, esta firma con centenares de empleados no pierde su carácter personal de arquitectura high tech que le hizo celebre. Cuenta entre sus proyectos con el edificio Swiss Re en Londres.

**KPF** (Kohn, Pedersen and Fox), otra de las firmas americanas de carácter comercial, en 30 años de desarrollo tiene estudios en NYC, Londres y Shanghai, y cuenta entre sus proyectos con el diseño en realización de la torre Shanghai World Financial Center.

**ARCHITECTURE STUDIO** es uno de los grandes estudios franceses, con sede en Paris y Shanghai. Produce una arquitectura comercial con un interés formal por la arquitectura contemporánea en boga. Entre sus obras se encuentra el Parlamento Europeo en Estrasburgo.

**OMA** (Office for Metropolitan Architecture), con el reconocido Rem Koolhaas a la cabeza. El estudio, cercano al centenar de personas y con sede central en Róterdam, produce una arquitectura de firma vanguardista. OMA cuenta con la Embajada de los Países Bajos en Berlín entre sus últimos proyectos más celebrados.

**CESAR PELLI & ASSOCIATES**. Creador de las Torres Petronas en Kuala Lumpur. La firma, con sede en New Haven, busca ser un gran estudio comercial de firma con una escala controlada. Cuenta con alrededor de 80 personas, entre las que se fomenta un ambiente grato.

**RENZO PIANO**, con sede en Paris y Génova, limita intencionadamente su crecimiento en número de empleados y proyectos en curso para no perder un característico carácter familiar dentro del estudio y un gran control del proyecto. Una de sus obras más reconocidas es el Centro Cultural Jean Marie Tjibaou en Nueva Caledonia.

## ESTRUTURA HIERÁRQUICA

El esquema general de un gran estudio internacional es de un marcado carácter piramidal:

■ En la cúpula se sitúa el grupo de SENIOR PARTNERS (*con diversos nombres en función de la estructura legal de la entidad, para este ensayo se presentan los nombres mas habituales en ingles*) formado normalmente por los miembros fundadores, de entre los que puede destacar un CHAIRMAN o persona que da nombre a la agencia.

Pese a figurar como firma del diseño, en realidad son GESTORES de numerosos proyectos para los que marcaran unas directivas principales.

■ Bajo ellos se sitúan como segunda cadena de mando los PARTNERS y ASSOCIATES, que actúan como PROJECT MANAGERS sobre un número determinado de proyectos con un equipo de personas asociado.

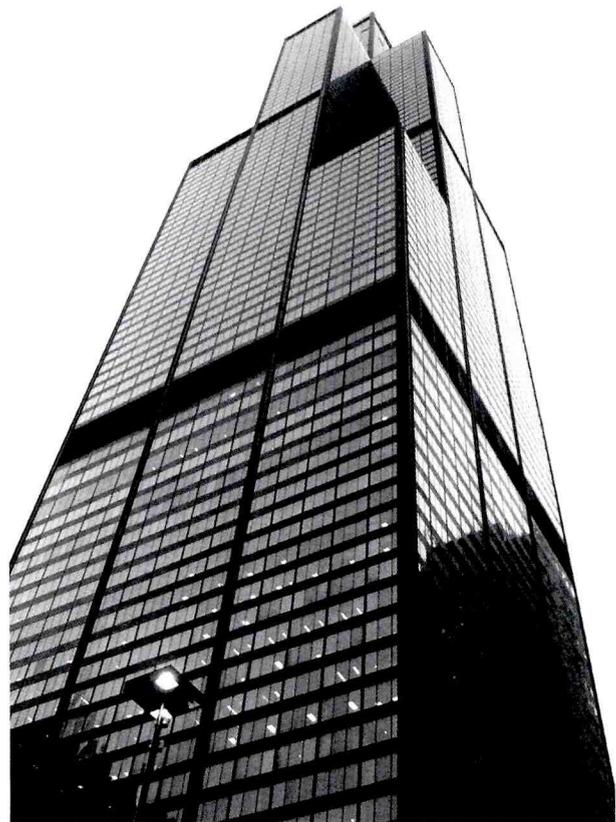
De los PROJECT MANAGER depende EL DISEÑO y LA EJECUCION de las ideas expresadas en las directrices superiores.

Los proyectos que entran en el estudio se dividen entre los PROJECT MANAGERS según diversos criterios como el grado de definición requerido (concurso de ideas, proyecto de ejecución...), la temática (rascacielos de oficinas, vivienda, museo...) u otros criterios como puede ser la afinidad con el cliente.

Estos PROJECT MANAGERS tienen una gran responsabilidad a la hora de aportar una personalidad concreta al proyecto, y son la cabeza de los numerosos microestudios que en cierto modo forman un GRAN estudio.

■ Bajo el PROJECT MANAGER se encuentran los arquitectos DESIGNERS.

Suele tratarse de una base de arquitectos jóvenes de diversas nacionalidades, altamente cualificados y con un alto grado de rotación dentro de los grandes estudios internacionales. Por lo general poseen un alto conocimiento de idiomas, aunque el idioma común será el inglés a la par que el idioma local. Pese a su cualificación depurada por un alto proceso de selección, por lo general pasan a desempeñar labores de delineación CAD y modelismo simple con poca involucración en la creación proyectual, en manos de la jerarquía superior.



SOM – Sears Towers, Chicago (1973).



Foster & Partners – Swiss Re, Londres.

Además, existe un alto porcentaje de personas no dedicadas directamente a la arquitectura, y que desempeñaran dentro del estudio labores de:

- **COMUNICACIÓN EXTERIOR**, Donde se fomenta la propagación de los proyectos realizados mediante publicaciones y promoción en medios de comunicación, que pasaran a ser catalogadas en un archivo del estudio. Cuenta con diseñadores y relaciones publicas.
- **ADMINISTRACION** dentro del estudio y gestión legal de los diversos contratos así como estudios económicos y de costes. Cuenta con abogados y economistas.
- **SECRETARIADO**

Junto a esto, es habitual la diversificación de tareas fuera del estudio mediante

COLABORADORES EXTERNOS, como pueden ser los INGENIEROS (desde estructuristas, de instalaciones, acústicos, de comunicaciones verticales –indispensables en la construcción de un rascacielos-, de muros cortina, de iluminación...), MAQUETISTAS, FOTOGRAFOS, CONSULTORES DE COLOR, etc.

Por ultimo, cabe destacar a los ARQUITECTOS COLABORADORES LOCALES, que hacen posible las relaciones con la Administración nacional o regional donde se construyen los diversos proyectos y en muchos casos aporta una experiencia de ejecución propia del lugar para el que se ha proyectado una obra.

### **O PARADOXO DA AUTOFALSIFICAÇÃO**

Existe un periodo que podemos llamar de adolescencia, donde estudios de arquitectura de una escala reducida pasan a formar una gran estructura con repercusión internacional. Este cambio suele marcarse por un proyecto o grupo de proyectos de éxito que pasaran a ser emblemáticos para la firma.

Después de este paso, la nueva escala del estudio obligara a cambiar las prioridades del mismo. El funcionamiento de una gran estructura necesitará de un alto número de proyectos rentables regularmente, que no siempre permitirá tener la misma calidad artística en cada uno de ellos.

Una arquitectura de firma acaba siendo reconocida por un lenguaje arquitectónico concreto expresado en sus obras más emblemáticas. Muchos de los clientes acaban solicitando inconscientemente una *falsificación auténtica* de obras precedentes que han hecho genuino al estudio.

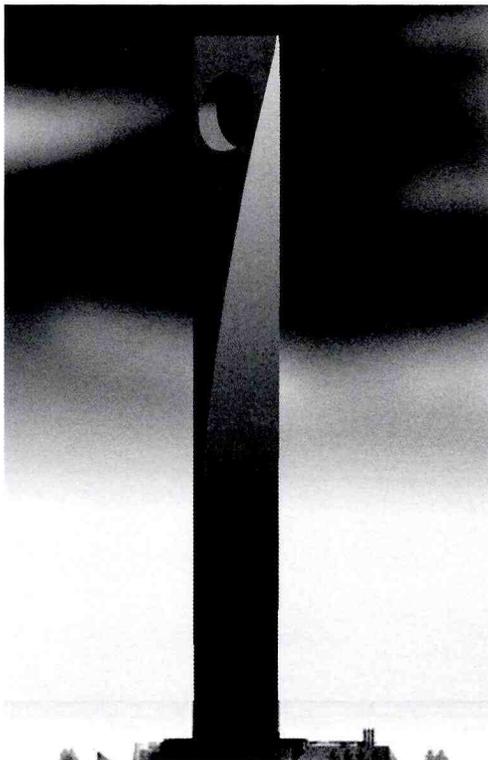
Esto no significa que la creatividad del estudio se vea mermada con el cambio de escala, si no diluida en un vasto número de obras. El acelerado proceso de producción en estos estudios no deja hueco para una arquitectura artesanal que replantea sus principios en cada obra: los prototipos no son rentables si no sirven como base de un proceso de producción.

Al igual que en las series de fotocopias con diversos matices de color realizadas por Andy Warhol, en la nueva arquitectura internacional interesa más la trayectoria que la obra aislada. Ciertamente continuarán existiendo algunas obras singulares dentro de la producción de los estudios internacionales, pero estas serán el primer eslabón dentro de una nueva línea de investigación.

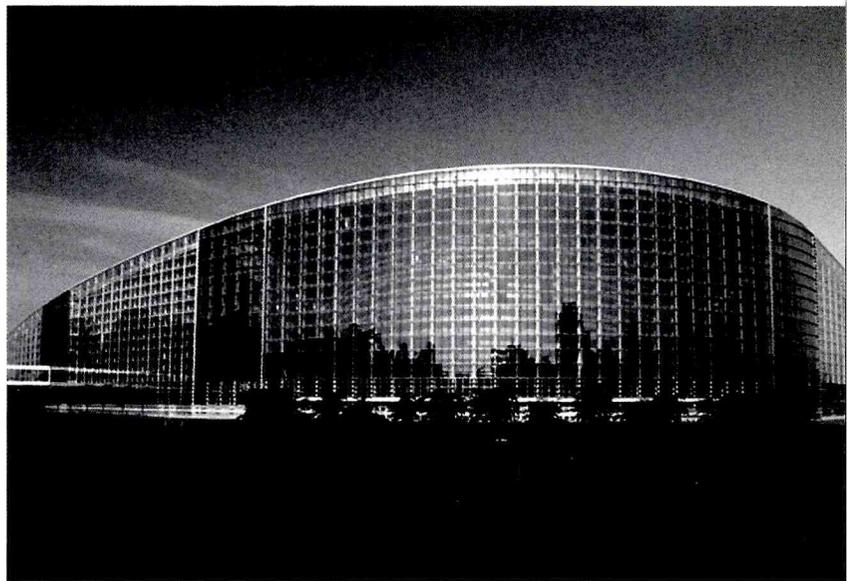
### MUDANÇAS A AFRONTAR NOS GRANDES ESTUDIOS INTERNACIONAIS

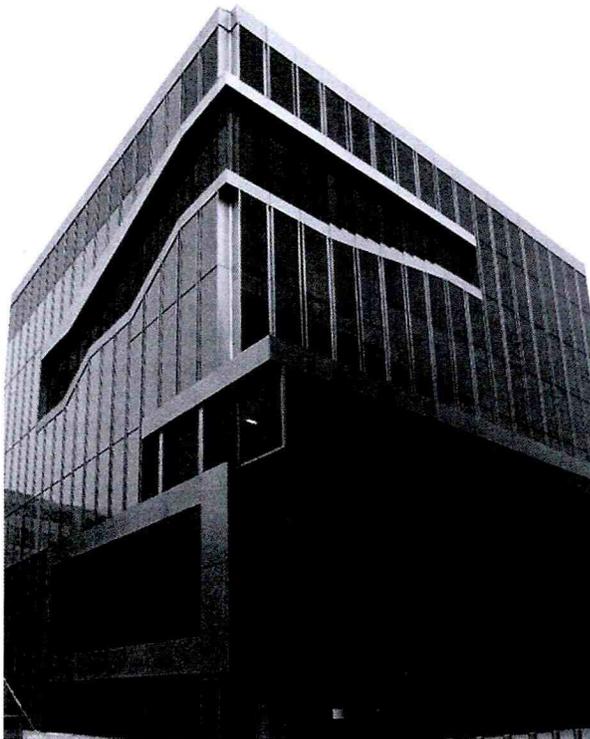
La experiencia directa en diversos grandes estudios internacionales y su confrontación con otras experiencias cercanas, nos lleva a sugerir algunos cambios que pensamos deberían generalizarse para optimizar los resultados:

■ Aumentar la capacidad de debate y propuesta por parte de una base jerárquica altamente cualificada y por lo general infrautilizada. En este sentido sirve de ejemplo la firma



KPF – Shanghai World Financial Center e  
Architecture Studio – Parlamento Europeo, Estrasburgo.





OMA – Embaixada dos Países Baixos, Berlim.

OMA: al inicio del proyecto, todos los miembros del equipo deben producir una propuesta definida mediante maqueta y dibujos. Algunos de sus proyectos más emblemáticos parten así de la aportación de sus becarios.

- Coordinar una estructura de trabajo común en todo el estudio para aumentar la eficacia y la transparencia entre diversos proyectos. Algunos estudios, como Architecture Studio, obligan a sus empleados desde el primer día a conocer un sistema de almacenamiento de datos y estandarización de sistemas de trabajo (como el sistema de capas en Autocad, el uso de estilos de ploteado comunes o la estructura y nomenclatura protocolaria para los archivos informáticos) que hacen posible una mayor coordinación del trabajo.

- Inversión en la actualización técnica. En este sentido la experiencia en Cesar Pelli & Associates mos-

traba una tecnología punta en equipamiento informático (incluyendo nuevo software), equipamiento para modelismo (con cortadoras láser coordinadas con CAD) o equipamiento fotográfico (controlado por ordenador, dentro de un estudio con variedad de decorados y focos de luz). Esto, junto con seminarios para la actualización de todo el personal en sus diversos aspectos, llevaba a un alto grado técnico en todo el trabajo presentado.

- Fomentar el conocimiento interno. La realización de reuniones periódicas para conocer el estado del estudio y de los proyectos en él realizados, así como en un ámbito más personal la realización de comidas de trabajo, reuniones y fiestas, ayuda a fortalecer los lazos dentro del estudio y las capacidades de cada uno de sus miembros y aumenta el espíritu de trabajo en equipo.

- Optar por delegar parte de la responsabilidad del proyecto cuando la escala del estudio así lo requiera. Rem Koolhaas en OMA con sus constantes viajes logra un difícil equilibrio controlando gracias a la recepción y respuesta diaria de numerosos fax referidos a cada uno de los proyectos. En cambio, se demuestra falta de profesionalidad cuando en otros estudios grandes la alta jerarquía revisa y cambia radicalmente el curso de sus proyectos por no poder seguirlos con regularidad.

- Las restricciones en el uso de Internet para asuntos personales, pese a su incomodidad para el empleado, es sin duda un elemento importante en el aumento de la eficacia. En este sentido Architecture Studio experimentaba la colocación de un número determinado de ordenadores con conexión Internet para uso común, situado en áreas de paso, no siendo posible el acceso a sitios Web y sistema de chateo en los ordenadores personales.

■ Pese a no tener un impacto directo en la eficiencia del estudio, es llamativa la cantidad de desechos reciclables que un estudio no reutiliza, empezando por los kilogramos de papel que a diario se depositan en basuras no diferenciadas. Tampoco es habitual el interés por una arquitectura sostenible con materiales reciclados cuya producción no dañe el ecosistema, salvo cuando esto sea solicitado directamente por el cliente, la legislación, o la imagen del estudio resulte beneficiada de su uso.

En este sentido, queremos destacar la iniciativa desarrollada en los Estados Unidos para promocionar esta arquitectura mediante los denominados Leeds. Estos consisten en un sistema que puntúa los valores medioambientales de un edificio, llegando a donar una titulación oficial al alcanzar unos valores determi-

nados. Esta titulación viene acompañada de importantes reducciones fiscales, así como de una apreciada publicidad que incrementa el valor de la construcción. De este modo, y con iniciativas similares, los clientes se convierten en los primeros interesados en una arquitectura respetuosa con el medio ambiente, que esperamos se convierta en norma común.

## CONCLUSÕES

La proliferación de grandes estudios internacionales puede aportar importantes contribuciones al patrimonio arquitectónico o convertir nuestras ciudades en una monótona repetición de obras impersonales con un elevado grado técnico.

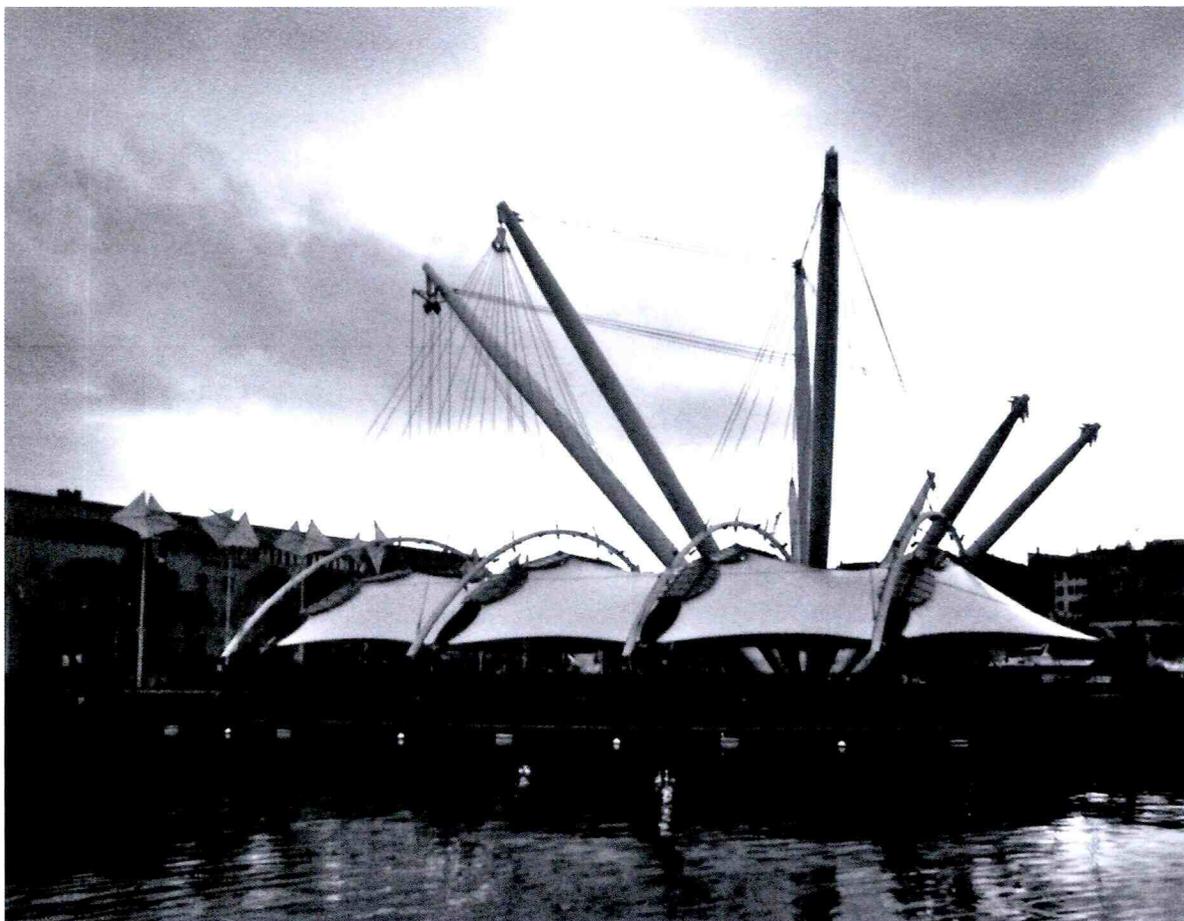
Consideramos que un crecimiento controlado y altamente selectivo de los proyectos a realizar, aumentara la estabilidad de un gran estudio de arquitectura y la calidad media de la obra que produce.

Para que la originalidad no se diluya, sino que empape cada una de sus obras, un elemento primordial en los grandes estudios deberá ser la capacidad de aportación creativa y de debate interno por parte de todos sus miembros.

La búsqueda de la calidad, arriesgando a través de nuevos caminos, deberá continuar siendo el objetivo primordial, como lo fue en los orígenes del prestigio de estas firmas hoy reconocidas.

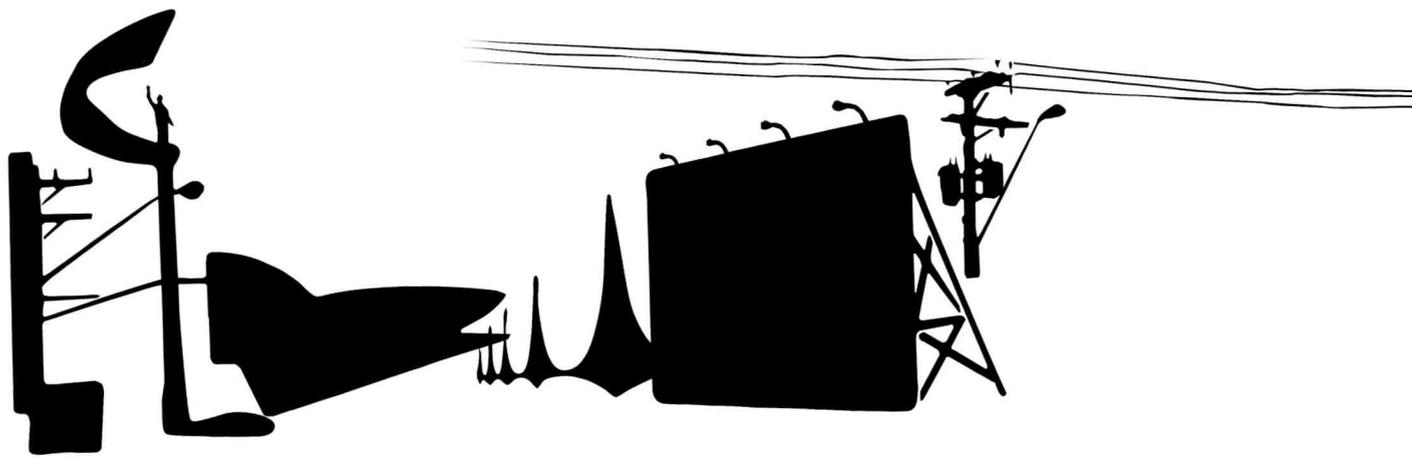


Cesar Pelli & Associates – Torres Petronas, Kuala Lumpur.



Renzo Piano, waterfront, Gênova.

**ALEJANDRO SCARPA** é arquiteto pela Escola de Arquitetura de Madri. Bolsista Intercampus (2002) para a colaboração com o Laboratório do Habitat da PUC-Campinas. Trabalhou com alguns dos mais renomados escritórios internacionais de arquitetura. Colaborou como arquiteto para a Cesar Pelli & Associates, nos Estados Unidos; o Architecture Studio, na França; e até o momento trabalha para a Renzo Piano Building Workshop, na Itália.



cidade

**THE VENICE BIENNALE AND BEYOND: AN INTERVIEW WITH RICKY BURDETT**

| Gareth A. Jones

Professor titular em Geografia e Desenvolvimento  
London School of Economics & Political Science

## THE VENICE BIENNALE AND BEYOND: AN INTERVIEW WITH RICKY BURDETT

Entrevista realizada por Gareth A. Jones

**RICKY BURDETT** É o principal consultor de *design* do Olympic Delivery Authority, empresa pública encarregada de organizar os Jogos Olímpicos em Londres em 2012; é também membro do Comitê de Qualidade da Cidade de Barcelona e diretor do Urban Age (Era Urbana), projeto organizado pelo programa de Cidades da London School of Economics ([www.urban-age.net](http://www.urban-age.net)). Ele tem sido também consultor de arquitetura da BBC, Tate Gallery e outras agências públicas da Grã-Bretanha e em outros países. Burdett foi curador da 1ª Bienal de Arquitetura de Veneza, que ocorreu de setembro a novembro de 2006.

**GARETH A. JONES** Gareth é professor titular em Geografia do Desenvolvimento e diretor do mestrado de Urbanização e Desenvolvimento da London School of Economics and Political Science. Tem atuado como consultor de várias agências internacionais como DfOID, Habitat-ONU, do departamento de habitação do governo da África do Sul, e participa do Conselho de Administração de várias ONG. Atualmente tem trabalhado em pesquisas sobre urbanismo contemporâneo no México, sobre condomínios fechados na África do Sul e sobre jovens moradores de rua e violência na América Latina.

The 10<sup>th</sup> Venice International Architectural Exhibition entitled “Cities, Architecture and Society” took place in 2006 directed by Professor Ricky Burdett of the LSE. The Exhibition was located over a number of sites in Venice. At the Corderie dell’Arsenale the emblematic experiences of 16 ‘world’ cities were presented, through the Giardini a range of invited research institutes and practices presented project and city-wide interventions, over 50 national pavilions, and two displays with a specific Italian-Mediterranean theme, City-Port and Cities

of Stone. A two-volume Catalogue of the Exhibition entitled “Cities, Architecture and Society” is published by Marsilio and further details are available at <http://www.labiennale.org/en/architecture>.

**GJ: It must have been a huge honour to direct the 10th Architecture Biennale and a wonderful opportunity to shape how we think about cities. How did you set out to make this Biennale different from previous ones and create its own identity?**

RB: I think the first thing was that it would... you

would enter the space which was a very large space in Venice and not see endless series of architectural models or architectural renderings, however beautiful, on their own. That was my first sense. I was going to try and do something which reconnected the architectural object with its context. And by context I meant three different levels. One is the physical level of the city, how does architecture make or relate to that. Secondly, and very much the one you and I are involved in at LSE, is the social and economic and even political context. What is it that architecture can or can't do which relates to these processes? And the third one is the environmental context in terms of what role does architecture play in making cities more or less sustainable? So, in that sense it was very very clear from day one when I was asked to do this, that it would be a very different show because it would require reinterpretation of what the value of architecture is.

**GJ: Would it be fair to say therefore that the emphasis shifted away from the sort of 'jewel box' designs and maquette? ...**

RB: Very much so, that's a high risk operation because [in Venice] we're in the temple of celebration of architectural objects or jewels as you say. But given that the Exhibition closed two months ago, and a lot of people went, 130,000 people went to see the show which is more than the last two Biennale, what that means is that even though we went away from the conventional way of displaying architecture, it connected somehow to an audience... I don't know exactly the profile of the audience but it tends to be an architectural and very international...

**GJ: The shift to this broader agenda seemed to give more prominence to design and planning issues. How were you able to capture this in the style of the installations, the pavilions and the research projects?**

RB: Well, first of all, let us remind ourselves that as the director of the Venice Biennale you really do two things. One is you are responsible for curating one very large exhibition which divides itself as it happens, or I decided to divide it into two parts. I'll come to those in a moment. And the second is that you set the theme which is what the national pavilions choose to respond to or not! And that decision [to comply] is completely up to the individual national organisations. So, the way this worked is having been asked by the Biennale Board to work on this issue of cities and having decided to link the theme of architecture to cities and society, and hence the title of the show, in November of 2005, the Biennale and I wrote to the curators of the national pavilions... of which there were more than 50 this year in fact, it's quite a high number, although not everyone necessarily chooses to exhibit because of lack of funding or lack of interest in the theme or they haven't got their act together. Over 50 *did* which is a large number. I'd say roughly 50% ... no 60% did respond in quite an interesting way to the big theme of cities and the relationship between architecture and society.

Now, I am going back to the first bit ... the curating ... the bit which is my show, I divided it into two parts. One is an exhibition of 16 world cities, which is really what the catalogue is about and it is designed as a sequence – an experience of what it's like to move from one of these cities to another. It's trying to make a journey – a very visual journey, very strong, covering 16 cities from major regions of the world. The second bit which I curated is in a separate building called the Padiglione Italia, which is in the heart of the gardens of the Biennale itself which is the historic core. Again a very big exhibition space in and of itself where I invited eleven different institutions from around the world, academic, professional and others to talk about certain themes

which relate to architecture and the city environment. So, you could say that within my part of the Biennale there was, within the Corderie, the first of the two spaces, a lot of research and a lot of it generated and developed by the London School of Economics and the interdisciplinary team here with the UrbanAge project. We had a lot of new research which went into trying to tell a unified story of these 16 cities according to a number of themes. While the Padiglione Italia was a very disparate experience in many ways but very research based. So for example, from Mexico City our colleague José Castillo did a show which comes out of their research on how Mexico City has evolved and addressed key issues of urban change now. Similarly the Urban Design Research Institute in Mumbai. So at one end it had quite earthy community uses to try and retro fit the most basic problems of cities in developing countries and at the other end of the scale we had the MIT "Senseable Cities Lab" as it's called, spelt S.E.N.S.E.A.B.L.E. just to complicate it, where they did something called 'real time Rome' with a very large screen showing where people were moving at that very moment in time across the streets of Rome. A sort of a simulation, not a simulation, using a mobile phone tracking system. You could call that a form of research, it's a way of depicting the city and understanding the city. Or another one of the exhibitions was a really beautiful show of wonderful photographs of cities, by great artists, both contemporary and from earlier times, of what living, being, engaging with the urban condition means. They were not just documentary style photographs, some were extremely abstract and looked at images of urban life in a non academic way – very pictorial. So these two components complemented each other but around them, were these 57 [national] pavilions within the gardens, each of which had things as different as the British pavilion, a

pretty wacky exhibition about Sheffield and how funky it is...

**GJ: Is this the Echo City?**

RB: Yes. The French exhibition took the metaphor of the city as a commune and literally inhabited the pavilion with a bunch of architects and artists for the period of the Exhibition. So, you went in there and they were living... these are neo-classical pavilions on the whole... they put in scaffolding beds... and being French a fantastic kitchen. You could smell the garlic and olive oil and everything, to make a point that you can inhabit and reuse buildings. The Germans similarly looked at the notion of how you can retro fit a city particularly the densities of Eastern Germany, where there's a population loss. So just by walking around there you got a sense of what's happening around the world in cities.

**GJ: Was there a particular request to exhibitors to be innovative in the use of media and delivery of particular installations?**

RB: Well, there wasn't a request to be innovative per se, but just by saying what we are trying to do is explore the role between the physical and the social, that tended to imply... well then lets not just have a model or a computer rendering which only shows the use of colour and the glass, and that did happen. Perhaps I can come back and describe in more detail the exhibition within the Corderia; there's no doubt that it proved to be much more accessible to the larger public because it didn't require superior knowledge or ten years experience in an architecture school to understand a cross section of a drawing. And within the Corderia it was quite didactic intentionally: here are some facts, here are some figures, here are some pictures, this is what happened...

**GJ: That sounds like a good opportunity to talk about the Correria space because my next question was about bringing the public into the Biennale, a non – technical public...**

RB: Sure... First of all, I think the way to engage the public, and on the whole [the subject] works quite well in graphs and documents, but the question is how do you turn it into something which is visually exciting? The way that I decided to do that ... and this is extremely important, is who you work with as a team, so Sarah Ichioka and Bruno Moser and others at LSE, and the Exhibition Designer who is absolutely the most critical person because they interpret your ideas and turn it into something else. And there I was lucky to work with an Italian designer called Aldo Cibic and a team of graphic designers from Italy with the improbable name of *Fragile*. The sort of core ideas which came out were, first, to take out some of the big themes which cut across the different cities and then take a journey within every city. The big themes are: How are cities changing in a global world? You enter the exhibition and there is a series of projections of 360 degrees in a very large room where you actually saw images of maps of the world with the growth rates of cities... Mexico City, Shanghai or whatever from 1950 until today. So you could see the extraordinary exponential growth... Tokyo in the post war era, Mexico City expanding wide rather than high, Shanghai with 3,000 skyscrapers now when only 15 years ago there were 300... you actually see that in a space as a cinematic experience. Then you move through themes as you are walking along this very long linear corridor, which is 300 metres long, the length of St Marks Square in Venice itself or twice the length of the Turbine Hall at the Tate Modern... what would be the equivalent space in Sao Paolo?

Anyway, it's a series of sequences of cities in four different continents. But, in between, there are

these big themes. One is how the world is changing, that's the statistical experience, and then a comparison, if you take Google Earth images more or less of each of these 16 cities, and then zooming in from the Google Earth to the urban scale what do these cities look like from 300 kilometres wide, 30 kilometres and then I took 2 square kilometres of the centres of each of these cities. So you're actually standing in a room and you see around you these patterns on the wall and you begin to say... well these patterns represent different ways of living, different cultures and different dynamics, whereby people from different parts of the world choose to live and the first thing is obviously the incredible difference of scale and compression. If you saw an image of Cairo you'd have thought it was printed on a different scale to the image of London but then you go and look at the width of the street and they're all the same, so it makes the issue of density. The big themes which then emerge and structure the way in which the stories of these cities was told is we look at transport and mobility as a major theme, density, the social dynamics of cities through public space, and through showing films of public spaces in all these different cities and then finally a sort of conclusion which is where does this go from here? So to repeat, the big themes: how cities are changing, the density of cities, transport and mobility and then public space. So you would move from one of these... wherever there is a thematic content you had a comparison between all the cities so you looked at transport in all these cities and how they worked or you went to the density space and there were all these amazing models – probably the strongest images of the show itself. Imagine a graph of density which you might do as a powerpoint, we actually built these graphs in three dimensions so that some of them were seven or eight metres high. So, you could see Sao Paolo incredibly high and

dense but compared to Cairo or Mumbai, relatively shallow and next to it London or Los Angeles which is flat as a pancake. Just seeing those things, which is going back to your question about how do you engage the public? Well, you just look at that and you begin to think about density in a completely different way.

**GJ: Did you pose questions to people walking through or did you leave it to their imagination? And you mentioned that the relationship between the installations and the public was encouraged to be didactic. How did that work?**

RB: In the narrative with each of the cities there was a lot said, of why ... why does density... etc. Certainly I would have explained in the captions and everything else why density is an issue, not open questions in a sense. Except for the very end where in the final room, which has five enormous panels with five enormous questions which really pick up on these different themes...

When you walked into lets say Bogotá or Sao Paolo, there were always three levels of information, so you could either read that room exhibit very quickly and move onto the next or spend five minutes there or spend 45 minutes there because of the amount of data and this was graphically treated in a very simple way. You either had like a newspaper some texts that you could read this size – half a metre high letters – Caracas has grown 1000% in the last 100 years, Berlin has reduced by 20% and you could actually see these at 10, 20 metres. Then there were obviously a lot of photographs with text describing the key dynamics of change in that city, for example in many of the Latin American cities it was crime or with Barcelona and London the issue of regeneration. So within each city the graphics allowed it to be read in three different ways but there were also three different components within each city. One is, as I say photographs and text, just describing what's going on.

Secondly is very powerful film of each of these cities. We commissioned a film for each of these 16 cities which you could sit through 5, 10 minutes to see what it's like walking down the street in Mumbai. Each of the films have one of these sound bells that you could stand under and hear the sounds of the streets... It wasn't a narrative, just the sound of the place. So, I mean music was very important, Sao Paolo had bloody good music as you can now imagine and in New York the music changed according to what part of the city the film was showing... The third element is linking back to architecture projects. On one level we reverted to displaying architecture through images, but with an enormous amount of attention to why we show a project in order that we explained, lets call it it's social *raison d'être*. So, to give you one example, Sao Paolo, we chose not just the projects which hit the architectural magazines which look good we chose ones which look good *and* satisfy a new political or social objective. For Sao Paolo we showed this programme which showed about six of the new schools which were part of the programme which was providing facilities into the heart of the favela. The interesting analysis provided by the architects and others show how the presence of these schools has helped to reduce crime amongst teenagers for the simple reason that these schools were designed in such a way that they could be open up to 18 hours a day and on the weekend in some cases and I'll never forget flying in a helicopter and seeing on a Sunday or whatever in the middle of the dense mass of favelas these rather elegant schools with swimming pools completely full of people. And I was saying, why are these schools now open, because they are a community facility, this was architecture for a social programme that worked. You know at the moment what happens with the classic problem of having too few schools is that they have

three different time frames, and therefore the 12 year old kid that goes to school from 8-12 then hangs around on the street or if the parents are out there is no problem with coming home late or whatever. The way these new schools are designed is that they've got communal playgrounds or swimming pools or whatever so that you stay within the remit of the school and perhaps go and play with your friends or whatever ... and the effect of those is in some cases, apparently, that it has led to a drop in crime within the local community of 20-30%. So, that's one example of how we have tried to show architecture in such a way that it has meaning. Also, I have to say, the projects look good.

Similar, for Caracas we showed a small project called the "vertical gym" designed by a group called The Urban Think Tank which had a similar impact. The project which then won the overall Biennale prize is a tiny project in Mexico City on a street called 'Brasil No 44', which is just a simple idea of how do you reuse an existing structure rather than demolish it, in a city like Mexico which has a real need of regenerating from the centre, to avoid, well not avoid, to try somehow to reduce the never ending sprawl and in that sense really becoming the issue of sustainability of the city over the next 30-40 years. So, when you come into each narrative of the city the Exhibition tries to describe the city in terms of the social, geographic and cultural DNA.

**GJ: The preamble to the Exhibition Catalogue makes a dramatic claim as to the key themes about cities shaping climate change, human justice and dignity. This seems to be architects moving beyond their conventional terrain, at least in recent times. How could you imagine drawing these things together?**

RB: This is a ridiculously ambitious claim and the danger is that architects are appropriating responsibilities that he or she shouldn't. On the other

hand, just stand back and say if buildings or the shape of the environments that we live in can actually mess up your life, and I'm thinking of the 60s and 70s housing states that get blown up all the time because they have been dysfunctional, then the opposite is also the case. In other words if you get the environment right, or the physical environment right, then it won't make people happy, it won't make people rich but it will improve the context within which certain things happen rather than not happen. So, not designing gated communities in Johannesburg, I would say absolutely is a statement which is an architectural statement, which the profession take a view on whether they should be doing these things or not and what are the impacts. And that's why words about tolerance and dignity do come into that because I think for too long architecture has hidden under the shroud of aesthetics and it disconnects from everyone else when the reality is that when you are walking down the street then how buildings come together to make urban forms which are either sociable or not. That's the theme which I think came up very strongly in Venice. You could see people looking at an aerial view of Caracas and seeing the 1950s housing estates which were highly problematic in terms of integration and seeing the mass of unstructured housing that was slowly eating up the spaces in between – people stood there with their eyes open saying "God, I can't believe that this is the case". And another one in terms of your point about dignity and the ambition which goes beyond the role of architecture is that the disciplines are much more interrelated, because it is to do with planning, it is to do with transport and I see architecture as part of that. The architecture of the city is not just the buildings it's how it all gets put together. Transport and mobility, I think, came out as the strongest themes... in fact I hadn't realised how powerful

these things are. And the one reason that the city of Bogotá won the Venice prize is because of a series of extraordinary initiatives that they have had, partly to do with architecture such as the public libraries and schools, very powerful, but substantially because instead of allowing the city to sprawl in the way that every other Third World city tends to sprawl given a free reign where the housing development follows any form of transport, in Bogotá you had three mayors in succession that decided 'no', that's not what we are going to do. We are going to invest in a basic transport system with bicycle routes and the Transmillenio buses, all by the way copied one has to acknowledge from Curitiba in Brazil. The former mayor Enrique Penalosa said very clearly that I saw what they did in Curitiba and copied it with some refinements. This is now being copied in Jakarta. In London we showed the Congestion Charge. It might be odd, you might say why should we show these in an architecture exhibition but people are fascinated that you can do something about these things. And the Bogotá example is particularly relevant in cities in developing cities because it shows there's a non hi-tech way of solving a problem. The classic predicament is hitting Mumbai today which is investing in new high speed elevated systems to relieve congestion. Yet when the mayor of Bogotá was faced with a Japanese infrastructure consultancy report which would have cost \$3 billion I think, and the World Bank was ready to pay for it, that's always fascinating, he ripped it up. He said "no, why should we be investing in this" and he spent far less money on the Transmillenio system which has had a real impact on dignity or what I would call access to a form of democracy. If you can get to work cheaply in a quarter of the time, you are doing something. That is the great problem when we look at the case of Johannesburg where 12 years after apartheid there is no public

transport system, people that don't have a car don't go to work and the city is totally fragmented.

The interesting thing again in Bogotá is not just the physical infrastructure but the politics of how you talk about the city. In Venice some wanted detailed captions to explain it all. But we said that no one will ever read this stuff, it's an architectural solution. They just want to be wowed out of their minds with these amazing models with steel and glass and whatever and I probably walked through the space 50 times during the three months that it was on and I mean it was amazing how people would stop and take notes. So, this didactic dimension surprised me but people actually took it in. So, one of the points I was making that people did take home, and I would have conversations with people afterwards, or journalists would ask me in having seen it said, was that the Transmillenio buses took the place of the classic combi taxis but in order not to be shot by the guys whose work was being taken away, as each one of the new buses took over from seven of the combis, they gave the old drivers a share in the new bus. So there's partnership and involvement and everything... architecture and governance was one of the themes that was raised by people at the end of the Exhibition.

**GJ: Yet architecture has an image problem in many peoples minds, from Charles Jencks comment about becoming 'celebrity chefs' or the 'air miles brigade, and there are regular pieces in the media about the 'most hated buildings'. So, is the Biennale and beyond witnessing an attempt by architects, and urbanists, to re-engage with the city from a wider set of standpoints, social, concerns with ethnicity and politics, revisiting its desire for social engineering?**

RB: Does Venice signal a change in direction within the profession? I think regrettably the answer is no. Is it an attempt to try and affect a change in direction? Yes. It is trying to get architecture 'out of the

box' for sure. The fact that the Exhibition is coming to the Tate Modern in London says something. There has never been a show which deals with these issues which then gets put into a modern art gallery. The point is that the profession, and most schools of architecture, train people to look from the edge of the building inward and not from the edge of the building out. And obviously I mean that on many different levels, the physical level, social and economic level and the environmental issue. The interesting question is whether the big name architects respond. In that sense, this was a risk. In my position, my world overlaps with conventional architecture, as an advisor to the Olympics, judging competitions of what is a nice stadium, so you don't want to lose your reputation amongst the star architects, architects that are good at doing what they do. I have found that of the most respected architects that I'm familiar with, that have seen the Exhibition, there is an enormous interest in what's happening in this debate. Rem Koolhaas has been there before... you could say in many ways that my show could have never have happened without these people who have been working on these themes for ten or 15 years. It's linking the world of fast, mad growth of Lagos or Pacific Rim China which Koolhaas studies, to a deeper understanding from the world of Saskia Sassen and the effects of globalisation, or the inner-soul of the city of which it's set. In that sense it's a triangulation between these worlds which is informing the research. *That* I find is becoming of greater and greater interest to individual architects, even if it is not reflected though the schools.

**GJ: There was a fascinating quote in the essay section of the Catalogue by Massimo Fuksas which throws up a question perhaps about the reliability and social awareness of architects. Fuksas writes: "The architect is never a theorist, but rather someone who has an idea, forgets it the next day and**

**does something else". And I wondered whether these linkages which you are trying to draw, between climate change and human rights, justice and dignity, and the integration of communities... huge socio-cultural and ethnic themes... whether the architect is a reliable agent within that mix, compared to the planner who is kind of there for the long term in a sense.**

RB: I think the question of reliability is an interesting concept. Just because you have someone there, and I can think of probably every single planner in every single city in this country for the last 50 years... unfortunately they've been so reliable that they have messed everything up. I think you can take the other angle. The great interest for me, and sometimes that's why I focus on small projects, is that they can be a spark that can introduce a new paradigm to the relationships that we are talking about. The Fuksas quote is an interesting one and he is someone that is engaged in these issues, so much that he can make a comment about himself and his profession. But if you listen to the way in which Richard Rogers or Norman Foster speak about architecture, the language is possibly changing. It's much more political. But then, I would connect this discussion about the role of the architect as reliable and the role of the politician. In many cities that we have been interested in there is sometimes an incredibly powerful connection between a Ricardo Legorreta and the 'establishment' that he works with, certainly between Richard Rogers and the current [London] regime, or you go to Barcelona and both Oriol Bohigas (city planner) and the (former) Mayor Pasqual Maragall will be very well known. And that has a lot to do with the fact that you can make one or two things which will actually get a mayor re-elected. You create a park, everyone sees it and if they love it you get re-elected and if they don't you don't. Actually architects in the UK are incredibly naïve about these things.

**GJ: Cities and societies at large have democratised regardless of the thematic linkages that the Biennale tries to draw, but there is a synergy which architecture and good design can bring. I was wondering to what extent the Biennale might reflect a democratisation of architecture, not only by that didactic experience for the public but maybe a sense that architecture itself is less bounded as a profession in the recent times do you think?**

RB: I think this is where a very thin boundary exists between public relations and genuine belief. There is the language of community engagement, public participation – these very words – that translates to community architecture and different sort of planning methodologies. But I would say that in many cases the architectural profession gets involved in these dragging and kicking. I would say that there are still very few architects who genuinely engage in the bottom up process with great gusto. And there still is this sense that “guys I have the good idea and let me convince you...” rather than an inner democracy. The role of the architect becomes the impact or belief in the system, that is profoundly cultural. For example the difference between Holland and Britain. In Britain at the moment I’d say architecture is part of the propaganda to get planning approvals, and by the way not only for an office block but also now for new built housing. If you’ve got a good architect, someone that’s been published in journals, it helps but it doesn’t necessarily mean it’s going to be ‘fit for purpose’. In Holland this is taken for granted, you know, it’s not part of a wall papering exercise, it’s very real. Now, one of the problems I face as advisor to the London mayor and with the Olympics is to convince those that spend money on projects, whether it’s social housing groups, private developers or project managers, that have a distrust for architects that these people see as basically waste money. In Holland again and in Spain, it’s much more a part of the DNA. The developer is

going to go for a better architects because the building might not just win an award but people will end up rather liking it because the bedrooms let in more daylight. Here they’ve invented, we’ve got these organisations, such as The Commission for Architecture and the Built Environment who are falling over themselves to value architectural design. On one level you can say “What is the point” because it’s so self evident, and on the other level you have the accountancy management world that needs to know the cost for everything. So that’s why you get those ridiculous studies to show that if you design something well, like a hospital, then patients recover more quickly, or people work longer in an office.

**GJ: Can I get your views of particular ideas at the project level that came out of Venice: the idea running through some of the installations about the organic and the pre-planned city; the idea of retro-fitting the modernist city and how ideas of control, density and diversity, fuse together in the notion of public space. Which projects caught your eye which illustrate these ideas?**

RB: Well for organic versus planning, the one message which comes out is that big master plans for cities don’t work. They are too inflexible, some dogmatic ideas about the shape of the city which is so rigid that it can’t adapt. Lets take Barcelona, the Cerda Plan from the 1850s is fascinating because it is rigid on one level but it has adapted fantastically because within the island blocks with their Champford corners and classic courtyards of a certain size, behind which there is a whole world of increased density, lower density, higher buildings, lower buildings, but the framework of the city is there. I’m a great believer in the grid. I think the grid has enormous potential and every time you see an architects’ plan that has squiggly things just for the hell of it you think, why? London of course is a distorted grid.

In terms of projects or interventions, I would say that the Bogotá Plan of placing cycle ways from the city centre out to areas which are not yet developed is going to have more of a dramatic impact on the growth of that city than anything else. It's a very simple statement. I actually cycled in these areas with Mayor Penalosa and then you see the informal city coming along but it stops along the lines of these routes, where the sewers are and everything else, so that gives a sort of order. We were together in Mexico City walking around Netzahualcoyotl, one of the most remarkable experiences because I couldn't believe that it had not been planned. There's a sort of natural process. In terms of looking at projects which can deal with the unplanned organic development, then grid plans which are flexible are significant. I'll use another example which is not necessarily a contemporary project, but very significant here. An area like Notting Hill in London is I think a model of development. It's interesting because it was developed by private developers as London was expanding. So a similar problem to Shanghai, Sao Paolo and everywhere else, how do you create a new neighbourhood? The developer also went bankrupt but built houses that are five storeys [floors] high, with communal gardens in the back, speculatively built, so cheaply built, no big deal about it. At that point in time, basically for Victorian middle classes with maybe four children and a maid. The building fabric itself has remained the same for 150 years that it has been there – 50 years, 60 years after they were built the area changed, it became an area where there was a lot of high density occupation, low level rent. After the Second World War Notting Hill became a place where students lived with drugs and whatever... today, each of the floors is occupied by young professionals, with or without kids, what has remained the same is the built form and the grid. So there's a resilience of the

built form and the plan, and this is where the architect has a fundamental role. Why is it an architectural thing and not just a planning thing? The planner tends to work on two dimensions and at a *very* large distance, not on the ground. But the relationship to the curb, the relationship between the door and street, whether you can see out of a window, these are the things that make Notting Hill what it is despite going through 'ups' and 'downs'... you can have a row of shops underneath apartments, or flats or houses if you want because there's that flexibility.

**GJ: Are we learning or does the Biennale help us to learn about the difficulty of the modernist city to adapt, with technology, retro-fits and designs?**

RB: You know, I don't think there's anything that the Biennale or anything which I have done in my research here or elsewhere which can solve Brasilia...

**GJ: And that was implicit in my question!**

RB: But, Brasilia is what it is, and I think it's turned into...well, it has its own dynamic. It's very formal, it's quite soulless in its centre but it has created its own dynamism around its edges with its own informal development of the crossroads. So everything finds its pace and its place. There are ways that you can begin to rethink some of these formal environments, which clearly came across in the case study of Caracas, the 23 de Enero development, that was built in 1957, commissioned by the right wing and then built when the democratic movement came along. They followed the classic Le Corbusier model, thin blocks in this luscious green landscape. And then, basically what happened is that the city contaminated it all, so what has happened to these blocks is that they have been humanised. So you go down to the ground and you have barrios which has got the local butcher, the shop, so I think that is a fantastic lesson for modernism. It is a form of retro

fitting which is not... which on one level has enormous problems and you know I was inside one of these modernist apartments, it had toilets, running water and everything was small but dignified. Down in the barrios they probably didn't have water, in terms of connecting the organic with the formal, I think that is an extraordinary experience. In other words, I think to have city, you need density and I think the modernist notion of zoning, the modernist notion of keeping things apart in terms of uses is clearly wrong and things are moving in a different direction. The big divide that is necessary because of pollution, noise and health of course by factories is no longer such an issue for western countries, while clearly for China and India they are, and living cheek by jowl with work is more possible. I came across an extraordinary statistic from Mumbai recently – 90% of the population lives within 5 minutes commuting time from work, whatever work means here.

Retro-fitting, I've used two examples already, but I'd say there are three, the "Vertical Gym" (Caracas) is a very interesting version of retro fitting, also the public toilets in Mumbai, which I couldn't understand until I went there. Now I realise how important they are... they are absolutely fundamental. And the schools in Sao Paolo would be a good example of retro-fitting. Literally retro-fitting a city and changing its social geography. In terms of control and regulation, by which I think you mean governance? Having been very involved here with The Urban Task Force one of our more radical proposals that was never accepted by the British government was that instead of having a threshold for maximum density you have a threshold for minimum density, and then how dense you go is purely regulated on whether it's any good or not. I think there are clearly some cases in many of the cities which are in the Biennale and I'll use London as that one example,

where what is happening is that we are building at far too low a density for the people and the buildings that are going to be there. And that is because regulation is written with a sort of different thing in mind, now clearly one isn't arguing that the favelas without water is the model, but maybe Netzahualcoyotl is.

**GJ: I was struck by how many of the installations were moving away from the sort of mega projects and the metro city scales of imagination toward infill linkages which seems to be a very neat way of bringing density in at a human scale rather than the government autocratically saying... right everything has to be 200 people every square kilometre. I found that very interesting, and something vis-à-vis Caracas and some of the ones that I'd particularly focused on, that I hadn't seen before to the extent presented at Venice but here was a critical mass.**

RB: I think these things are out there, they've always been happening but Venice allowed us to put them together so it looks as if there is a trend. I think they have always been there, I don't think they are necessarily new but what is new is that we are talking about these issues at an architectural showcase like the Biennale, because normally we wouldn't.

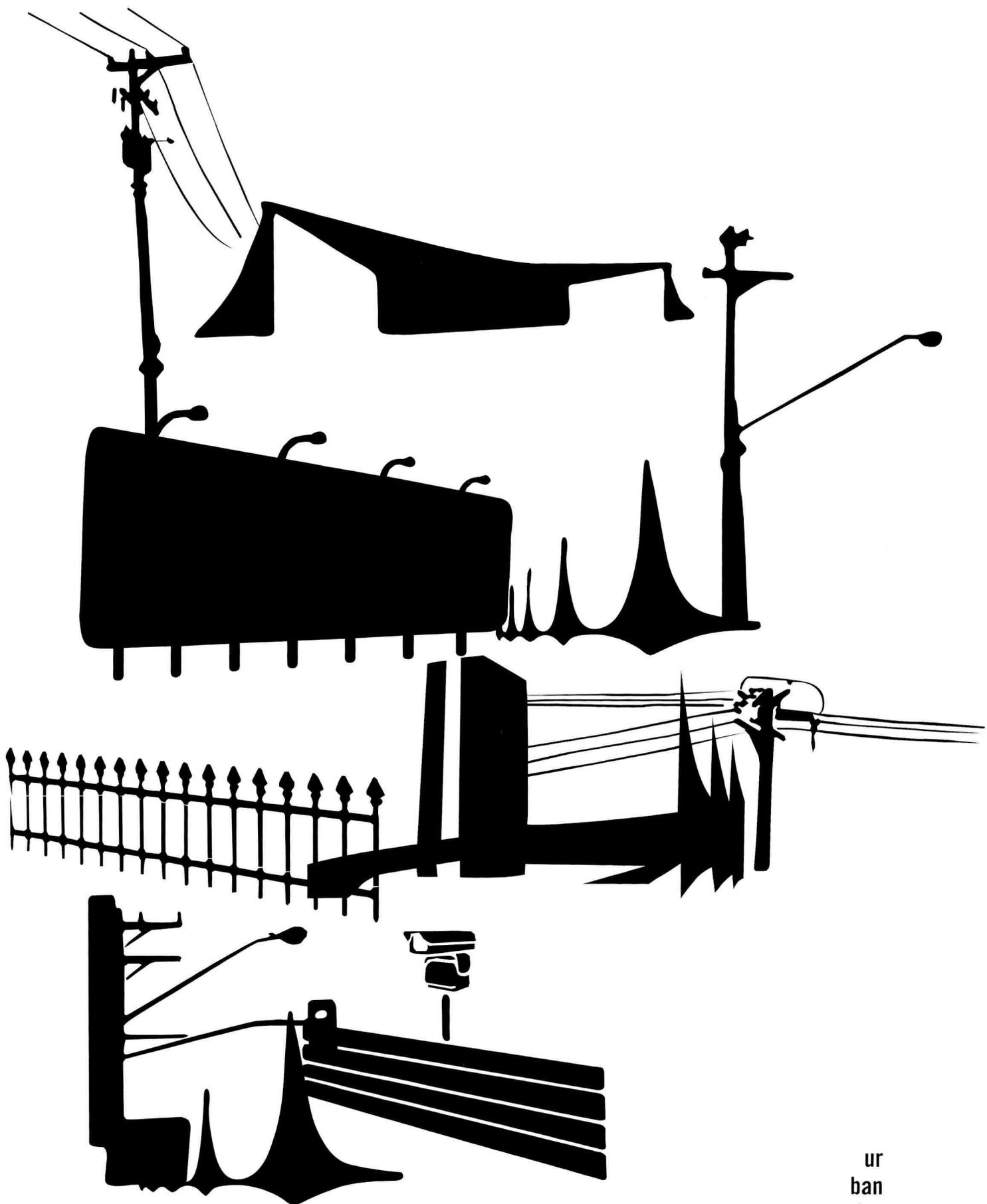
**GJ: What is next for the Biennale installations?**

RB: We are reducing it down to ten cities, Sao Paolo will be one of the ten, and bringing the Exhibition to the Tate Modern in London. I am co-curating it with people at the Tate, with Sheena Wagstaff the chief curator of the Tate. And the idea is, if I reflect on one of the limitations of my part of the Biennale for a moment, is that in this effort to describe these social and economic processes, with the exception of the films, it was very difficult to get under the skin of the city, to make visitors feel like being there. That's a classic problem, because you're not there. The films

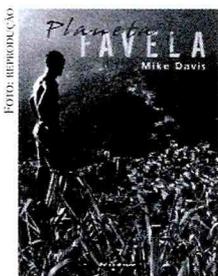
did quite well, but probably not well enough, so what the Tate is going to do is to commission artists who actually work in the city or work on the themes of cities to give greater depth, human depth, cultural depth. So the issue of cultural diversity for example will probably come up in a more profound way. How do people inhabit cities in different ways? There is a sort of multi-layeredness to cities in a way which we are going to look at, by artists specific to and outside of the ten cities. Artists that are working in Istanbul or Johannesburg that will reflect on their cities or it will be some artists that work on some of the core themes of the Exhibition like density and diversity. Cairo will be a beautiful film of just taking a bus ride around the city. That's the thing that was missing in my Biennale...

**GJ: So the Exhibition becomes kind of organic which seems appropriate to its themes. And from the Tate?**

RB: Well, there is already interest for it to go to Berlin, as long as I tell a happier story of Berlin itself. Maybe I shouldn't say that ... but Berlin really comes across as quite a sad place in my show and I don't think I'm alone in thinking that. Of course, the research on which part of Venice was based continues. The first part of The Urban Age project ended in 2006 in Berlin but we now have sponsorship for a further three and a half years ... specifically to look at cities in different cultural settings in much greater depth than before. We will begin with India and Mumbai, and in the second year we will be Brazil and Sao Paolo.



ur  
ban  
iza  
ção



**PLANETA FAVELA**

de Mike Davis. São Paulo: Boitempo, 2006.

Resenha **CIDADE OU FAVELA?**

por Danielle Klintowitz, Raquel Rolnik

Arquiteta urbanista | Mestranda em Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo CEATEC PUC-Campinas | [arquiteturas@klintowitz.arq.br](mailto:arquiteturas@klintowitz.arq.br)

Professora doutora | Secretária Nacional de Programas Urbanos – Ministério das Cidades | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo CEATEC PUC-Campinas | [rrolnik@terra.com.br](mailto:rrolnik@terra.com.br)

## CIDADE OU FAVELA?

“Favela, semifavela e superfavela... a isso chegou a evolução das cidades.” Com essa citação de Patrick Geddes (p.9), epígrafe impressa sobre uma folha em branco, inicia-se o livro *Planeta favela*, de Mike Davis. Essa afirmação estabelece, desde o início do texto, o tom que se estenderá até as últimas páginas, trazendo à tona o que raramente aparece como tema do urbanismo contemporâneo: a constatação de que a maior parte do território urbanizado do planeta é constituída por assentamentos que não podemos chamar de cidades.

Por isso, *Planeta favela* não é exatamente um livro sobre cidades. É um livro sobre como a recente história política e econômica foi capaz de transformar drasticamente o destino da população, principalmente nos países da América Latina, na África, na Ásia e no Leste Europeu, urbanizando a pobreza: segundo dados do *UN-Habitat* nele citados, a população das favelas no mundo cresce na base de 25 milhões de pessoas por ano, e as taxas mais altas de urbanização são verificadas justamente nos países mais pobres.

Relacionando narrativas de histórias cotidianas da miséria a dados meticulosamente recolhidos, o autor dá visibilidade ao tema da pobreza urbana sem romantizá-lo ou estetizá-lo. Davis discorre sobre fatos e indicadores concretos, fala sobre a realidade, sem se permitir desviar seu percurso pelo terreno da abstração conceitual. Nesse caminho, reúne uma incrível e numerosa massa de dados que revelam realidades desastrosas.

Aqui cabe uma observação, já apontada por Ermínia Maricato em seu posfácio à edição brasileira do livro. Após discorrer sobre as formas contemporâneas do vertiginoso

crescimento do mundo urbano no último século, Mike Davis inicia seu segundo capítulo, “A generalização das favelas”, com uma questão: “Mas o que é *slum*, palavra inglesa que significa ‘favela’?”. Com base nessa questão, o autor parte em busca da origem da palavra *favela* que, segundo ele, apareceu pela primeira vez em uma publicação inglesa de 1812 como sinônimo de *racket*, que significa estelionato ou comércio criminoso, revelando que o estigma de marginalidade e criminalização dos assentamentos urbanos pobres existe desde a origem de sua denominação. Após a breve descrição de algumas passagens, imbuídas de um alto grau de preconceito, na literatura especializada do século XIX, o texto culmina em uma crítica à “definição operacional” adotada oficialmente pela ONU, em outubro de 2002, que é “restrita às características físicas e legais do assentamento e evita as dimensões sociais”, deslocando os aspectos físicos das ações sociais, que são indissociáveis para compreensão do espaço urbano e do território. Mas, curiosamente, depois dessa breve incursão ao significado desse termo, o autor não responde à sua própria pergunta e não compartilha com o leitor seu entendimento e sua definição sobre a palavra *slum*. Essa indefinição sobre o que se quer dizer quando se evoca a palavra *favela* perpassa todo o livro, levando a uma generalização que abrange todos os assentamentos pobres urbanos.

De fato, em inglês, *slum* significa um assentamento precário estigmatizado, o que pode corresponder de cortiços e casas de cômodos até loteamentos precários e/ou clandestinos. Em comum estão os elementos de definição negativa (a falta de infra-estrutura, a falta de documentos legais comprobatórios de posse, a falta de espaço vital, de ar, de luz). No caso brasileiro, “favela” é uma das formas específicas de moradia precária dos pobres nas cidades, que tem como característica a ocupação da terra de outrem (pública ou privada). Dessa forma, os dados apresentados sobre a realidade brasileira não correspondem propriamente ao número de moradores em favela, e sim ao de moradores em assentamentos precários de baixa renda de forma geral, abrangendo as próprias favelas, os loteamentos clandestinos e irregulares, os cortiços e moradores de rua.

O autor apresenta uma espécie de “história da favelização do planeta”, identificando no colonialismo europeu na África e na Ásia uma das origens do modelo dual de cidades formais regulares, contrapostas a assentamentos precários “nativos”. Demonstra, ainda, como a independência das ex-colônias, aliada aos desbloqueios institucionais à migração, acabou por exacerbar o fenômeno nos anos 1950 e 1960, para, finalmente, apontar o efeito devastador dos chamados “Planos de Ajuste Estrutural” das décadas de 1980 e 1990, na generalização da produção de uma humanidade excedente, sem perspectivas de incorporação ao mercado de trabalho e à ordem urbana.

Mike Davis se detém também – no capítulo “Ecologia da favela” – na associação perversa entre assentamento precário e riscos ambientais, apontando como a própria dinâmica de crescimento urbano acabou por destinar aos pobres única e exclusivamente as áreas contaminadas, sujeitas a escorregamentos e inundações, entre outras situações de vulnerabilidade. Esse é o meio ambiente que abriga perto de um bilhão de habitantes do planeta,

e, mais uma vez, o relato apresentado pelo livro nos leva à constatação de que paradoxalmente esse é um tema que pouco aparece na agenda ambiental internacional, embora tão trágico e urgente como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio.

O livro termina mostrando como as favelas são o novo cenário de um novo tipo de guerra. Embora Davis esteja se referindo ao extermínio das populações pobres por tropas norte-americanas e aliadas nas cidades islâmicas, “descendo a rua Vietnã”, traz um novo ponto de vista sobre um fenômeno bastante presente entre nós, que é a onipresença de violência associada real ou imaginariamente às favelas.

Apesar de anunciar – nos agradecimentos finais – um novo livro em gestação sobre a história da resistência e da luta dos favelados, neste livro, os moradores de favelas são vítimas passivas de um destino catastrófico. Nem ações dos próprios moradores nem políticas públicas produzem impacto para deter a força avassaladora da máquina global de exclusão dos pobres. Assim, o sentido profundo de crítica à ordem neoliberal e de identidade com os excluídos acaba por excluí-los da possibilidade e da capacidade de intervir, sendo atores da própria história.



## RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

defendidas no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do CEATEC Puc-Campinas

---

Nome do aluno: **Florêncio, Adolf Deny Motter**

Título da dissertação: *Impactos de reestruturação produtiva numa região de trabalhadores: estudo de caso de Campo Grande, Campinas (SP)*

Orientador: **Queiroga, Eugenio Fernandes**

Linha de pesquisa: **Requalificação Urbana**

Banca examinadora: **Santos, Emmanuel Antonio dos (Univap); Turra, Juleusa Maria Theodoro (PUC-Campinas)**

Data da defesa: **24.6.2004**

**PALAVRAS-CHAVE:** reestruturação produtiva, metrópole, periferia, movimentos sociais.

### RESUMO

O objeto desta dissertação são os impactos causados pelas transformações políticas sociais e econômicas nas periferias das grandes metrópoles nestas últimas décadas. Escolheu-se como estudo de caso a Região do Campo Grande em Campinas. Como método de investigação, utilizaram-se entrevistas com lideranças locais, pesquisa bibliográfica e análise de dados estatísticos produzidos por Institutos de Pesquisa e diversos Órgãos de Estado. Como referencial teórico, utilizaram-se autores das ciências sociais: economia, filosofia, geografia, sociologia e urbanismo, todos com forte influência do materialismo histórico e dialético. Foi possível identificar pela pesquisa uma

degradação significativa nas condições de vida das populações das regiões estudadas; identificaram-se também importantes formas de resistência. Em plano geral, no entanto, a conjuntura futura não parece ser favorável para aqueles que habitam as periferias das grandes metrópoles do mundo tardiamente industrializado.

---

Nome da aluna: **Abrahão, Adriane de Almeida Matthes**

Título da dissertação: ***Arquitetura e permanências: o projeto urbano na constituição da esfera pública***

Orientador: **Moretti, Ricardo de Sousa**

Linha de Pesquisa: **Gestão Urbana**

Banca examinadora: **Pinheiro, Eloisa Petti (UFBA); Santos Junior, Wilson Ribeiro dos (PUC-Campinas)**

Data da defesa: **22.11.2005**

**PALAVRAS-CHAVE:** urbanismo, espaço público, desenho urbano, história da cidade.

## RESUMO

O trabalho faz uma análise dos espaços públicos da área central de Poços de Caldas, onde um olhar sobre a história constata um espaço de intenso uso coletivo, trazendo para a discussão o papel do desenho urbano, na tentativa de resgatar o sentido de esfera pública ao cenário da cidade. A discussão sobre o uso desse espaço norteou uma trajetória de investigação no intuito de se desenhar um panorama sobre a qualificação do espaço público das cidades.

---

Nome do aluno: **Gualtieri, Benedito Roberto**

Título da dissertação: ***Legislação habitacional de Campinas: conversa e controvérsia***

Orientadora: **Bueno, Laura Machado de Mello**

Linha de Pesquisa: **Gestão Urbana**

Banca examinadora: **Silva, Helena Maria Menna Barreto (Secretaria da Habitação – PMSP);  
Moretti, Ricardo de Sousa (PUC-Campinas)**

Data de defesa: **10.12.2001**

**PALAVRAS-CHAVE:** habitação, legislação, política social, segregação, gestão, Campinas.

## RESUMO

A legislação habitacional de Campinas (SP) tem se revelado ao longo da história da cidade como manifestação de desigualdade. A valorização imobiliária através da legislação urbanística prepondera no atendimento aos interesses de grupos sociais capitalizados. Não há envolvimento do mercado imobiliário formal na oferta de habitação social, o que favorece a informalidade e na carestia e escassez de moradia adequada.

Com o objetivo de embasar esse postulado, foi resgatada a história política e social por meio de leis habitacionais, tanto relativas à edificação quanto ao planejamento urbano. O texto central foi dividido em duas partes, sendo uma sobre a história de Campinas desde seus primórdios, exemplificando com suas leis pertinentes à questão habitacional, e, outra, sobre a legislação atual (até 2000), exemplificada pelos fatos subsequentes. Apresentam-se estudos de projetos de tipologias habitacionais utilizadas pela Cohab Campinas, as previstas na legislação municipal atual (lei de uso e ocupação do solo e legislação para habitação de interesse social), em comparação com projetos com base em legislação de outros municípios e tipologias de unidades, de igual ou melhor qualidade espacial, mas proibidas, em razão das exigências inadequadas.

---

Nome da aluna: **Giordano, Carolina Celestino**

Título da dissertação: ***Ações sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros. Campinas***

Orientador: **Salgado, Ivone**

Linha de Pesquisa: **História do Pensamento Urbanístico**

Banca examinadora: **Bresciani, Maria Stella Martins (IFCH-Unicamp); Marins, Paulo César Garcez (Museu Paulista-USP)**

Data da defesa: **13.12.2006**

**PALAVRAS-CHAVE:** urbanismo higienista, história do urbanismo, sanitarismo, salubridade, legislação, mercado, matadouro, engenharia urbana, reformas urbanas.

## RESUMO

A pesquisa estuda de que maneira as intervenções urbanísticas fundamentadas nas teorias médicas, adotadas pelo corpo médico, pelos engenheiros e pelos administradores da cidade de São Paulo, durante o século XIX, participam de um processo de redefinição da configuração e reconfiguração do espaço urbano. Dentro dessa análise, é investigado como a idéia de higiene pública, utilizada pelos médicos, dará à medicina um estatuto político próprio, com o poder efetivo nas medidas de organização, controle e regularização social. O estudo de tais intervenções é feito por meio da investigação sobre o corpo legislativo no qual se fundamentavam as intervenções urbanísticas em estudo e da observação sobre a maneira como essas preocupações com a saúde pública atuaram na localização dos estabelecimentos considerados insalubres e prejudiciais para a saúde da população. A pesquisa aborda ainda toda uma fiscalização coordenada pela Câmara Municipal relativa ao estabelecimento de matadouros e mercados na cidade, e também aquela relativa ao abastecimento da população, visto que essa questão era considerada um fator de manutenção da saúde pública; para tal, cabia à Câmara a verificação da qualidade das mercadorias comercializadas visando evitar que o seu estado de conservação colocasse em risco a saúde da população.

---

Nome da aluna: **Muller, Christine**

Título da dissertação: ***Vila Ferroviária Ponte Preta – Campinas SP, passado e futuro***

Orientador: **Bittencourt, Luiz Claudio**

Linha de Pesquisa: **História do Pensamento Urbanístico**

Banca examinadora: **Correia, Telma de Barros (EESC-USP); Correa, Paulo Roberto (Universidade Presbiteriana Mackenzie)**

Data da defesa: **6.6.2006**

**PALAVRAS-CHAVE:** preservação, patrimônio histórico, vilas ferroviárias, habitação operária.

## **RESUMO**

O tema da pesquisa foi a preservação das vilas ferroviárias pelo seu reconhecido significado cultural, seu valor estético e/ou histórico – não se podendo desprezar os valores simbólicos, emocionais, afetivos que os tornam dignos de medidas a fim de que sejam tutelados para as próximas gerações. No desenvolvimento do trabalho, destacou-se a preocupação em preservar as vilas ferroviárias como patrimônio histórico por meio dos processos de tombamentos, considerando não apenas seu valor histórico arquitetônico, mas a ação urbana que possibilita a manutenção dos atuais moradores nos conjuntos residenciais. Como estudo de caso, foi delimitado um conjunto residencial construído pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Esta, inaugurada em Campinas em 11 de agosto de 1872, teve como objetivo construir uma estrada de ferro entre as cidades de São Paulo e de Campinas, tendo construído durante sua existência um total de 1.612 casas ao longo de suas linhas e principais entroncamentos ferroviários. Dentre as vilas ferroviárias construídas pela Companhia Paulista em Campinas, há a vila localizada no bairro Ponte Preta. Ao longo dos últimos oitenta anos, suas residências sofreram inúmeras intervenções por parte de seus moradores, adaptando-as a diversos gostos e necessidades. As casas foram sendo paulatinamente modificadas, com a substituição de diversos componentes construtivos e mesmo com o acréscimo de área construída. Dentro desse contexto, procurou-se conhecer as modificações ocorridas na vila. Ainda na fase inicial das pesquisas, constatou-se a deterioração de suas casas com risco de vida para seus residentes. Assim, dada a importância da preservação desse importante patrimônio ferroviário mediante o tombamento e a imediata busca por financiamento para a restauração das casas, a fim de que os moradores tenham condições de continuar residindo de forma segura, solicitou-se a abertura de estudo de tombamento da Vila Ferroviária Ponte Preta, tendo sido a petição aceita junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc). As investigações e os resultados constituem o escopo da presente dissertação.

---

Nome da aluna: **Caetano, Diana Cecília Costa**

Título da dissertação: ***Americana e a revitalização da área central***

Orientador: **Santos Junior, Wilson Ribeiro dos**

Linha de Pesquisa: **Requalificação Urbana**

Banca examinadora: **Marins, Paulo César Garcez (Museu Paulista-USP); Turra, Juleusa Maria Theodoro (PUC-Campinas)**

Data da Defesa: **9.12.2005**

**PALAVRAS-CHAVE:** planejamento urbano, urbanização, setor público e privado.

## **RESUMO**

O presente trabalho busca compreender o contexto do processo de revitalização atual da área central da cidade de Americana (SP), cidade industrial considerada uma das mais importantes do Pólo Industrial de Tecelagem do país. A partir de 1996, a área central de Americana apresenta importantes mudanças em sua estrutura urbana resultantes, entre outros fatores, da necessidade de adaptação às novas atividades industriais (aumento do número de empresas têxteis e confecções) e às ações contínuas de adequações urbanas visando atender às demandas da população, ações essas que se expressam em remodelações de praças, paisagismo, jardins, melhoria nas vias e no espaço público etc. As transformações ocorridas causaram impacto ao cotidiano da comunidade, incentivando mudanças de hábitos, contribuindo para a criação de novos padrões de comportamento e construindo “a nova aparência” dos locais. Nesse contexto, o trabalho analisa, a partir do reconhecimento da situação atual desse processo e da identificação dos atores sociais envolvidos, a importância das intervenções em sua área central que vem redefinindo suas características urbanas. Situa a importância da interação de representantes da população no processo para a obtenção de resultados positivos, contribuindo com a qualidade de vida da comunidade.

---

Nome da aluna: **Massutti, Emeri Ângela**

Título da dissertação: ***Da favela para o bairro Capuava em Santo André, SP: gestão participativa e urbanização***

Orientadora: **Lopes, Doraci Alves**

Linha de Pesquisa: **Gestão Urbana**

Banca examinadora: **De Paoli, Tércia Pilomia; Santos Junior, Wilson Ribeiro dos (PUC-Campinas)**

Data da defesa: **26.6.2006**

**PALAVRAS-CHAVE:** gestão participativa, participação popular, urbanização de favelas, inclusão social.

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de gestão participativa na política de urbanização da Prefeitura Municipal de Santo André (SP), com estudo de caso da antiga favela do Jardim Capuava que a partir de julho de 2005 se transformou no bairro Jardim Capuava. O desafio relaciona-se à avaliação desse processo, tanto do ponto de vista da gestão pública municipal quanto do dos moradores, após os remanejamentos e reassentamentos ocorridos no núcleo pela Prefeitura de Santo André. Para desenvolver esse objetivo, aplicaram-se pesquisa documental e entrevistas de história oral. Das razões principais que justificaram esse estudo, está a representatividade reconhecida em nível nacional e internacional do Projeto Integrado de Inclusão Social (PIIS), atualmente denominado “Santo André Mais Igual”, na discussão e experiência de gestão participativa em projetos de urbanização de favela no país.

---

Nome do aluno: **Mota, Hermílion Miranda**

Título da dissertação: ***Evolução urbana de Uberlândia: uma cidade do Triângulo de porte médio e em contínuo crescimento***

Orientadora: **Rolnik, Raquel**

Linha de pesquisa: **Gestão Urbana**

Banca examinadora: **Martins, Maria Lúcia Refinetti R. (FAU-USP); Bueno, Laura Machado de Mello (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **14.12.2001**

**PALAVRAS-CHAVE:** regulação urbanística, parcelamento do solo, cidades de porte médio.

**RESUMO**

A dissertação analisa o processo de evolução urbana da cidade de Uberlândia no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais. Partindo de uma extensa pesquisa empírica, desvenda-se o percurso histórico da cidade por todo o século XX e, já iniciando o século XXI, particularmente focalizando o processo de abertura de loteamentos, assim como os agentes envolvidos nesse processo. A pesquisa abrange ainda uma avaliação crítica de como o poder político local foi mobilizado para constituir a expansão e urbanização da cidade em grande negócio, beneficiando diretamente os grupos que dominaram a administração local ao longo de décadas de expansão, evidenciando os padrões e a dinâmica de relacionamento. A abordagem mostra que isso se deu mediante a adoção de políticas habitacionais e fundiárias que privilegiaram os interesses de proprietários de terra e promotores imobiliários, alicerçados no poder político local.

---

Nome da aluna: **Jorge, Karina Carmaneiro**

Título da dissertação: ***A saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX – Hospitais, lazaretos e cemitérios***

Orientador: **Salgado, Ivone**

Linha de Pesquisa: **História do Pensamento Urbanístico**

Banca examinadora: **Bresciani, Maria Stella Martins (IFCH-Unicamp); Marins, Paulo César Garcez (Museu Paulista-USP)**

Data da defesa: **13.12.2006**

**PALAVRAS-CHAVE:** configuração urbanística, saúde pública, hospitais, lazaretos, cemitérios, casas de misericórdia, teorias médicas, salubridade.

## RESUMO

O propósito desta pesquisa foi investigar como na cidade de São Paulo, no decorrer do século XIX, a co-participação dos saberes médicos, da engenharia, da arquitetura e a atuação dos administradores implicaram a modificação no tecido urbano da cidade e definiram uma nova estrutura de organização e funcionamento. O texto investiga, sobretudo, o debate e as práticas relativas à implantação dos hospitais, lazaretos, cemitérios e casas de misericórdia por meio do estudo histórico urbanístico da cidade de São Paulo. Procurou-se perceber como as práticas urbanas implementadas pelos administradores por intermédio de médicos e de engenheiros aos seus serviços estavam fundamentadas na teoria *miasmática*. Esses edifícios, segundo a referida teoria, conteriam matéria orgânica que, ao se decompor, exalava *miasmas* e, portanto, deveria ser localizada fora do meio urbano definido na época. Os estudos foram feitos do ponto de vista da saúde pública, investigando a origem e a formação dos edifícios relacionados a ela e a relação desses edifícios com o meio urbano. Destaca-se nessa pesquisa, também, como as prescrições presentes nos tratados de medicina e arquitetura sobre a salubridade das cidades foram transferidas para a legislação, por meio das Posturas Municipais. Mediante a lei de 30 de agosto de 1828, que extinguiu os cargos de físico-mor e de cirurgião-mor, as Câmaras Municipais passaram a ser responsáveis pela saúde pública; pelo Decreto Imperial de 1º de outubro de 1828, estabeleceu-se a forma das eleições dos membros das Câmaras Municipais e incluiu-se o primeiro *Código de Posturas* na lei orgânica das respectivas Câmaras.

---

Nome do aluno: **Abdalla, Ricardo Ali**

Título da dissertação: ***O processo de urbanização de Caraguatatuba – A gestão da cidade versus a gestão do balneário***

Orientadora: **Rolnik, Raquel**

Linha de Pesquisa: **Gestão Urbana**

Banca examinadora: **Renato Baldin (USP); Salgado, Ivone (PUC-Campinas)**

Data da defesa: **24.5.2004**

**PALAVRAS-CHAVE:** regulação urbanística, política urbana, parcelamento do solo.

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar os diversos momentos do desenvolvimento urbano de Caraguatatuba, ao longo de sua história, relacionando a retórica da cidade de cada período com a dinâmica de crescimento verificada. Tendo como balizamento a dualidade entre a gestão da cidade e a gestão do balneário, o trabalho demonstra a cada período a distância entre o discurso sobre a cidade e as práticas concretas de gestão, apontando particularmente para o tema da irregularidade no uso e na ocupação do solo.

---

Nome da aluna: **Escorza, Rosângela**

Título da dissertação: ***A urbanização do rural: condomínios horizontais em Vinhedo/SP***

Orientadora: **Bueno, Laura Machado de Mello**

Linha de Pesquisa: **Gestão Urbana**

Banca examinadora: **Miranda, Zoraide Amarante L. (Univap); Rodrigues, Vera Lúcia da Silva (FAU-USP)**

Data de defesa: **16.12.2003**

**PALAVRAS-CHAVE:** rural-urbano, segregação, Vinhedo, condomínios, Rurbano, gestão.

### RESUMO

Este trabalho faz uma interface da Economia Agrícola – o novo rural brasileiro – com o Urbanismo – no novo desenho urbano que aparece no espaço público das cidades, os condomínios fechados. Integrava o Projeto de Pesquisa Temático Rurbano. Escolheu-se a cidade de Vinhedo (SP) por ter sido uma das cidades da Região Metropolitana de Campinas que introduziram o loteamento fechado no desenho da cidade. A pesquisa de campo se deu nos três primeiros condomínios do município – Marambaia, São Joaquim e Vista Alegre – para analisar e confirmar, ou não, a hipótese de mudança de perfil dos moradores, os motivos que os levaram a viver em condomínio fechados, se é uma população homogênea ou heterogênea – mesmo sendo classificados como classe média. As entrevistas com os antigos proprietários das fazendas trouxeram informações sobre o porquê lotear as fazendas e sobre a agricultura do município nos anos 1970, quando surgem os primeiros condomínios fechados. O questionário para os moradores, com perguntas fechadas e abertas, teve como objetivo obter informações quanto ao domicílio, perfil dos moradores, consumo – se consomem em Vinhedo, em outras cidades da Região Metropolitana de Campinas ou outra região –, motivo de viver, se existe o imaginário do rural – a casa no campo – e a percepção do meio social.

---

Nome da aluna: **Zakia, Sílvia Amaral Palazzi**

Título da dissertação: ***Mário Penteado: arquiteto e obra***

Orientador: **Azevedo, Ricardo Marques de**

Linha de Pesquisa: **História do Pensamento Urbanístico**

Banca examinadora: **D'Agostino, Mário Henrique Simão (FAU-USP); Santos Júnior, Wilson Ribeiro dos (PUC-Campinas)**

Data da Defesa: **24.5.2004**

**PALAVRAS-CHAVE:** arquitetura moderna, urbanismo moderno, formação profissional.

## **RESUMO**

Este trabalho de pesquisa consiste na análise da obra realizada, entre os anos de 1930 e 1961, pelo arquiteto campineiro Mário Penteado, responsável pelo projeto da pioneira casa modernista de Campinas, construída em 1934. Disserta sobre a formação acadêmica do arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes (Enba) no momento em que se procura ali implementar o ideário moderno com a reformulação do ensino da instituição sob a direção do jovem arquiteto Lúcio Costa. Examina sua participação política e técnica no processo de modernização do espaço urbano da cidade proposto pelo Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia. Busca compreender a ambivalência entre seu discurso e a prática profissional no contexto sociocultural local. A análise da obra do engenheiro-arquiteto realizada entre 1933 e os primórdios da década de 1960 possibilita o estudo de um período especial para a historiografia da arquitetura brasileira na transição da tradição acadêmica, à qual se acresce o dito estilo neocolonial, e os primeiros tempos de uma arquitetura que se quer moderna. Mário Penteado graduou-se pela Escola Nacional de Belas Artes (Enba) e, retornando à cidade natal onde principiava sua carreira profissional, procurou trazer os valores do ideário moderno. A obra de Penteado perdeu o “vanguardismo” inicial na transposição da experiência vivida na Enba para o contexto local. A pesquisa busca evidenciar que a assimilação do ideário moderno, de viés corbusiano, desenvolvido pela escola carioca foi um processo descontínuo e heterogêneo que resultou na constituição de “modernidades distintas”, contrariando a visão totalizadora e unicista consolidada pela historiografia. Inserida no contexto da produção de sua geração, a obra de Mário Penteado é de interesse especial para o entendimento desse processo.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, ao qual cabe a responsabilidade de recomendar ou não a publicação, considerando para tanto a pertinência do tema em razão da linha editorial e do espaço disponível. Os pareceres do Conselho editorial não serão divulgados.
2. Serão publicados apenas artigos inéditos, exceção feita à republicação de textos clássicos, conforme projeto editorial. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos já publicados em língua estrangeira. Ao submeter um trabalho para análise do Conselho Editorial, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar declaração de que são inéditos em português.
3. Os originais deverão ser apresentados conforme as indicações a seguir:
  - Em disquetes/CD, utilizando processador de texto Word 5.0 ou superior. Deverão conter de 9 a 12 páginas de 30 linhas e 70 toques (até 25.000 caracteres), resumo e *abstract* (de 1.500 a 2.000 caracteres), 4 a 6 palavras-chave/*keywords*, e ilustrações (máximo 4).
  - No caso de resenhas, deverão ter de 3 a 6 páginas (até 12.000 caracteres). Os autores são responsáveis pela revisão ortográfica e gramatical dos textos.
  - Artigos curtos, de 3 a 6 páginas (até 12.000 caracteres).
  - As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.
  - Os desenhos deverão ser entregues em arte final, preferencialmente nanquim sobre papel schoeller. No caso de fotografias, deverão ser entregues os originais, em papel, *slides* ou cromo.
  - Em caso de imagens eletrônicas, deverão estar em boas condições de reprodução, com mínimo de 300 DPIs, formato TIFF.
  - As tabelas e gráficos deverão ser apresentadas em Excel.
  - A revista será publicada em branco-e-preto. A necessidade real de inclusão de alguma ilustração colorida estará sujeita à decisão do editor, com eventuais custos para o autor.
4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza.
5. Logo após o título, deverão constar o nome do autor, sua qualificação e instituição de procedência.

6. As notas se reservam às explicações textuais, e as referências bibliográficas deverão ser listadas no final do artigo conforme ABNT, chamadas no texto pelo nome do autor, ano de publicação da obra e número de página, entre parênteses (Exemplo: Nome, ano, p.xx).
  
7. As referências bibliográficas deverão ser compostas de acordo com as normas da ABNT – NBR 6023:
  - Livros: SOBRENOME, Nome. Título de livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.
  - Capítulos de livros: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p. x-y.
  - Artigos em periódicos: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Cidade, v., nº, p. x-y, ano.
  
8. Os autores terão direito a três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.

Os textos deverão ser enviados para:

Redação da Revista *Oculum Ensaios*

Rodovia D. Pedro I, km 136 – Parque das Universidades.

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

CEATEC PUC-Campinas

*pos.urb@puc-campinas.edu.br*

*revista.oculum@puc-campinas.edu.br*

## REVISTA *OCULUM ENSAIOS*

Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
CEATEC PUC-Campinas

### REGIMENTO

#### I- DA REVISTA

**Artigo 1º** – A REVISTA *Oculum Ensaios* é um periódico semestral de divulgação científica, organizada e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do CEATEC, PUC-Campinas.

**Artigo 2º** – A REVISTA tem por objetivo e finalidade estimular o debate acadêmico e a divulgação de idéias, metodologias e práticas que apresentem relevância para o campo do urbanismo e da arquitetura e integrem áreas de conhecimentos afins. Complementarmente se propõe a constituir um veículo de divulgação da produção acadêmica, subsidiando atividades de ensino e pesquisa, de acordo com as normas editadas no presente regimento. Inicialmente a revista terá uma publicação semestral.

**Artigo 3º** – A REVISTA dirige-se a pesquisadores e profissionais da área de urbanismo, arquitetura e afins, nacionais e/ou internacionais.

**Artigo 4º** – A REVISTA publicará:

- a) Trabalhos originais e inéditos realizados por membros do corpo docente e discente do Programa de Mestrado em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas, por especialistas nacionais e/ou estrangeiros, trabalhos apresentados em reuniões científicas, simpósios, encontros, conferências e similares, desde que se enquadrem no presente regimento e sejam aprovados pelo Conselho Editorial;
- b) Entrevistas;
- c) Resenhas de livros;
- d) Reprodução de textos clássicos;
- e) Artigos curtos sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista;
- f) Resumo das dissertações e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas.

**Artigo 5º** – A REVISTA será publicada em português, podendo, eventualmente, incluir textos em espanhol, francês e inglês. Os resumos e as palavras-chave deverão ser traduzidos para o inglês (Abstracts and keywords)

**Parágrafo único** – A REVISTA *Oculum Ensaios* poderá, eventualmente, não publicar todas as modalidades de trabalhos elencadas acima.

#### II- DA ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA

**Artigo 6º** – A REVISTA será dirigida por:

- Um Conselho Executivo
- Um Conselho Editorial
- Conselho Consultivo

**Artigo 7º** – O Conselho Executivo será constituído por 5 membros, sendo o Editor Chefe e o Editor Assistente indicados pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e os demais membros eleitos dentre e pelos professores das linhas de pesquisa à qual pertencem:

- Um Editor Chefe
- Um Editor Assistente
- Um Representante da Linha de Pesquisa em Gestão Urbana.
- Um Representante da Linha de Pesquisa em História do Pensamento Urbanístico.
- Um representante da Linha de Pesquisa em Requalificação urbana

§ 1. O mandato do Conselho Executivo é de quatro anos, sendo permitida uma única recondução sucessiva ao mesmo cargo.

§ 2. O Conselho Executivo terá sua sede no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas Ambientais e Tecnológicas da PUC-Campinas.

§ 3. O Conselho Executivo prestará contas da Revista anualmente ao Conselho Consultivo.

**Artigo 8º** – Cabe ao Conselho Executivo:

- a) Decidir quanto as questões administrativas e ao conteúdo de cada número;
- b) Juntamente com os membros do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, indicar os nomes dos membros internos e externos que irão compor o Conselho Editorial;
- c) Selecionar para cada número da REVISTA os trabalhos originais e inéditos aprovados pelo Conselho Editorial;
- d) Indicar nomes de destaque na área para a realização de entrevistas;
- e) Propor títulos de livros e sugerir pesquisadores qualificados para a realização de resenhas de livros;
- f) Selecionar as resenhas de livros recebidas por iniciativas de outrem;
- g) Decidir sobre a reprodução de textos clássicos;
- h) Selecionar, para os artigos curtos, temas e discussões da atualidade, bem como para os que representem posição acadêmica ou ponto de vista;;
- i) Solicitar aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas que realizem os resumos das dissertações e teses produzidas.

**Artigo 9º** – Cabe ao Editor Chefe:

- a) Fazer cumprir o presente regimento;
- b) Representar a revista perante as instituições públicas e particulares;
- c) Opinar sobre a aceitação ou rejeição dos trabalhos enviados para publicação, baseado nos pareceres dos Membros do Conselho Editorial
- d) Supervisionar e acompanhar todas as fases da publicação da revista e regular sua tiragem e eventuais números extras;
- e) Receber o material para impressão;
- f) supervisionar e acompanhar os trabalhos de normatização e revisão de textos (terceirizado), bem como encaminhar os textos em espanhol e inglês para revisores ad hoc (terceirizado);
- g) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados;
- h) Conferir as provas, após a composição e examinar arte final do trabalho a ser publicado (apresentação geral);
- i) Convocar reuniões ordinárias semestralmente para avaliação do número publicado e planejar os números subsequentes, assim como reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário;

j) Submeter ao Conselho Editorial a indicação de um Editor Convocado para, junto coordenar a produção de um número específico da revista;

k) resolver casos omissos no presente regulamento.

**Artigo 10º** – Cabe ao Editor Assistente:

- a) auxiliar o Editor Chefe em todos os seus encargos e funções;
- b) substituí-lo em seus impedimentos ou a pedido deste;
- c) realizar o acompanhamento geral da publicação; recebimento e organização da material enviado pelos articulistas; classificação do material recebido destinado às diferentes seções da revista; organização e catalogação dos textos e das imagens;
- d) manter correspondências com autores, leitores, assinantes e membros dos conselhos editorial e consultivo;
- e) distribuir material para parecer de editores e garantir o sigilo deste processo;
- f) controlar os serviços normais de secretaria.
- g) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela Instituição;

**Artigo 11º** – O Conselho Editorial será composto por colaboradores nacionais e estrangeiros, à convite do Editor Chefe em função de seus méritos e grau de conhecimento em sua área de atuação, competindo-lhe:

- a) Analisar os trabalhos enviados, julgando da conveniência ou não da publicação e sugerindo eventuais modificações;
- b) Propor assuntos de revisão, indicar temas de atualização e divulgação a serem editados pela REVISTA;

§ O mandato do conselho editorial é de dois anos

**Artigo 12º** – O Conselho Consultivo será constituído pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e pelos docentes que compõem o conselho deste Programa.

**Artigo 13º** – Compete ao Conselho Consultivo emitir pareceres quando solicitado pelo Conselho Executivo, examinar os Relatórios Administrativo-Financeiros apresentados pelo Conselho Executivo.

**Artigo 14º** – A Secretaria Geral da REVISTA será composta pelo Editor Assistente e pelo Auxiliar de Secretaria e terá sua sede nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo para recebimento, editoração e manutenção do material científico a ela encaminhado para publicação, competindo-lhe:

- a) Receber os trabalhos para publicação e encaminhá-los ao Editor Chefe;
- b) Organizar toda correspondência e tramitação do material da REVISTA;
- c) Auxiliar o Editor Chefe nos trabalhos de preparação, edição e expedição da REVISTA.

### III- DA MATÉRIA PUBLICADA

**Artigo 15º** – Todos os direitos editoriais são reservados, nenhuma parte das publicações podendo ser reproduzida, estocada por qualquer sistema ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou que venham a ser criados, sem prévia permissão por escrito

do Editor Chefe, ou sem constar o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

**Artigo 16º** – A aceitação do trabalho para a publicação implica na transferência de direitos do autor para a REVISTA, sendo assegurada a mais ampla disseminação da informação.

**Artigo 17º** – Junto ao artigo, o autor encaminhará declaração no sentido de aceitação das regras da REVISTA e da qual deve constar não ter apresentado na íntegra o trabalho em outro veículo de informação, bem como a autorização e/ou direitos concedidos por terceiros, caso transcreva figuras, tabelas ou trechos (mais de 200 vocábulos) editados por outros autores.

**Artigo 18º** – Os autores receberão três exemplares do número da REVISTA em que for publicado seu trabalho.

**Artigo 19º** – O conteúdo dos trabalhos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

**Artigo 20º** – Os originais não serão devolvidos e os não aceitos ficarão à disposição dos respectivos autores pelo prazo de um ano, cabendo-lhes qualquer despesa para devolução.

**Artigo 21º** – Os artigos submetidos à publicação devem ser acompanhados de carta do autor responsável autorizando a publicação. Uma vez aceitos, não poderão ser reproduzidos total ou parcialmente sem autorização do Editor.

**Artigo 22º** – A síntese das normas editoriais serão publicadas em cada um dos seus números.

### IV- DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DISTRIBUIÇÃO

**Artigo 23º** – A REVISTA será editada com recursos financeiros provenientes de verbas oriundas da Instituição, vendas de assinaturas e números avulsos, doações e recursos de outras fontes, geridos pelo CEATEC, de acordo com o regulamento da PUC-Campinas.

**Artigo 24º** – A distribuição da REVISTA far-se-á:

- a) Por doação às bibliotecas das Faculdades e Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- b) Por venda de números avulsos e assinaturas;
- c) Por permuta com revistas nacionais e estrangeiras;
- d) Por distribuição gratuita para fins de propaganda ou outro critério a juízo da Direção.

**Parágrafo Único** – As revistas e livros recebidos por permuta serão incorporados à Biblioteca Setorial do CEATEC da PUC-Campinas.

### V- DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 25º** – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Editor e pelo Conselho Editorial, ouvido, se necessário, o Conselho Executivo.

